CLAYTON CARDOSO ROMANO

DA ABERTURA À TRANSIÇÃO: O PCB E A CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA DA ESQUERDA BRASILEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em História e Cultura Política, sob a orientação do Prof. Dr. Alberto Aggio.

UNESP – Franca

2001

Para Maria, Alcides, Kelen, Júnior, Drielly e Luiza: minha vida.

Para Ana Paula: meu amor, minha luz.

Agradecimentos

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização dessa pesquisa. Com certeza, não seria possível agradecer nominalmente a todos que participaram dessa conquista, no entanto, fica registrado aqui: muito obrigado.

Aos amigos: Luis Antonio Rodrigues ("Jabuca"), Cláudio Roberto, "Margot", Tito Flávio Bellini, Wagner Teixeira, Gustavo Pupo, José Henrique ("Matê"), Marcelo Romero, João Paulo Rillo, Liliane Santana, Linaldo Telles e a toda turma da república da "Saldanha", valeu.

A meu orientador Prof. Alberto Aggio, pela amizade e compreensão.

A Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), cujo apoio financiou grande parte desse trabalho, bem como a seu parecerista, cujas observações muito contribuíram para o avanço da pesquisa, com um abraço especial para a Fátima Garcia, do Escritório de Pesquisa.

Ao entrevistados, pela paciência e atenção: Marco Aurélio Nogueira, Antonio Roberto Vasconcelos e José Antonio Segatto.

A Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social: Unesp-Franca, minha casa.

Aos docentes e colegas do curso de pós-graduação em História e Cultura Política, bem com aos funcionários da seção de pós-graduação da Unesp-Franca.

Ao Centro de Documentação e Memória (CEDEM), pelo atendimento e auxílio no levantamento de documentos.

A todos os membros do Grupo de Alfabetização Paulo Freire (GAPAF), representados por suas "Marias": a Renata e a Rita.

Por fim, aos companheiros da Secretaria de Governo de Rio Preto, pelo estímulo e incentivo: sinceramente obrigado.

RESUMO

<u>Da Abertura à Transição: o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira</u> (Dissertação de Mestrado – História e Cultura Política/UNESP-Franca). Prof. Clayton Romano.

Inserida num contexto de revitalização da história política, justamente por entender ser possível e viável a proposição de novos enfoques sobre o mundo das idéias políticas na historiografia contemporânea, esta dissertação de mestrado busca verificar o curso da questão democrática na esquerda brasileira; utilizando, para isso, do conceito de cultura política como chave de leitura para a interpretação desta trajetória. Concentrando-se em aspectos singulares da abertura política e transição democrática, entre meados dos anos setenta e início da década de oitenta do século passado, e entendendo, ao lado de Gramsci, que o moderno príncipe não poderia ser outro senão o partido político, o propósito de verificar o estabelecimento de uma cultura política democrática na esquerda brasileira, tendo como objeto o Partido Comunista Brasileiro, tornou-se uma necessidade. Até mesmo porque, fundado em 1922 e presente na vida política brasileira por mais de setenta anos, o PCB constituiu-se historicamente como o organismo político que, em diversos momentos, foi capaz de conferir certa homogeneidade ao discurso, à organização e à prática política da esquerda brasileira; criando, ao seu modo e a partir de seus antagonismos, uma cultura política específica, vinculada aos precursores do socialismo no país. Constatando, durante o desenvolvimento desta cultura política pecebista, o estabelecimento de duas "subculturas políticas", a "terceiro-internacionalista" e a "frentista", objetiva-se dimensionar alguns aspectos do contraditório relacionamento entre socialismo e democracia, supostamente dialético, na leitura oferecida pelos comunistas sobre a realidade brasileira e, conseqüentemente, na prática política exercida pelo partido. Analisando documentos que definiam a linha política a ser executada pelo PCB ao longo de sua trajetória, centrando-se na concepção democrática oferecida em cada época, e identificando o MDB enquanto estratégia frentista (de resistência democrática) possível após o Golpe de 1964, este estudo procura compreender o fortalecimento da questão democrática sobre a cultura política do PCB, seus limites e possibilidades, como resposta oferecida pelos comunists diante do contexto de abertura política e transição democrática. Para isso, além da mera narração dos fatos e acontecimentos do período, entender a dinâmica interna do PCB sob uma lógica política, relacionando-a ao curso do processo de transição e à emergência de novos atores sociais e políticos, torna-se fundamental para a compreensão do paradoxo exposto: quanto mais avançava a transição democrática (e vale salientar que entre os grupamentos de esquerda o PCB foi praticamente o único que aderiu à resistência democrática desde seu início), mais o Partido Comunista Brasileiro ausentava-se da cena política para atuar nos bastidores da luta interna, historicamente pautada nas contradições entre oriente e ocidente no ideário e na cultura política dos comunistas. Enfim, com uma breve crítica à "nova história política" praticada pela esquerda brasileira (hegemonicamente influenciada por uma miscelânea de interpretações oferecidas pela nova esquerda), este estudo busca demonstrar a vitalidade da história política e validar o PCB enquanto núcleo gerador de uma cultura política na esquerda do Brasil, durante o processo de abertura e transição.

Índice

Apresentação.....02

Capítulo I

1. História, Partido e Cultura Política.....06

2. Cultura Política Terceiro-internacionalista.....18

3. Cultura Política Frentista.....34

Capítulo II

1. A "estratégia da *derrota*" e a *Resolução de Março de 1970*.....52

2. Eleições de 1974, quedas e exílio do Comitê Central.....70

3. 1976-1979. Reorganização do partido e Frente Democrática.....80

4. O PCB e a Cultura Política Democrática.....90

Capítulo III

1. Anistia: Vitória da questão democrática?.....99

2. Chegou a Hora da Verdade.....114

3. Constituinte ou Diretas Já? A Legalidade do PCB.....131

4. Dissociação da Cultura Política Democrática e a História da Esquerda Brasileira.....143

Considerações Finais.....156

Referências.....161

Bibliografia.....167

Apresentação

Esse trabalho é composto por três capítulos. O primeiro capítulo se dedica a posicionar, historicamente, o conceito e o objeto que compõem o universo desse estudo, verificando alguns dos principais aspectos que fundamentaram o desenvolvimento de cultura política e do Partido Comunista Brasileiro. O segundo, se concentra na tarefa que capturar elementos que teriam possibilitado o estabelecimento das condições necessárias para que os comunistas do PCB, inseridos num processo de renovação política inaugurada com a *Declaração de Março de 1958*, empreendessem uma política essencialmente vinculada com princípios e valores democráticos. Já o último capítulo, procura constatar a dissociação promovida na questão democrática durante o processo de derrota da ditadura, conquistada via Colégio Eleitoral, em 1985, dimensionando os conflitos internos dos comunistas como forma de compreender a ausência do PCB face aos acontecimentos daquele processo, bem como seu declínio na vida política brasileira desde então.

De fato, a história política vem demonstrando uma capacidade cada vez maior de, novamente, se inserir do debate historiográfico, apresentando produções que se distanciam do caráter factual e descritivo que tradicionalmente a acompanhou. A "nova história política", que busca romper com o entendimento de uma história-crônica centrada na figura dos *príncipes*, tem se pautado sob uma perspectiva multidisciplinar, o que, além de absorver uma das propostas centrais dos *Annales* (que surgiu nos anos 20 exatamente como um movimento de contraposição à lógica monolítica e teológica da história política), também a aproximou do contato com diversos conceitos e instrumentais de análise que têm, em muito, possibilitado sua revitalização.

O partido político (de acordo com Gramsci, o "moderno-príncipe"), entendido como agente central na representação da sociedade (de seus valores e interesses) na esfera política, se configura como objeto de estudo de relevância inconteste, cuja diversidade e complexidade de seus temas, observadas a partir de diversas categorias de análise, enriquecem o discurso histórico, ampliando os horizontes da história política. É nesse sentido que o conceito de cultura política é aqui empregado, pautando-se menos em suas possibilidades "psico-políticas", orientando-se pela análise da cultura e do

discurso político desenvolvido pelos comunistas do PCB, como meio de perceber as "culturas políticas" que se forjaram ao longo da trajetória do partido no país.

Desse modo, os dois últimos tópicos do primeiro capítulo abordam, justamente, aspectos que compuseram, tanto a cultura terceiro-internacionalista, como a cultura política frentista. A primeira, constituída durante o período de formação e consolidação do PCB, caracterizou-se principalmente pela forte presença da Internacional Comunista sobre os rumos do partido, pelo instrumentalismo de suas concepções e, conseqüentemente, pela absorção de princípios e dogmas lançados à época de Stalin. A segunda, também pertencente a "herança" deixada pela III Internacional, se destacou por haver proporcionado aos comunistas (representantes da classe operária) a capacidade de estabelecer a unidade com outras classes e setores de classe, em torno de um programa mínimo, conferindo-lhe a perspectiva de "unidade programática" (onde a política de Frente Popular, lançada em 1935 pela IC, se constituiu como fator fundamental). Também foi a partir de seu "frentismo" que os pecebistas iniciaram, ainda nos anos 50, um processo de "nova política" centrado na valorização da questão democrática, valendo, portanto, constatar alguns de seus principais elementos.

O segundo capítulo se divide, esquematicamente, em quatro pontos específicos, todos orientados sob a perspectiva de desenvolvimento de uma cultura política democrática entre os comunistas. Após o Golpe, o primeiro desses pontos busca validar o argumento de que o Movimento Democrático Brasileiro, inserido num sistema político bipartidário, se configurou como a "alternativa frentista" dos comunistas do PCB diante da possibilidade de confronto armado com o regime, sustentado por uma parcela significativa da esquerda brasileira (que assumiam a lógica de Libertação Nacional e de "derrubada" da ditadura como meio de concretização do "salto para o socialismo"). Mais que isso, ainda nesse primeiro item, se procura dimensionar a importância da questão democrática na política dos comunistas do PCB já no início dos anos 70, com a análise do documento *Resolução Política do CE do PCB da Guanabara*, de março de 1970, em que a luta pelas liberdades democráticas, examinada sob um enfoque eminentemente político, assumiu a centro da estratégia pecebista (ressaltando que, anos mais tarde, em 1973, a maioria das teses ali expostas foram levadas em conta pela direção central e agregadas à política do PCB).

Dimensionando a incorporação da "estratégia da *derrota*" pelos comunistas, o segundo ponto está voltado para a observação de três fatos, considerados relevantes por

esse estudo no estabelecimento de uma cultura política democrática na esquerda brasileira: as eleições parlamentares de 1974, as quedas de dirigentes do PCB, em 1975, e o exílio da direção central do partido. Já o terceiro se dedica à análise do período de reorganização dos comunistas, após as quedas de 1975, centrando-se no exemplo dos comunistas de São Paulo, procurando verificar o relacionamento estabelecido entre esses comunistas e o "movimento democrático". O quarto ponto se constitui como uma análise sobre o período compreendido entre 1976-1979, apontando para o desenvolvimento de uma política, lançada a partir de um extrato comunista (essencialmente "renovador"), em que a democracia era concebida como "valor universal", rompendo com a visão instrumental empreendida pelos comunistas até então sobre a questão democrática e dando início a um "novo" entendimento da esquerda brasileira sobre democracia.

O terceiro capítulo, também dividido em quatro pontos, tem como objetivo central constatar a dissociação da cultura política democrática verificada no desenvolvimento do processo de abertura política e transição democrática. Observando os fatos e personagens daquele contexto, o primeiro ponto procura dimensionar os "efeitos" produzidos pela anistia e a volta dos exilados (especificamente o retorno da direção central do PCB) sobre a política democrática empreendida pelos comunistas encarregados da reorganização do partido, bem como caracterizar o início da disputa interna do PCB, no início da década de 1980, que conduziria os comunistas ao distanciamento do processo de abertura e, anos mais tarde, ao esfacelamento do PCB. Exatamente por isso, ou seja, pela dimensão conquistada pelas divergências dos comunistas, que apontavam, de modo geral, para três caminhos distintos, o segundo ponto é dedicado à análise de alguns dos principais aspectos da luta interna do PCB no começo dos anos 80, que ao seu final confirmou as proposições de sua vertente "conciliadora", em detrimento da "democrática" ou da "de esquerda".

No terceiro item, constatada a dissociação da questão democrática (naquele contexto representada pela estratégia da *derrota*) em suas dimensões política e social, se busca observar a proximidade dos temas que permeavam a dinâmica interna dos comunistas com o curso e os acontecimentos do processo de transição democrática, utilizando-se, para isso, da análise sobre o caráter assumido pelas campanhas de "Constituinte" e "Diretas Já" para a derrota do regime; que para os pecebistas, ao menos à aquela fração que se fez prevalecer, se resumia na luta pela "legalidade do PCB". O

último ponto se destina a constatar a dissociação da cultura política democrática desenvolvia pelas comunistas durante o período de reorganização do partido, de participação no movimento democrático e exílio dos dirigentes do Comitê Central. Além disso, também se dedica a uma análise crítica sobre a postura assumida por determinadas leituras da "nova" história política, debatendo sobre seu caráter e importância.

Por fim, as considerações finais promovem um balanço sobre a participação dos comunistas do PCB, ao menos sua parcela essencialmente "renovadora", na geração e desenvolvimento de uma cultura política democrática na esquerda brasileira, procurando dimensionar, histórica e politicamente, a sua relevância para a constituição de uma identidade política eminentemente democrática nos partidos e movimentos de esquerda. Muito embora se procure demonstrar os limites dessa experiência histórica, o fato é que, hoje, para a história política democrática da esquerda brasileira, faz-se necessário valorizar e posicionar a questão democrática como núcleo central de uma perspectiva política transformadora e socialista, concebida e desenvolvida, sob a lógica política, a partir de um extrato comunista do PCB.

Capítulo I

1. História, Partido e Cultura Política:

> *"O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais".*
> *GRAMSCI, 1984, p. 06.*

Através dos tempos, sob os mais variados gêneros, a escrita da História sempre assumiu diversas formas de interpretação e análise. Entretanto, dedicadas a ressaltar os grandes feitos e a "dignificar" seus respectivos heróis, a narrativa de acontecimentos políticos e militares predominou sobre os escritos históricos por um longo período. Durante vários séculos, "desde os tempos de Heródoto e Tucídides", confirmando sua proximidade com o poder e com aqueles que o detinham, a história política – caracterizada, por exemplo, em estudos monásticos, de memória política ou tratados de antiquários – se confundiu com o próprio "fazer histórico".

Concentrando-se somente na observação dos fatos históricos ocorridos, desvinculando-se de uma análise global capaz de posicionar os acontecimentos políticos como elementos inseridos num determinado processo histórico, a história política parecia resumir-se em si própria, numa situação onde fatos, personagens e narrativa explicavam-se por si mesmos. Tal comportamento, pautado e "sustentado" por relatos teológicos sobre a grandiosidade política de reis e príncipes, encontrou seu declínio com o esgotamento do absolutismo monárquico e a consolidação do Estado moderno, cuja diversidade de atores e personagens, que passaram a permear a arena política, praticamente obrigava a uma nova interpretação sobre a política e, conseqüentemente, sobre a história.

Até mesmo quando a história política se propôs a absorver novos modelos de interpretação, obedecendo à sua matriz autocrática, fez ligando-se a doutrinas que traduziam o emergente racionalismo da sociedade moderna, sob a luz de elaborações "teológicas" e "naturais". De maneira geral, a aproximação entre a história política e os elementos fundacionais do positivismo, por exemplo, demonstra bem o caráter essencialmente conservador empreendido pela narrativa histórica sobre os acontecimentos políticos, mantendo sua estrutura de análise voltada os "grandes" fatos e personagens que, como "força superior", regiam o comportamento e os anseios de determinado organismo social.

A partir de meados do século XIX, avançando ao longo do XX, a validade da narrativa "política" da história tem sido permanentemente questionada e, numa escala crescente, amplamente rechaçada pela historiografia.[1] Com a emergência do paradigma multidisciplinar, sociocultural e econômico dos *Annales* (durante os anos 20 do século passado), bem como com a expansão do materialismo-dialético marxista, concentrado na esfera econômica e na visão totalizante do processo histórico (propagado mundialmente pela Revolução Bolchevique de 1917), a história política e, conseqüentemente, os estudos sobre partidos políticos passaram a sofrer uma certa desconfiança, caracterizada pela própria "natureza positiva" dos trabalhos produzidos.

Tendo claro, ao lado de Gramsci, "que o protagonista do novo Príncipe não poderia ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político"[2], constata-se que a história política, no entanto, simplesmente transferiu para os partidos o caráter normativo e factual, até então utilizado na narrativa sobre a trajetória dos soberanos. Com absoluta precisão e riqueza de detalhes, tais estudos consistiam, basicamente, em monografias, nacionais ou locais, destinadas a meramente reconstruir o cotidiano dos

[1] De acordo com Peter Burke, ocorreram manifestações contrárias a historiografia política ainda no século XVII. Segundo Burke, "foi durante o Iluminismo que ocorreu, pela primeira vez, uma contestação a esse tipo de narrativa histórica". Entretanto, como também afirma Burke, a concretização de um movimento real, de contraposição à história política, ocorreu, de fato, a partir da criação da revista *Annales*, em 1929. Afirma que as diretrizes básicas dos *Annales*, expostas desde então, resumiam-se assim: "Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia a psicologia, a economia, a lingüistica, a antropologia social, e tantas outras". In: BURKE, 1997, p. 17; 12.
[2] In: GRAMSCI, 1984, p. 22.

partidos, conferindo uma importância suprema para datas, afirmação de símbolos e construção de mitos.

Novamente reproduzia-se uma identificação sobre fatos, fragmentada e dissociada do processo em curso: o nascimento do partido, seus acidentes históricos, embates congressuais, lutas internas entre dirigentes e grupos, dentre outros. Sem que um eixo temático orientasse todo um conjunto de informações, tais trabalhos se caracterizavam como uma espécie de história-crônica e/ou história factual. A preservação destas características fundamentais de sua narrativa, somadas à dimensão conquistada pelas interpretações produzidas pela "nova história" dos *Annales* e pela emergente "tradição" marxista, fizeram com que a história política e o estudo sobre os partidos políticos assumissem, portanto, um certo grau de inferioridade analítica diante do universo historiográfico.

Mesmo aqueles estudos orientados por aspectos ideológicos, baseando-se na noção de que um partido se define fundamentalmente por seu projeto de sociedade, terminavam por meramente reproduzir o caráter factual herdado pela história política. Embora haja o reconhecimento de que, sob esse aspecto ideológico, o modelo praticamente único é o do partido marxista, o fato é que tais análises resumiam-se em examinar o modo como a ação de determinado partido conduzia, em maior ou menor grau, à realização de seu ideal, de sua utopia. Com isso, mais uma vez analisava-se somente fatos e personagens que compuseram a trajetória de determinado partido (marxista), sem que para isso fosse colocada sob suspeita a própria legitimidade do projeto de sociedade sustentado pelo partido, entendido como algo "superior" e inquestionável.

Enfim, a história política na "época moderna", representada pelos estudos sobre os partidos políticos e apresentada na forma de história-crônica, factual ou ideológica, tinha como características fundamentais o simplismo e, principalmente, a indiferença pelo real, apegando-se a fatos em detrimento de uma análise processual da história. Mais que isso, manuseando somente as versões "oficiais" sobre os acontecimentos, a história política mostrava-se incapaz de problematizar seu objeto e agregar outros instrumentos de análise.

Desse modo, por exemplo, distanciava-se da fundamentação científica oferecida, tanto pela história quantitativa, pautada na utilização de números e índices, como pela "tradição" marxista que, a partir de leituras sobre a esfera econômica, fornecia a chave

de toda explicação à história social. Isso fez com que, até bem pouco tempo, a história política e o estudo sobre os partidos fossem desprezados pela historiografia, tendo sua importância relegada à um nível inferior na escrita da História.

Ainda na primeira metade do século XX, encarcerado pelo regime fascista italiano, o dirigente e intelectual comunista que melhor apreendeu na "tradição" marxista a diversidade e o caráter "ocidental" da "época moderna", Antônio Gramsci, afirmava que para se escrever a história de um partido, além da mera narração de seu nascimento e acontecimentos de sua vida interna, é necessário "levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e setor mais avançado".

Entendendo que a história de determinado partido político não pode ser compreendida de maneira isolada, como se fosse possível observar seu percurso sem se deparar com as implicações impostas pelo contexto em que se vive, Gramsci atenta para a importância das diversas dimensões sociais que, com maior ou menor grau de interferência, influenciam e, até mesmo, determinam o comportamento assumido pelo partido. De acordo com Gramsci:

> "(...) a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; têm amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente com referências internacionais) resultará a história de um determinado partido".[3]

De fato, para se escrever a história de determinado partido, ao contrário de uma narrativa meramente descritiva e factual, como aquela produzida até então pela história política, faz-se necessária a compreensão de todo um conjunto de informações, que muitas vezes transcendem às fronteiras internas do partido. Ou seja, mais que a simples constatação de feitos históricos, a história de um partido político somente terá sua validade confirmada ao mostrar-se capaz de dimensionar qual o significado assumido pelo partido em determinado momento da história de um país, apontando conflitos e

[3] In: GRAMSCI, 1984, p. 24.

contradições. Nesse ponto, a concepção gramsciana parece ir de encontro às proposições da "nova história política".

Desde a década de 1970, tem sido demonstrada uma capacidade cada vez maior dos estudos produzidos pela historiografia política em revelar a vitalidade do cruzamento entre o acontecimento singular e os processos de longa duração. Tal combinação entre a verificação dos "fatos" e a análise do "processo", fundamentada a partir de múltiplos elementos expostos em determinado organismo social, tem possibilitado, conseqüentemente, o estudo sobre a própria existência e ação dos partidos políticos.

A resposta para a pergunta sobre o "que é a história de um partido?", deixou de ser a exposição sistemática de "fatos", destinada a narrar somente o cotidiano interno do partido; ao contrário, a constatação sobre o papel exercido pelo partido em determinado conjunto social, pautada na problematização entre os elementos de seu projeto de sociedade e de sua ação, passou a ser entendida como diretriz fundamental para a construção da história de determinado partido político. Este aspecto fez com que a história política, diante da diversidade dos emergentes segmentos sociais, se voltasse para a complexidade da "época moderna", exigindo um comportamento multidisciplinar para a realização de suas interpretações.

Como conseqüência da aproximação entre a narrativa política e determinadas disciplinas, destinadas ao estudo sobre os diversos tipos de comportamento assumidos pela sociedade, a história política vem se utilizando de várias categorias de análise. Categorias como o "peso da tradição e o jogo das mentalidades, a cultura e o discurso, os grupos sociais e a ideologia, a psicologia social, o jogo dos mecanismos organizacionais e a importância das representações coletivas", se constituem, a partir de várias matrizes teóricas, como suportes e eixos para as diversas investigações sobre partidos políticos.[4]

Para a explicação dos aspectos mais complexos, tanto da existência, como da ação dos partidos, tal leque de categorias de análise tem possibilitado aos investigadores refletirem sobre a natureza dos partidos e sua função na sociedade política, ou seja, sobre o significado de sua existência e o papel dos partidos em determinados momentos da história. Concentrando-se, essencialmente, na luta pelo poder e na maneira como ela

[4] In: BERSTEIN, 1996, p. 58.

é encarada e vivida no cotidiano dos atores políticos que fazem a História, o partido se apresenta, fundamentalmente, como o lugar onde se opera a mediação política, justamente na representação de interesses, de expectativas.

De fato, considerando a esfera política como o espaço existente entre as esferas econômica e sociocultural, ou seja, entre estrutura e supra-estrutura, verifica-se que a realidade vivida pertence à esfera do concreto e, por outro lado, o campo político (entendido como "mundo das idéias") à esfera do discurso. Desse modo, constatando-se a existência de um espaço entre o problema apresentado pelo domínio do concreto e a resposta oferecida pelo domínio do discurso, nota-se que é nesse "intervalo" que se opera a mediação política (que também pertence ao campo político, agora entendido como sociedade política: suas estruturas, instâncias e instituições), desempenhada, dentre outros, pelos partidos políticos.

Ao contrário da disseminada lógica militar de "arte da guerra", se compreendida como a "arte do possível", a esfera política configura-se, portanto, como uma síntese necessária entre as esferas econômica e sociocultural, como um elo capaz de conferir uma certa coesão ao conjunto social, ou, ao menos, em parte dele. Enfim, se entendida nesses termos, a política surge como uma esfera mediadora entre os movimentos simultâneos e dialéticos de estrutura e supra-estrutura. Uma arena que apresenta na ação de estruturas, instâncias e instituições organizadas por agentes sociais, a representação política concreta das relações estabelecidas entre os diversos interesses e valores da sociedade.

Nesse caso, o partido político, entendido como uma instituição social essencialmente destinada à representação de segmentos, setores e classes na sociedade política, adquire a dimensão de ator e personagem dos acontecimentos políticos, constituindo-se, afinal, como um objeto de estudo muito mais complexo que aquele considerado pela historiografia política tradicional, extremamente rico em sua diversidade. Desse modo, a resposta oferecida pelos partidos sobre a realidade e a política, através de suas ações e seus discursos, torna-se um elemento de suma importância para qualquer análise que se pretenda realizar sobre partido político e que procure dimensionar sua relevância em determinado contexto histórico.

Problematizando tal situação, verifica-se que a resposta oferecida pela mediação do partido político é determinada, em grande parte, pela relação existente em seu interior entre projeto de sociedade, leitura da realidade e ação. E que, composta de

aspectos singulares que formam a ideologia do partido, termina por desenvolver elementos de uma cultura política específica. No entanto, muitas vezes o projeto de sociedade não aparece de maneira clara e evidente para todos os membros do partido, dificultando sobremaneira o possível êxito das respostas produzidas pelo partido junto à sociedade. Cabe ao partido político, portanto, na linguagem que lhe é própria, articular as necessidades e aspirações geralmente desorganizadas da população, exercitando uma função específica na esfera de mediação política, a da representação.

Debruçado sobre a questão historiográfica e de conceitos empregados na produção de estudos sobre os partidos políticos, orientando novas elaborações, Serge Berstein atesta que "na maior parte dos casos, é sob forma de uma cultura política difusa que a ideologia se impõe aos membros de uma formação". E logo em seguida, define que:

> "(...) essa cultura difusa se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas, etc.".[5]

Desse modo, se a tarefa do historiador consiste em perceber, com a maior consistência possível, a distância entre a realidade e o discurso, tendo como pressuposto a problematização do projeto de sociedade de determinado partido, seu êxito depende da consideração de dois aspectos: 1) leitura efetuada pelo partido sobre a sociedade, seus segmentos, esferas e dimensões; 2) resposta empreendida pelo partido e sua assimilação, primeiro, pelos membros do partido, depois, pela sociedade.

Considerando tais aspectos, seria possível então verificar qual o papel exercido pelo partido, dimensionando sua importância diante de determinado contexto histórico. E nesse caso, amparada pela sociologia política, a utilização da cultura política de um

---

[5] "Assim a cultura política aparece, em suas diversas manifestações, como linguagem comum simplificada (da qual o rito é a forma mais sumária) dos membros de uma formação, que desse modo fazem profissão de ideologia sem precisar necessariamente exprimi-la explicitamente, mas com a certeza de serem facilmente compreendidos por todos os membros do grupo". In: BERSTEIN, 1996, p. 88-89.

partido surge como instrumento conceitual capaz de fornecer uma riqueza tal de elementos constitutivos à história do partido, possibilitando ao historiador verificar com clareza sua real dimensão no processo histórico analisado.

Contudo, o conceito de cultura política vem sendo utilizado com extrema freqüência nos estudos dedicados a história política, sem o necessário aprofundamento sobre seu significado. Geralmente, trabalha-se o conceito de cultura política de forma genérica, fundamentando seu entendimento sob uma espécie de senso comum, sendo poucos os estudos que se dedicam a uma abordagem mais ampliada. Muitas vezes, esse senso comum se restringe, apenas, a uma constatação superficial de cultura política como "um conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos compartilhadas por indivíduos de determinada sociedade, tendo como objeto os diversos fenômenos políticos".[6]

Não se defende aqui que, para realizar uma "nova história política", seja necessária a construção de um amplo estudo "antropológico" sobre o uso e o emprego do conceito de cultura política pelas ciências sociais. Nem mesmo se propõe construir uma "sociologia histórica da formação de conceitos", até porque tais tarefas se encontram mais próximas a determinados segmentos da sociologia política, do que aos historiadores, que "simplesmente" (ou "simploriamente") utilizam o conceito para concretizarem suas leituras sobre aspectos da história política.

Entretanto, ao se efetuar uma análise histórica sobre elementos políticos e culturais de determinada sociedade, de determinado partido, não se pode deixar de atribuir uma certa relevância à necessidade de um "posicionamento histórico" do conceito, que procure aproximá-lo da realidade em questão. Justamente porque o conceito (seja ele qual for), não se explica por si mesmo, não fala apenas para si; o que,

[6] Tal caracterização, que alcançou os mais diversos estudos, revela o caráter superficial da utilização do conceito, sendo o "senso comum" uma espécie de mera reprodução de uma mesma idéia. Até mesmo o estudo de Raimundo Santos, cujas determinações de cultura política terceiro-internacionalista e cultura política frentista são empregadas por esse trabalho, recorre a tal generalização sobre cultura política. Senão vejamos. Na Introdução de *Modernização e Política*, lê-se: "Na bibliografia clássica, a expressão 'cultura política' passou a designar um conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social, tendo como objeto os fenômenos políticos". In: SANTOS, 1996, p. 01. Do mesmo modo, Giacomo Sani, no *Dicionário de Política*, afirma que se utiliza Cultura Política "para designar o conjunto de atitudes, normas crenças, mais ou menos partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto os fenômenos políticos". In: SANI, 1996, p. 306.

de fato, o transformaria em mera figura teórica, sem implicações sobre a prática e a realidade que se pretende examinar.

Embora apresentado como uma construção epistemológica recente, hoje o conceito de cultura política se configura como um conceito rejuvenescido, originário de onde muitos consideram "um passado obscuro". Ou seja, associado à sociologia e as teorias de modernização do pós-guerra, essencialmente a *parsoniana* e a *behavorista*, que, em última análise, visavam a reprodução das condições da democratização ocidental (sob a lógica do desenvolvimento capitalista através da "liberdade de mercado"), o conceito de cultura política foi reduzido a uma variante explicativa das sociedades de mercado estabelecidas e autônomas da presença estatal, ao menos em teoria.

Aliás, a rede conceitual que sustenta a noção de cultura política, até os dias de hoje, tem origem na teoria anglo-americana de cidadania do século XVII. Elaborada por Jonh Locke, tal teoria se expressa, de forma geral, no liberalismo político, concebendo o conceito de cultura política como num mero instrumento para determinado domínio da sociedade civil, como uma esfera intermediária destinada a preservar as liberdades inglesas e as instituições liberais e democráticas:

> "Sua tarefa no século XVII foi de proporcionar coesão para o domínio da *sociedade civil* (pronto simplesmente *sociedade*), lugar recentemente descoberto pela troca de mercado destinado a proporcionar o fundamento para as liberdades inglesas. Mesmo definido como parte do domínio privado, a verdadeira identidade do conceito de cultura política, apesar de tudo, se fez depender de sua tarefa crítica de *estabelecer e guardar as fronteiras entre o público e o privado*".[7]

Ainda que ligado umbilicalmente à questão democrática, emergente com o liberalismo setecentista, o ranço maior que paira sobre o conceito, no entanto, concentra-se no fato da sociologia política, ao dissociar cultura e sociedade dentro de suas análises sobre os sistemas sociais, insistir em reproduzir o conceito de cultura

[7] In: SOMERS, 1996/97, p. 37.

política como uma simples variável explicativa para os processos de democratização que se desenvolveram a partir daquele contexto.

Enfim, através de um sofisticado conjunto epistemológico, onde a natureza, em detrimento da razão e dos sentimentos, proporcionava critérios para valorizar o conhecimento (de acordo com Margareth Somers, uma "metanarração"), nota-se que tais elementos fundacionais, que sobreviveram há mais de três séculos, ainda hoje dão forma e substância ao conceito de cultura política.

Mesmo combatido por críticas mais radicais das ciências sociais, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, nem mesmo as elaborações de Habermas, sobre as transformações estruturais processadas na esfera pública, conseguiram superar o conceito original de cultura política. Sobre esse aspecto específico, Margareth Somers, afirma que "o relato marxista-weberiano de Habermas sobre o surgimento e queda da esfera pública liberal-democrática tem mais em comum com o conceito original de cultura política que diferenças". E constata que, seja em sua forma pasoniana ou habermasiana, o conceito de cultura política tem sido utilizado de uma maneira que não se pode afirmar, nem como político, nem como cultural.[8]

Desse modo, percebe-se que a historiografia política, diante de tal indefinição e desmotivada em realizar uma "sociologia histórica da formação de conceitos", tem se pautado nas categorias desenvolvidas pela sociologia americana, hegemonicamente representada pelas estruturas criadas por Gabriel Almond e Sidney Verba. De maneira geral, definem o conceito de cultura política como um conjunto de tendências psicológicas dos indivíduos de uma sociedade em relação à política, relacionando três tipos de tendências que os indivíduos podem assumir ao encarar os fatos e as relações sociais.[9]

Sustentada a partir de uma complexa estrutura "psico-política" que, por sua vez, se compõe de um quadro esquemático de análise e definição, tal caracterização

---

[8] "Meu argumento central é o seguinte: seja denominada como cultura política ou como esfera pública, tanto em suas formas parsoniana ou habermasiana, o conceito de cultura política é utilizado de uma forma que dificilmente se pode considerar *política* ou *cultural*". In: SOMERS, 1996/1997, p. 32.

[9] A tendência *cognitiva*, como o conjunto de conhecimentos e crenças relativas ao sistema público, interpela quais são os papeis e quem são seus titulares em dado tecido social; a *afetiva*, como os sentimentos nutridos em relação ao sistema e suas estruturas; e a *valorativa*, que compreende juízos e opiniões sobre fenômenos políticos, sendo a combinação de informações, sentimentos e critérios de avaliação. As três tendências se diferenciam por seus objetos, de acordo com a relação existente entre indivíduo e sistema. In: ALMOND; VERBA, 1965. Ver: SANI, 1996, p. 306-307

configura-se como fundamento conceitual de muitas das análises dedicadas à abordagem e ao trato da cultura política de determinado agente político, seja ele estatal, religioso, econômico ou social.

De fato, as elaborações de Almond e Verba sobre o conceito de cultura política trouxeram um conjunto de elementos que renovaram a sua utilização nos estudos produzidos pelas ciências sociais. Dentre outras questões, verifica-se que a sistematização sobre o deslocamento do estudo da cultura política, que passou da "justificativa" econômico-liberal para a interpretação de estruturas psicoculturais da sociedade política, conferiu uma nova dimensão e importância ao conceito, estimulando a produção de novas análises na historiografia, muitas vezes constituindo-se como referência obrigatória.

Exatamente por isso, embora haja o reconhecimento sobre a necessidade de se avançar a compreensão sobre o conceito de cultura política, não há como se desprezar as categorias e possibilidades de análise desenvolvidas por Almond e Verba. Principalmente se for levado em conta a propriedade da classificação e sobreposição de culturas e subculturas políticas, estabelecidas a partir do cruzamento de valores e determinadas em três tipos específicos, com a proposta de análise apresentada por esse estudo. Cujo objetivo central é dimensionar o desenvolvimento de elementos de uma cultura política democrática no interior da esquerda brasileira, especificamente no PCB (verificar importância do partido em determinado momento histórico), bem como suas contradições e antagonismos.

Em resumo, o primeiro tipo de cultura política, denominado por Almond e Verba de *parochial culture*, ocorre em sociedades onde os papéis das instituições políticas não são claramente definidos ou, quando tal definição ocorre, se confundem com as funções desempenhadas por estruturas econômicas ou religiosas.

O segundo tipo de cultura política, também conhecido como "cultura política de sujeição", se define quando os conhecimentos, sentimentos e avaliação dos membros de determinada sociedade voltam-se, especificamente, aos aparelhos administrativos executores e com poder de decisão, ainda que se procure um certo entendimento sobre o sistema político em seu conjunto.

Já o terceiro tipo, "cultura política de participação", seriam tendências que se dedicariam a compreensão do papel de cada um dos atores que compõem determinada realidade e seu sistema político, onde os conceitos de "adesão", "apatia" e "alienação"

serviriam para caracterizar a relação, conflitante ou não, entre a cultura política e as estruturas políticas de uma sociedade.[10]

Entretanto, se analisados assim, de maneira isolada, os três tipos de cultura política somente seriam possíveis em situações de absoluta homogeneidade de determinada cultura política, o que definitivamente não é possível diante das complexidades, maiores ou menores, de qualquer formação social. Neste caso, tais construções sociológicas, ao serem contrastadas com a realidade, tornam-se figuras meramente teóricas. Daí a necessidade de um entendimento sobre o conceito de cultura política que esteja pautado em sua historicidade, onde o desenvolvimento de determinado conjunto de atitudes, normas, crenças e símbolos, ocorra de acordo com a realidade de determinado momento histórico, como uma resposta aquilo que se vive.

Mas, e este é o aspecto mais importante, não existindo a possibilidade de se constituírem como tendências puras, a análise de Almond e Verba verifica que, ao contrário, elas se sobrepõem, criando novas culturas e subculturas no interior de um mesmo tecido social. Assim, a cultura política de um determinado partido, por exemplo, poderá ser composta de diversos elementos, pertencentes a cada um dos três "tipos" e desenvolvidos no cruzamento entre comportamentos "paroquial", de "sujeição" e de "participação", conforme o contexto.[11]

De acordo com este entendimento, salientando menos o aspecto "psicológico" embutido em tal definição sobre o conceito de cultura política e mais suas possibilidades políticas, como esfera de mediação, utiliza-se aqui um parâmetro de análise centrado, conforme apresenta Berstein, na **cultura** e no **discurso**.

Identificando a sobreposição das categorias lançadas pela sociologia americana como fator de gestação e transformação da cultura política de uma sociedade, possibilitando o estabelecimento de várias subculturas, busca-se verificar a distância conferida entre a realidade política e a formulação processada pelo Partido Comunista Brasileiro, como instrumentos de análises que sejam capazes de dimensionar a

[10] In: SANI, 1996, p. 306-308.

[11] "Assim, por exemplo, o surgir de novas unidades políticas resultantes do agrupamento de comunidades antes separadas pode ser considerado como caso um caso de transição que exigiria a passagem duma Cultura política de tipo *parochial* a uma Cultura política 'de sujeição'; analogamente, os problemas da transição de um regime autoritário para um regime democrático podem ser vistos como problemas relativos à reação, transformação e difusão de uma Cultura política de tipo 'participante'". In: SANI, 1996, p. 307.

importância e o papel exercido por este partido, diante do contexto de abertura e transição democrática.

Desse modo, não há como analisar o desenvolvimento de uma cultura política democrática na esquerda brasileira, originariamente exercida por um estrato comunista, sem verificar sua construção e execução a partir da própria trajetória histórica do PCB. Principalmente ao se entender, ao lado da sobreposição de tendências apresentada por Almond e Verba, que em determinados momentos, para o próprio desenvolvimento da cultura política democrática, ocorrem sínteses de elementos centrais das "culturas políticas" do PCB, em outros, a necessidade de imposição e disputa de uma sobre outra.

2. Cultura Política Terceiro-internacionalista:

> *"A experiência política da revolução proletária na Rússia tem importância mundial. Ela ressaltou as formas da luta proletária pelo poder: as ações de massas, os sovietes e a ditadura proletária. A Internacional Comunista é o resultado e a expressão desta experiência.*
> *(...) Trabalhadores das duas Américas, uni-vos! A Internacional Comunista vos chama para a ação!*
> *Viva a revolução mundial!".*
> *Comitê Executivo da Internacional Comunista, 1921.*[12]

Presente na vida política por mais de setenta anos, a maioria deles como clandestino e "ilegal", o PCB constituí-se hoje como objeto histórico, de relevância inconteste, para toda análise que pretenda examinar o curso da esquerda no Brasil. Afinal, além de sua longevidade enquanto organismo partidário (e até mesmo por conta disso), não há como desprezar cerca de quatro décadas, senão mais, de ampla hegemonia e influência política exercida por este organismo marxista sobre os movimentos populares e de esquerda no país: elaborando política, desenvolvendo ações, formando mesmo uma cultura política específica.

---

[12] *Sobre a Revolução na América, Chamamento à classe operária das duas Américas*, 15 de janeiro de 1921. In: LÖWY (org.), 1999, p.82.

Embora haja o reconhecimento de que a fundação do PCB tenha sido precedida de movimentos anteriores (como as greves operárias do início do século, lideradas pelos anarquistas, e as intervenções "literárias" acerca da luta de classes, promovidas por socialistas ilustrados)[13] e mesmo considerando as diversas dissidências ocorridas, a história mostra que a esquerda brasileira somente encontrou forma e conteúdo a partir dos comunistas e seu partido. De fato, o surgimento dos comunistas e de seu partido, no início dos anos 20, representou um elemento de fundamental importância no complexo conjunto de mudanças que se processavam no país.

Os comunistas foram os primeiros a organizar um partido nacional no Brasil, contrariando a lógica vigente na República Velha de partidos regionais; foi também com o PCB que surgiram os primeiros esboços de sistematização programática e organicidade política, tanto para os movimentos de esquerda como para a própria política partidária brasileira.

Para a organização da classe operária, propriamente dita, o gesto de fundação do PCB representou ainda a "separação" entre sindicatos e partidos políticos, ocorrida no movimento operário internacional já a partir de 1900, durante a vigência da Internacional Socialista. Não obstante, dentre tantas outras questões, também foram os pecebistas que incluíram a questão feminina e de participação política da mulher na agenda da esquerda brasileira e na vida política do país.

Conhecer a história do Partido Comunista Brasileiro significa, portanto, entender a história da esquerda brasileira, justamente porque, historicamente, o PCB se constituiu como o núcleo gerador da esquerda no país. Porém, mais que este aspecto gerador, o fator de maior importância para nossa análise concentra-se na hegemonia absoluta exercida pelo Partido Comunista Brasileiro sobre o movimento operário e popular: do início dos anos 20 até finais da década de 1970, a ampla maioria dos movimentos e partidos que se formaram na esquerda brasileira (alguns permanecendo até os dias de hoje) identificam o PCB como matriz histórica.

---

[13] De forma dispersa e pouco expressiva, os incipientes movimentos de esquerda no Brasil se restringiam às ideologias socialista, influenciada pelo nacionalismo então emergente e pelas "luzes" dos pensadores franceses, e anarquista, cujo radicalismo tinha presença marcante principalmente no sindicalismo operário e fabril. Ver: HECKER, 1998 e CARONE, 1986. Sobre o nascimento do marxismo no Brasil, talvez seja interessante ressaltar o pensamento de Cláudio Batalha: "... os socialistas brasileiros que atuaram na última década do século XIX e nos primeiros anos deste século podem não ser marxistas pelos critérios de hoje, mas seriam classificados como tais pelos critérios de seu tempo". In: BATALHA, 1995, p. 11.

Sob vários matrizes teóricos e diversos parâmetros de análise, a trajetória histórica do PCB tem sido utilizada como objeto de muitos estudos, que, de modo geral, buscam capturar especificidades da política empreendida pelos comunistas brasileiros. Observando a vasta bibliografia produzida, é possível encontrar análises que, ainda que de maneira indireta ou como "suporte" para hipóteses centrais, se dedicam a verificar alguns aspectos da relação do PCB com o movimento comunista internacional, mais precisamente com a Internacional Comunista.

Mais recentemente, alguns destes estudos procuraram dimensionar a interferência das diretrizes da III Internacional sobre a política do PCB e a influência da Revolução Bolchevique enquanto perspectiva política capaz de realizar a construção do socialismo no país, analisando o período formador da cultura política que permaneceria durante anos acompanhando a sorte do partido; uma cultura política marcada pela presença da Internacional Comunista sobre o marxismo-leninismo pecebista ou, conforme a designação utilizada por esse estudo, uma cultura política terceiro-internacionalista.

Considerando os movimentos que antecederam e motivaram a formação do partido, o fato é que o próprio ato de fundação do PCB parece demonstrar sua estreita sintonia com o movimento comunista internacional. Pois, fundado em 1922 e inicialmente denominado *Partido Comunista do Brasil - Seção Brasileira da Internacional Comunista*[14], o PCB destaca-se pelo fato de se constituir enquanto reflexo político direto e um tanto "tardio" da Revolução Bolchevique de 1917.

Tardio porque, distante de qualquer pretensão de realizar uma análise comparativa, desprovida de reconhecimento e consideração das particulares históricas de cada país, porém utilizando a comparação apenas como um recurso figurativo, verifica-se que outros partidos comunistas na América Latina, como, por exemplo, o PC argentino (1918), o PC mexicano (1919) ou o PC boliviano (1921), tiveram suas fundações durante o período da conquista do poder pelos bolcheviques. O PCB, ao

[14] Com certo "romantismo", estudo histórico-jornalistico de Luis Mir, *A Revolução Impossível*, procura narrar "ato oficial" da fundação do PCB. Logo na introdução, lê-se: "É uma história que atravessa o século. O *Diário Oficial* de 7 de abril de 1922 publicou o registro e os estatutos de uma sociedade civil que se denominava Partido Comunista do Brasil, seção brasileira da Internacional Comunista, com sede na praça da República, 40, Rio de Janeiro. Que tinha por fim: promover o entendimento, a ação internacional e a organização política dos trabalhadores em partido de classe, para a conquista do poder e conseqüente transformação política e econômica do capitalismo em sociedade comunista". In: MIR, 1994, p. 09.

contrário, não surgiu imediatamente com a vitória da Revolução de Outubro, mas sim após sua consolidação, ocorrida somente com o final da Guerra Civil russa, em 1921.

Isso não quer dizer que, diante do impacto causado mundialmente pela primeira revolução proletária da História, a vitória dos bolcheviques tenha passado desapercebida no Brasil.

Não. Em 1918, por exemplo, Astrojildo Pereira, que anos depois seria um dos fundadores do PCB, concluiu *A Revolução Russa e a Imprensa*, defendendo a conquista dos comunistas russos frente aos ataques promovidos pelos jornais brasileiros da época. Do mesmo modo, a exposição "dialética" de Otávio Brandão sobre as etapas do proletariado nos país, em *Agrarismo e industrailismo*, de 1926, considerando as "perseguições epitacistas" como entrave para a organização da classe operária, entre 1917 e 1920, (referindo-se a desorganização do movimento operário, promovida durante o período da presidência de Epitácio), busca "justificar" a impossibilidade de formação de um partido comunista no país justamente no momento de consolidação da Revolução de Outubro. No entanto, Otávio Brandão revela que a fundação do "Grupo Comunista do Rio", em novembro de 1921, constituiu-se em um "reagrupamento de forças"; movimento que, mais tarde, culminou na formação do PCB.[15]

Enfim, reconhecendo as manifestações favoráveis ao êxito dos bolcheviques e as dificuldades políticas para a organização do movimento operário, mesmo com o ciclo grevista de 1917-1919, o fato é que a fundação "tardia" do PCB também obedece a fatores mais complexos, que têm haver com a própria formação da sociedade brasileira. Como bem assinala Werneck Vianna, o PCB se diferencia por ser um:

> "Partido marxista surgido diretamente do movimento operário, e não de uma dissidência socialista, como ocorreu nos demais países do Cone Sul (...). Especificidade que é sua, e também da sociedade brasileira que não favoreceu condições para a formação de uma militância partidária dos intelectuais, o PCB vem ao mundo sem a adesão de uma *intelligentzia* que amplie suas

[15] Ver: PEREIRA, 1976; ZAIDÁN (org.), 1980. Sobre BRANDÃO, *Agrarismo e insdustrialismo*, Buenos Aires, 1926, vale a pena citar o comentário de Luiz Werneck Vianna: "Como se sabe, a indicação do local da edição é falsa; o livro foi publicado no Rio de Janeiro, e o autor é encoberto pelo pseudônimo de Fritz Meyer". In: VIANNA, 1989, p. 172.

> interpretações sociais e o credencie à elaboração de uma elaboração marxista do país".[16]

De fato, tendo em vista as escassas interpretações marxistas produzidas até então no país, a maioria pautada pela valorização conjunta entre as idéias de Marx e o positivismo de Comte (característica que, aliás, permaneceria nas entrelinhas da política dos comunistas brasileiros, em boa parte de sua trajetória, e os deixariam próximos às influências do movimento militar), pode-se mesmo afirmar que a Revolução de 1917 e, conseqüentemente, o surgimento do PCB, praticamente inauguraram o estudo do marxismo no Brasil. Considerando que os marxistas já compunham o universo operário europeu desde meados do século XIX, contrapondo-se aos anarquistas, inovando as concepções políticas da social-democracia e dos socialistas, nota-se que no Brasil, ao contrário, as interpretações marxistas surgiram com o comunismo bolchevique, sendo motivadas por sentimentos libertários, oriundos das concepções anarquistas do sindicalismo operário e fabril.

Portanto, tendo claro que os primeiros partidos comunistas apareceram pouco depois da primeira guerra mundial, sob o impacto que produziu a vitoriosa revolução bolchevique, o fato é que, somente com a fundação da Internacional Comunista, promovida pelo Partido Comunista russo, foram criados os pressupostos iniciais para a organização dos partidos comunistas, sendo a fundação do PCB um reflexo direto dessa política. Afinal, a designação "oficial" de Partido Comunista do Brasil, *seção* brasileira da Internacional Comunista, em 1922, não foi mera obra do acaso.

Por exemplo, em documento especificamente orientado para a "organização" dos camaradas sul-americanos, de janeiro de 1921, o "Comitê Executivo da Internacional Comunista", afirma a necessidade de aliança revolucionária de operários e camponeses para a luta contra o imperialismo norte-americano e as burguesias locais. Diante da necessidade de expansão do paradigma revolucionário bolchevique, em escala mundial, a IC lançava, pela primeira vez, a hipótese de extensão continental da revolução. Para tanto, colocava-se como tarefa revolucionária urgente e essencial, a constituição de partidos comunistas na América do Sul, como meio de fortalecer os elementos socialistas revolucionários com o comunismo:

---

[16] In: VIANNA, 1989, p. 130-131.

> "Esta tarefa consiste sobretudo em organizar, em cada país da América do Sul, um partido comunista decidido e consciente que tenha uma idéia clara sobre seus objetivos. Este Partido não precisa ser poderoso desde sua formação; importa apenas que tenha um programa claro e preciso e que crie uma agitação clara em favor dos princípios e da tática revolucionários, que seja implacável em sua luta contra os que enganam e atraiçoam as massas".[17]

A afirmação sobre a necessidade de formação de partidos comunistas em vários países, pautada sob a lógica da IC de ser possível constituir-se enquanto um "partido mundial" (capaz de dirigir a "revolução mundial" através de seções nacionais), tinha como pressuposto a admissão dos novos grupamentos ao seu modelo de estrutura organizativa, obedecendo às diretrizes sobre os requisitos para o ingresso na Internacional Comunista, as conhecidas vinte (ou vinte e uma) condições para admissão. O principal objetivo era assegurar a unidade ideológica do marxismo-leninismo, exposto na política da IC, tendo como base as formulações do Partido Comunista russo, posteriormente conhecido como PCUS.

Aliás, desde 1920, após o II Congresso da III Internacional Comunista, já se tinha definido os pontos mais importantes de sua estrutura organizativa, que se resumiam: um único partido comunista mundial; um congresso mundial; um comitê executivo; vinculando as instruções do Comitê Executivo para todos os partidos e organizações pertencentes à Internacional Comunista. Com isso, não apenas o PCB, mas os diversos PCs espalhados pelo mundo tinham na Revolução Bolchevique e nos paradigmas político-organizacionais da Internacional Comunista, a orientação e o fundamento político que lhes faltavam, atuando como verdadeiros "agentes propagadores" da "Grande Revolução de Outubro" em seus países. Todos os comunistas deveriam seguir alguns princípios básicos, tais como: universalidade da luta comunista (IC como partido comunista mundial); estrutura coletiva, centralizada e hierárquica;

[17] *Sobre a revolução na América. Chamamento à classe operária das duas Américas*, 15 de janeiro de 1921. In: LÖWY (org.), 1999, p. 80.

centralismo democrático como política interna (minoria acata, "democraticamente", a decisão da maioria partidária, cujas divergências deveriam ser resolvidas no âmbito interno do partido); disciplina férrea, essencialmente militar (herdada do antigo Partido Bolchevique), dentre outros.

Em muitos casos, as dissidências ocorridas no interior destes partidos terminavam por reproduzir, novamente considerando as inúmeras particularidades históricas, os mesmos movimentos dissidentes ocorridos a partir do movimento operário internacional (leia-se Internacionais)[18], dos expurgos do Partido Comunista e do desenvolvimento histórico do socialismo "real" na União Soviética.

Enfim, durante longo tempo, indo além do período da existência física do Comitê da Internacional Comunista, é importante entender que os comunistas do PCB fundamentaram o desenvolvimento de sua política sob interferência exercida pela a III Internacional nos rumos da Revolução Brasileira. No entanto, para que se estabeleça uma correta leitura sobre o papel desempenhado pela IC na organização e formulação pecebista, deve-se notar que a trajetória da III Internacional apresentou nuances, podendo ser dividida, esquematicamente, em duas fases*:* a primeira, de 1919 até 1922, compreenderia o período entre o I e o IV Congressos; a segunda, de 1924, ou seja, a partir do V Congresso, até 1943; a primeira fase sob a liderança de Lênin, a segunda sob o comando de Stalin.

Em 1919, sem a participação de partidos socialistas do Ocidente (exceto a dissidência alemã), os bolcheviques e a maior parte das frações oposicionistas da Internacional Socialista, fundaram a III Internacional, autodenominada de Internacional Comunista e também conhecida por Comintern. A IC, destinada a propagar a Revolução Bolchevique, organizando e direcionando suas "seções nacionais", contrapunha-se frontalmente à Internacional Socialista, da qual era uma dissidência.

Isto porque a II Internacional, também conhecida como Internacional Socialista (IS)[19], sob uma perspectiva marxista da social-democracia, propunha a utilização das

[18] Resumidamente: Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou I Internacional, composta de social-democratas, socialistas, marxistas e anarquistas, 1864-1876; II Internacional, socialista, de 1889 até os dias atuais; III Internacional, comunista, 1919-1943; IV Internacional, trotskista, de 1938 até hoje, com diversas dissidências e denominações.

[19] Esquematicamente: Com uma estrutura descentralizada, constituindo-se numa "federação de partidos autônomos", a II Internacional (Internacional Socialista - IS) foi fundada, em 1889, a partir de dois congressos: um marxista, outro possibilista (socialistas alemães). Em 1891, ocorreu a adesão dos possibilistas às teses marxistas, herdadas da I Internacional (AIT); 1893, com a expulsão dos anarquistas, a IS consolida o entendimento dos partidos como forma superior de ação

instâncias institucionais dos Estados democráticos, caracterizados como "burgueses" (contrários aos interesses da classe operária, segundo a lógica de seus opositores), como condição para a revolução socialista. Diante da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de 1917, sua insistência na luta institucional, em detrimento do posicionamento revolucionário dos bolcheviques, de "salto para o socialismo", terminou caracterizada como um comportamento reformista, recebendo o rótulo de "social-patriotas".

Durante o VII Congresso do Partido Comunista russo, em março de 1918, Lênin alertava: "(...) sucumbiremos (...) de todos os modos se não se processar a revolução alemã"[20], demonstrando a necessidade de expansão da revolução comunista em outros países, desencadeando uma onda revolucionária em escala mundial, evitando que os bolcheviques permanecem no isolamento. Entretanto, no ano seguinte, com o surgimento da Internacional Comunista, Lênin afirmava que "a vitória da revolução proletária no mundo inteiro está assegurada. A hora da fundação da república mundial dos sovietes está próxima".[21] Havia, de fato, a convicção entre os comunistas de que a partir do exemplo histórico do Parido Comunista russo, seria possível constituir um partido comunista mundial, a IC, capaz de centralizar a condução do processo revolucionário das massas operária e camponesa em todo o mundo.

Com o final da Primeira Guerra Mundial (que deixou vários países da Europa com a tarefa de se reconstruírem, dentre os quais a própria Rússia), no início dos anos 20, já era possível dimensionar a ascensão dos movimentos fascistas sobre as paupérrimas massas que se apresentaram após encerramento dos conflitos. Em 1921, durante o III Congresso da Internacional Comunista, os comunistas verificam que, ao

---

proletária; 1896, nova expulsão dos anarquistas e formação de partidos operários (um dos primeiros passos para a separação entre partidos e sindicatos, ocorrida a partir de 1900); 1905, derrota da Revolução Russa, proporcionou o fortalecimento do "revisionismo" na IS; 1914, deputados socialistas, de França e Alemanha, votam a favor daquela que seria a Primeira Guerra Mundial; 1915/16, correntes de oposição antiguerra exigem a aplicação prática das resoluções aprovadas nos Congressos da Internacional e formam a base de uma nova Internacional sem os "social-patriotas"; 1919, Conferência de Genebra: vitória das teses da "direita", a "esquerda" (mencheviques, austríacos e franceses) funda, em 1920, a Comunidade do Trabalho Socialista (também conhecida como "Internacional 2 ½"), que não perdurou; a Internacional Socialista permanece até os dias de hoje e conta, dentre outros, com a participação do PDT (Partido democrático Trabalhista), tendo rejeitado, recentemente, a participação do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Ver: NASCIMENTO, 1998, p. 05-22.

[20] Citado por DEWAR, 1975, p. 112.

[21] Durante o Congresso de fundação da III Internacional – Internacional Comunista, realizado em Moscou, em 1919, de 2 a 6 de março. Citado por MORAES, 1991, p. 68.

contrário de uma onda revolucionária, a Europa estava à beira de uma onda reacionária, revelando uma conjuntura adversa à expansão da revolução proletária.

Nesse contexto, a tese de Lênin sobre a constituição da Frente Única Operária, representada pela unidade dos partidos proletários em torno de um objetivo comum (ou seja, cessar o avanço das propostas fascistas), além de contestar o otimismo de anos atrás sobre a expansão da revolução proletária, também significou um recuo face a postura agressiva assumida contra os socialistas durante o período de críticas à II Internacional e formação da Internacional Comunista pelos bolcheviques. Aliás, inaugurava-se a uma relação extremamente problemática, representada na histórica necessidade de reaproximação entre comunistas e socialistas, ou melhor, de "segundo-internacionalistas" e "terceiro-internacionalistas", sempre pautada pela exacerbação do antagonismo entre reforma X revolução; de certo modo, entre ocidente X oriente. Enfim, em 1922, no IV Congresso da IC, a tática leninista de Frente Única Operária, foi confirmada como meio de combate à ascensão dos movimentos fascistas, encerrando o ciclo leninista da III Internacional.

Após a morte de Lênin e o fortalecimento de Stalin no comando do Comitê Central do Partido Comunista soviético, a segunda fase da Internacional Comunista será marcada pelas estratégias dos comunistas durante a Segunda Guerra Mundial (tendo destacada importância a política de Frente Popular), pelo totalitarismo stalinista (com a política de perseguição e extermínio de dissidentes, como o caso de Trotsky, assassinado no exílio), pelo burocratismo e "aparelhismo" entre os comunistas e, finalmente, pela política de culto a imagem do líder soviético; tendo sua "autodissolução" em 1943.

Durante o V Congresso da IC, em 1925, a tática de Frente Única Operária e a unidade dos partidos operários são ampliadas pela estratégia de aliança entre o comunismo e o nacionalismo, representada no "bloco das quatro classes"; ou seja, na aliança entre operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional (essa diferenciada dos outros setores da burguesia, essencialmente, pelo choque com o imperialismo e os grandes monopólios de capital). Em 1928, diante das dificuldades encontradas para a implementação de uma política de unidade de classes (no entendimento com setores da burguesia, social-democratas e socialistas), contrariando a política comunista de afirmação do caráter revolucionário da IC, e, diferentemente de uma revolução mundial, a perspectiva de consolidação do socialismo em um só pais,

defendida por Stalin, o VI Congresso da Internacional Comunista aprovou a adoção de uma tática ultra-esquerdista, estabelecendo definitivamente o fracionamento entre socialistas e comunistas.

Com o avanço do nazi-fascismo em vários países da Europa, os comunistas, reunidos no VII Congresso da III Internacional, em 1935, aprovaram a estratégia de Frente Popular, como meio de deter a ascensão da reação fascista, afirmando a aliança não apenas com socialista e nacionalista, como, principalmente, com os liberais. Também durante esse período, deu-se início aos expurgos no regime socialista soviético, demonstrando o caráter autoritário e terrorista da política stalinista, representada nos "Processos de Moscou" (1936-1938). Na contramão da linha da IC, diante da eminência do regime nazista alemão, Stalin assinou o pacto de não agressão com Hitler, ato que não foi capaz de impedir, logo a seguir, a invasão do exército nazista no território soviético. Com a vitória praticamente assegurada, tendo na experiência da luta contra o fascismo na Segunda Guerra a afirmação da "maturidade" dos partidos comunistas, que não necessitavam mais da tutela internacional da IC, os partidos comunistas da Rússia, Alemanha, Bulgária, França, República Checa, Espanha, Itália, Finlândia, Áustria, Hungria e Romênia dissolveram a Internacional Comunista, em 1943.[22]

João Quartim de Moraes, dedicando-se a analise sobre a "influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro", procura estabelecer, dentre outros aspectos, uma diferenciação entre a interferência do processo de bolchevização e do stalinismo sobre o movimento comunista internacional, representado nas deliberações da IC e refletidos no comportamento dos partidos comunistas nacionais. Embora Stalin estivesse em ascensão no PCUS, afirma que "não lhe coube exercer nenhuma influência decisiva" na IC, em sua fase inicial, concluindo, adiante, que sua interferência ocorreu posteriormente, durante o período de "bolchevização", mas que, no entanto, "não se deve exagerá-la":

> "Quando Stalin tornou-se o principal dirigente do PC soviético, nos últimos anos da década de 20, o Komintern estava já 'bolchevizado', tanto ideológica quanto organicamente. Estava,

[22] Sobre a III Internacional ver: DEWAR, 1975; DASSÚ, 1985.

> portanto, em boa medida, 'stalinizado', já que o chefe mundial do bolchevismo passara a ser, incontestavelmente, Stalin. Entretanto, quando falamos em 'stalinização' do comunismo internacional, não é ao processo de bolchevização (que, em sua fase final, efetuou-se sob o mando de Stalin), mas aos métodos policialescos de intervenção nos diferentes partidos nacionais, que estamos nos referindo. Vale dizer: a bolchevização ocorreu nos anos 20, a stalinização, nos anos 30".[23]

De certo modo, sem um necessário aprofundamento sobre a "influência" do stalinismo na política leninista de partido comunista mundial, do qual a Internacional Comunista era a expressão, o Prof. Quartim de Moraes reconhece a dificuldade de se reconhecer tal dissociação entre "bolchevismo" e stalinismo na política dos comunistas brasileiros. Contudo, permite que se possa eximir os pecebistas do controle político e ideológico da IC stalinista, afirmando a situação periférica dos países latino-americanos, em termos revolucionários, frente aos "povos oprimidos pelo imperialismo" na Ásia, especificamente, na China.

Entretanto, por cerca de mais uma década após o fim da IC, o regime soviético ainda permaneceu sob o comando de Stalin que, mesmo sem a existência da Internacional Comunista (como o partido comunista mundial), continuou a exercer sua função de paradigma e de orientação política para os comunistas. Por mais de trinta anos, isso é o que importa, o movimento comunista esteve sob a égide do stalinismo: estimulando a consolidação de valores e comportamentos, desenvolvendo, de fato, uma cultura política específica entre os comunistas. E o PCB, concebido menos pelo "impacto" da Revolução de Outubro e mais por uma política de expansão comunista para a "revolução mundial", teve na doutrina stalinista, cristalizada nas elaborações do Comintern, a base da formação de sua identidade política.

A constatação desse fato implica em admitir que, ao contrário do entendimento de que "o comunismo latino americano, inclusive o brasileiro, escapou a esse controle policial-terrorista"[24] promovido pelo stalinismo, a política executada pela Internacional Comunista, sob o comando de Stalin, significou a incorporação de elementos stalinistas

[23] In: MORAES, 1991, p. 69.
[24] Op. Cit., p. 70.

ao comportamento dos partidos comunistas nacionais, inclusive o PCB. Afinal, é nítida a proximidade dos partidos comunistas com o dogma stalinista, exposta numa unidade monolítica em torno do PCUS e na aceitação pacífica dos "Processos de Moscou", além, é claro, do culto à pessoa a Stalin, apoiando em todo momento os objetivos de sua política.

Portanto, considerando o extenso período de influência da Internacional Comunista sobre a política dos partidos comunistas, simultaneamente observando a trajetória do regime soviético (sob o comando de Stalin) e suas implicações sobre o movimento comunista internacional, não há como deixar de verificar o desenvolvimento de sua cultura política terceiro-internacionalista entre os partidos comunistas, dentre eles o PCB; fortemente marcada pela influência de aspectos da política stalinista.

Considerando o caráter eminentemente totalitário assumido pela "ditadura proletariado" e o fato do PCUS (condutor e executor dessa política policialesca e aparelhista do sistema de partido único) ser aquele que centralizava a política executada pela IC, nota-se que a presença de elementos destinados a sua atuação no interior do regime soviético eram transferidos, ainda que de maneira indireta, para a política dos partidos comunistas nacionais; representados, essencialmente, na assimilação de dogmas e valores stalinistas, sob a forma de cultura política.

Talvez um dos mais incisivos e pertinentes críticos da postura assumida pelo PCUS, sob o comando de Stalin, e seu reflexo na política do movimento comunista internacional, Antônio Gramsci, analisando o papel exercido pelos partidos políticos de regimes totalitários (numa clara alusão ao caso soviético), verifica que, ao contrário de exercerem uma função de "equilíbrio e arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos", tais partidos não desempenham mais "funções simplesmente políticas, mas só técnicas, de propaganda, de polícia, de influência moral e cultural". Afirma que nesses casos:

> "(...) a função política é indireta, pois se não existem outros partidos legais, existem sempre outros partidos de fato e tendência legalmente incoercíveis, contra as quais a polêmica e a luta é trava como se num jogo de cabra-cega. De qualquer modo, é certo que em tais partidos as funções culturais predominam, dando lugar a uma linguagem política de jargão: isto é, as questões

> políticas revestem-se de formas culturais e como tal se tornam insolúveis".[25]

Desse modo, considerando como válidas as proposições de Gramsci, a possibilidade de transferência do caráter assumido pelo PCUS para a política empreendida pela Internacional Comunista, disseminando a absorção de vários aspectos do stalinismo, entrecruzados com as teses leninistas de revolução mundial do proletariado e constituição de frentes operárias, torna-se concreta; mesmo que verificada a partir do mundo das idéias, na assimilação de valores e desenvolvimento de uma cultura política.

Entretanto, voltada para a Europa Central e o leste europeu, a Internacional Comunista "descobriu a América" somente a partir de 1924 e apenas com a realização do VI Congresso da IC, em 1928, o Comintern, finalmente, definiu uma política específica para os comunistas latino-americanos. Até então, e isso é bom que se diga, a IC utilizava como chave de leitura as experiências chinesa e indiana para estabelecer, nos PCs da América Latina, um programa de luta de libertação nacional para países coloniais e semicoloniais.

Ainda em 1923, antes, portanto, do "descobrimento da América" pela IC, num misto de chamamento à unidade dos comunistas de todo o continente e proposta de organização para a conquista proletária do Estado burguês, lançava-se a orientação a ser seguida pelos partidos comunistas nacionais; o Comintern afirmava que:

> "Como na Revolução Russa, deveis vos preparar para transformar qualquer tentativa de guerra em luta aberta da classe operária contra a burguesia. Como nela, realizareis a ação contra o imperialismo preparando a ditadura proletária que destruirá em toda a América a ditadura burguesa. (...) A luta contra vossa própria burguesia será cada vez mais a luta contra o imperialismo mundial e transformar-se-á em uma batalha de todos os explorados contra todos os exploradores".[26]

---

[25] In: GRAMSCI, 1984, p. 23.

[26] *Aos operários e camponeses da América do Sul*, 20 de janeiro de 1923. In: LÖWY (org.), 1999, p. 85.

A propósito, mesmo quando as elaborações da IC se destinavam especificamente à América Latina, em pouco a nova política comunista para o continente se diferenciava da orientação anterior, continuando os latino-americanos, segundo caracterização do Comintern, na mesma situação de imperialismo capitalista, com traços semicoloniais. De acordo com as orientações da Internacional Comunista, que adotou desde o VI Congresso (1928) uma tática ultra-esquerdista para os países latino-americanos (principalmente se comparado as diretrizes para os PCs dos países desenvolvidos, de unidade nacional), a luta dos comunistas no continente deveria seguir no sentido de libertar a América Latina do atraso colonial, ou semicolonial, ao qual era submetido pelo imperialismo inglês e, principalmente, norte-americano, desenvolvendo uma luta "encarniçada" contra sua burguesia local.

Portanto, ao contrário de outro entendimento, nota-se que na América Latina a influência do Comintern no continente se fazia realmente presente, determinando mesmo a política adotada pelos comunistas no continente. Analisando a bibliografia dedicada a analise da ingerência do Comintern sobre a política comunista na América Latina, constata-se que a maioria dos estudos converge na afirmação de que a interferência e a ação da IC nos partidos comunistas latino-americanos significaram um "enquadramento esquemático e generalizador, que acabou por vulgarizar os elementos históricos-objetivos componentes da realidade latino-americana", desconsiderando as particularidades da complexa formação histórica dos diversos países do continente.[27]

Sob a perspectiva de tomada do poder como uma questão objetiva, a Internacional insistia na política de Libertação Nacional, utilizando-se do expediente leninista da "vantagem do atraso" e do "modelo bolchevique" como estratégia política para o avanço do movimento comunista nos países do continente. Esta leitura extremista do desenvolvimento capitalista no continente trouxe conseqüências imediatas para o PCB que, ao assimilar a presença da IC, desenvolveu um plano insurrecional descolado da realidade nacional.

Um exemplo histórico que revela o enquadramento esquemático da política terceiro-internacionalista ocorreu em meados dos anos 30, no auge da política de proletarização na direção dos PCB (condição operária imposta pela IC). Naquela

[27] Ver: MAZZEO, 1999, p. 51.

ocasião, pautados sob a idéia de "terceiro período" lançada pela Internacional Comunista, os comunistas "previram" que haveria uma "terceira onda revolucionária" no país a ser desencadeada pela vanguarda da classe operária, o PCB, como etapa necessária para a construção do socialismo.[28] Tal "previsão", que mais tarde resultou no fracasso Levante Comunista de 1935, custou caro ao PCB: o Comitê Central foi totalmente desmantelado, com muitos comunistas presos, sendo o caso de Prestes o de maior notoriedade.

No momento do Levante, a leitura empreendida pelo PCB era de que o desenvolvimento do capitalismo no país seria essencialmente colonial, avançando posteriormente a semicolonial, mas que convivia com relações semifeudais. Entretanto, ainda que houvesse uma certa dose de razão em tal diagnóstico, foi exatamente a partir dos anos 30 que, ao contrário, se implementou no Brasil um intenso processo de modernização capitalista, comandado pelo Estado e capitaneado por Getúlio Vargas; processo este que resultou em profundas transformações estruturais e alterou o ritmo do crescimento brasileiro.

A perspectiva orientalista, lançada pela Revolução Bolchevique, foi determinante para a política de alianças do PCB, que procurava capturar as contradições existentes no desenvolvimento capitalista brasileiro, caracterizado pelos comunistas de então como semicolonial. Contudo, nem mesmo a experiência de frente única contra o fascismo, representada na Aliança Nacional de Libertação (ANL), que parecia demonstrar a vitalidade e pertinência para a luta dos comunistas brasileiros, foi capaz de ampliar o horizonte político pecebista.

Não bastasse a clandestinidade a qual era submetido (em parte até mesmo por conta disso), o PCB ainda apresentava certas debilidades estruturais e de organização. Estas advinham, principalmente, da incapacidade dos comunistas empreenderem uma leitura que não redundasse numa postura de oposição sistemática, pautada numa lógica golpista e sectária; fatores que dificultavam a adesão de novos militantes no partido e impediam, conseqüentemente, sua inserção na sociedade brasileira. A pequena inserção do partido, não apenas nas massas, como também na arena política do país, apontava para a linha política considerada de "vanguarda", que privilegiava tanto o isolamento da

[28] Sobre "terceiro período" na IC, que revelava a eminência de um novo período revolucionário, no início dos anos 30, ver: DEWAR, 1975, p. 120; sobre sua "interpretação" brasileira, ver: BRANDÃO, 1978.

classe operária frente às demais classes, como a constituição de um partido de quadros e essencialmente operário ante um partido de massas e popular.

Além da transposição mecânica das fórmulas elaboradas pelo Comintern para a América Latina, atitude que impossibilitava qualquer autonomia política frente às resoluções da Internacional, outro aspecto importante para a ausência política do PCB concentra-se, principalmente, em seu sectarismo dogmático: oriundo da imaturidade intelectual e do precário instrumental analítico dos comunistas, o caráter sectário da ação do PCB poderia ser resumido como conseqüência direta de uma formação política estreita e limitada de seus dirigentes. Já o aspecto dogmático obedecia a política de culto a Stalin que, desencadeada ainda nos anos vinte, ganhou força durante as décadas de 1930/1940 e determinou a cultura política que se formaria pelos comunistas no pós-guerra.

Luiz Werneck Vianna aponta como característica peculiar do PCB o fato de seu surgimento não ser acompanhado de um movimento intelectual; ao contrário, oriundo do movimento operário, os comunistas não apresentavam qualquer inovação ou mesmo variações na implantação do modelo revolucionário bolchevique à realidade nacional Entretanto, mais que uma característica, este fato representa um agravante capaz de indicar o grau de desenvolvimento e aplicação de uma política de proletarização, como aquela praticada durante os anos 30 pelo Comintern no Partido Comunista Brasileiro.

Em suma, lutando contra a dominação burguesa, o latifúndio e o imperialismo, negando as particularidades históricas que sustentavam seu desenvolvimento no país, a estratégia do PCB centrava-se na luta pela Libertação Nacional, repetindo a "vitoriosa" fórmula russa: utilizar o atraso como vantagem, criando assim as condições objetivas para uma revolução nacional-libertadora e para a concretização do "salto para o socialismo". Seguindo a orientação do Comintern de que cada partido deveria se portar de acordo com o modelo do partido comunista soviético (PCUS), o PCB desenvolveu sua própria cultura política terceiro-internacionalista, incorporando vários aspectos políticos e organizacionais da III Internacional; caracterizando-se, entre os anos 20 e 40, muito mais como um movimento do que como um partido comunista, demonstrando, através de sua imaturidade intelectual de interpretação da realidade vivida, sua submissão as esquematizações promovidas pela IC, revelando o grau de interferência desta na execução da política do PCB.

Portanto, foi esse contato íntimo, essa influência direta da III Internacional no direcionamento político que, além consolidar uma formação dogmática e sectária, forneceu ao PCB um amplo leque de estratégias e instrumentos capazes de consolidar o partido na vida política brasileira. Dentre os elementos herdados pelos comunistas da "convivência" com o Comintern destacam-se, principalmente, o centralismo democrático (no âmbito interno do partido)[29], e a perspectiva frentista, de aliança com outras classes e setores de classe (para a "grande política"). Combinados, estes dois elementos fundamentaram a política comunista durante toda a trajetória do PCB, conferindo a essência do "grosso caldo" da cultura terceiro-internacionalista dos pecebistas.

De fato, essa cultura política permaneceu fortemente enraizada entre os comunistas mesmo após a "autodissolução" da Internacional Comunista, em 1943, determinando a sorte e o futuro do PCB na vida política brasileira. Afinal, foram mais de duas (senão três) décadas de presença e influência direta da III Internacional sobre os comunistas, exatamente durante o período de formação dos fundamentos essenciais de sua identidade comunista, elaborando estratégia política, formando quadros, desenvolvendo, enfim, uma cultura política específica.

3. Cultura Política Frentista:

> *"A estratégia da Frente Popular adotada nessa época era mais do que uma tática de defesa temporária, ou mesmo uma estratégia para se transformar uma derrota em ofensiva. Também constituía uma estratégia cuidadosamente elaborada para o avanço do socialismo. Do meu ponto de vista era a primeira e, enquanto tal, ainda única estratégia desenvolvida para países onde as clássicas situações de insurreição, do tipo da Revolução*

[29] Lênin confiava ao centralismo democrático a condição essencial para o ingresso dos partidos comunistas na IC. Afirmava Lênin que "os partidos aderidos à Internacional Comunista deverão estar organizados conforme o princípio do centralismo democrático. Na época atual de guerra civil recrudescida, somente poderá cumprir seu dever o partido comunista se está organizado da forma mais centralizada possível, se dentro do mesmo existe uma disciplina férrea como a militar (...) e se o centro de seu partido constitui um órgão forte e autoritário dotado de amplos poderes, que goze da confiança geral por parte dos membros do partido". Citado por DEWAR, 1975, p. 114.

de Outubro ou de outro tipo, não estavam previstas, mas não eram necessariamente impossíveis".
HOBSBAWN, 1991, p. 126.

Diante da eminência da Segunda Guerra e da ameaça que representava a expansão do fascismo para o comunismo, foi durante o VII Congresso da IC, realizado em 1935, que os comunistas estabeleceram a estratégia de Frente Popular como linha política a ser implementada pelos PCs. Para o movimento comunista, a estratégia de Frente Popular também significou uma reaproximação com os socialistas e social-democratas da II Internacional (que, durante a primeira metade da década de 1930, eram caracterizados de "social-fascistas" pela Internacional Comunista), unidade postulada pelas teses leninistas de Frente Única Operária, desde o início dos anos 20.[30]

Em termos gerais, considerando o "refluxo revolucionário" verificado após o término da Primeira Guerra, o eixo central dessa estratégia política girava em torno da unidade pluriclassista dos comunistas com as demais classes, objetivando um interesse comum: a derrota do nazi-fascismo. Ou seja, de acordo com os princípios revolucionários de 1917, a política de Frente Popular representava, naquele contexto, uma coalizão temporária entre a classe operária, organizada em partidos e sindicatos vinculados a II e a III Internacionais ("Frente Única Operária"), destinada a conquistar amplas camadas da pequena burguesia e setores democrático-liberais.

A partir da elaboração de um programa conjunto, centrado no respeito à legalidade "burguesa", os comunistas se mostravam dispostos em conquistar a maioria parlamentar, orientando sua ação política para o fortalecimento e consolidação das democracias parlamentares, como contraponto à instabilidade promovida pela crescente "ameaça" nazi-fascista. Essencialmente destinada para os partidos comunistas dos chamados "países industrializados", a política de Frente Popular significou a adoção de uma política reformista (se comparada ao paradigma revolucionário bolchevique) que, pautada sob a perspectiva de reformas estruturais na "democracia burguesa", constituía-se como uma fase de transição ao socialismo.

[30] Ver: DASSÚ, 1985, p. 293-336.

De certo modo, ao ser definida pelo VII Congresso da Internacional Comunista, a estratégia de Frente Popular representava um avanço no marxismo-leninismo e no modelo de revolução sustentados até então pela IC.

Afinal, rompia-se com o monolitismo da aliança operário-camponesa, considerada essencial para a conquista do Estado e de transformação para uma sociedade socialista, colocando aos comunistas a tarefa de inserção na sociedade política: participando em suas instâncias, influindo nos parlamentos, enfim, preservando legitimidade institucional "burguesa". Mais que isso, tendo em vista que fora concebida de maneira instrumental e "tática" (como "uma coalizão temporária"), a política de Frente Popular proporcionou condições para um aprofundamento sobre a concepção revolucionária dos comunistas, representados na IC, reclamada pelos principais partidos comunistas europeus desde meados dos anos 20.

Entretanto, considerando que desde o VI Congresso (1928) os comunistas empreendiam uma tática "ultra-esquerdista", fundamentada no processo de "proletarização" e "bolchevização" promovido pela IC, o fato é que a política de Frente Popular, que transfere a condição classista-proletária das alianças comunistas para a unidade programática pluriclassista em torno da questão democrática (nesse caso, submetida à questão nacional), também obedecia aos interesses da política exterior da URSS.

O que, com certeza, em detrimento do avanço conquistado pelos comunistas dos "países industrializados" (que finalmente aproximaram as deliberações do Comintern à sua realidade ocidental), conferiu um aspecto esquemático e pragmático à vitalidade exposta pela política de Frente Popular. Ainda assim, tal estratégia permitiu que fosse aberto um "precedente" histórico para o movimento comunista, constituindo-se como uma variável do paradigma bolchevique e sendo capaz de inaugurar um novo tipo de entendimento dos comunistas sobre o papel de representação dos interesses da classe operária, dando forma e conteúdo à sua política de alianças.

Essa concepção frentista de unidade programática, verificada pela Frente Popular, originou e desenvolveu entre os comunistas (especificamente entre os pecebistas) um "espírito frentista" que, somado às contradições resultantes da presença da cultura terceiro-internacionalista, de um modo ou de outro, determinou a política do PCB ao longo de sua história na esquerda brasileira: *Aliança* Nacional Libertadora,

1935; *Frente* Democrática de Libertação Nacional, 1954; *Frente* Única Nacionalista e Democrática, 1973; *Aliança* Democrática, 1985.

Em recente estudo sobre alguns aspectos que compuseram política pecebista ao longo do tempo, o Prof. Raimundo Santos procura identificar as características primordiais de uma cultura política que traz consigo a marca e a especificidade do PCB: a capacidade política dos comunistas em conferir à sua atuação um "espírito" frentista e aliancista. Aliás, ao verificar que o frentismo se constituiu como a própria cultura política do PCB, superando até mesmo o marxismo-leninismo da III Internacional, Santos afirma que o "pecebismo", ou seja:

> "(...) a política de frente única, o gradualismo pluriclassista reformador, a idéia de mobilização em favor da democracia política como meio de realização da mudança social e, doa anos 70 em diante, a política democrática em alternativa à modernização conservadora – também constitui um conjunto de idéias-força configuradoras de um 'sentimento de participação comum num mesmo grupo', de muito maior identidade que o marxismo-leninismo e o passado de lutas, como pretendia o conservadorismo comunista".[31]

Seria interessante ressaltar que o frentismo é mesmo um dos principais fundamentos do "modelo" revolucionário bolchevique, concentrado na aliança operário-camponesa e que, portanto, a característica apontada por Raimundo Santos também tem haver com a forte interferência do Comintern na elaboração da política dos comunistas brasileiros.

Procurando dimensionar a caracterização de cultura política frentista, ou pecebismo, como chave de leitura para análise dos fatos políticos que permearam a trajetória do PCB, verifica-se, já em 1927, os primeiros esforços dos comunistas de ação conjunta com demais partidos e movimentos nacionalistas e democráticos.

No início daquele ano, a Comissão Central Executiva do PCB, em Carta Aberta ao jornal A Nação (dirigida principalmente aos socialistas), propôs a formação de uma

[31] In: SANTOS, 1996, p. 63.

frente única proletária; ou seja, um bloco operário de todos os candidatos, partidos ou grupos representantes da classe trabalhadora, que disputariam as próximas eleições. Como uma convocação à unidade política daqueles que representavam os interesses da classe operária, o PCB propunha a concentração de forças "para travar a batalha em comum, na base de uma plataforma comum, segundo um plano comum"[32]; formou-se o BO (Bloco Operário). Em 1928, sem nenhum acréscimo à sua composição, Bloco Operário tornou-se o Bloco Operário e Camponês (BOC), conseguindo eleger representantes para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro. Em 1930, o BOC ainda concorreu às eleições presidenciais e de senadores, não obteve maiores êxitos e foi extinto logo em seguida.

Diante da vitória do movimento da Aliança Liberal, em outubro de 1930, a avaliação que os comunistas faziam de tais acontecimentos se resumia em caracterizações como: "uma quartelada pequeno-burguesa", um movimento "para evitar a revolução das massas". Sob uma perspectiva obreirista, que exigia a presença de dirigentes operários no comando do partido (processo de "bolchevização" da IC), o PCB não soube como responder aos diversos acontecimentos, devido principalmente à sua leitura pouco precisa da realidade brasileira. Desde então, os comunistas passaram a enfrentar sucessivas crises, agravadas em 1935 e que se estenderam, grosso modo, até 1942 e 1943.

Dentre outras questões, os comunistas também contavam com sérias restrições políticas, impostas pelos sucessivos governos (e seus regimes) que insistiam em não conceder vistas legais para a atuação dos comunistas no país, estes classificados pelos jornais da época de "adeptos do comunismo" à "inimigos da Pátria", ou ainda como seguidores dos "credos sanguinários da Rússia Vermelha".[33]

Em 1934, com a emergência dos regimes fascista e nazista, estando confirmado o grau de influência que essas idéias exerciam sobre a vida política brasileira, os comunistas aplicaram uma extensão da política frentista, até então representada pelo

[32] Assim o PCB resumia a plataforma política do Bloco Operário: "política independente de classe, combate à política plutocrática, antiimperialismo, reconhecimento da URSS, anistia aos presos políticos, autonomia do Distrito Federal, combate às leis de exceção, defesa da legislação social (adoção do Código do Trabalho), luta pelo voto secreto, reforma tributária, luta pela habitação, operária e extensão e obrigatoriedade do ensino primário gratuito". Citado por NETTO, 1982, p. 19.

[33] Sobre o PCB e a imprensa, ver: MARIANI, 1998.

BOC, coordenando a organização de um amplo movimento de massas, a Aliança Nacional Libertadora.

Originalmente, a ANL não se constituía como um movimento apenas da classe operária sob o comando dos comunistas, ao contrário, se propunha uma frente popular antifascista e antiimperialista que, coordenada pelo PCB, abrangesse democratas e nacionalistas de todos os setores da sociedade. Durante os primeiros meses de 1935, a proposta de formação de uma frente nacionalista e democrática levou milhares de pessoas a se filiarem a ANL, sendo ininterrupto o crescimento da Aliança até o mês de julho, quando, sentindo-se diretamente ameaçado pelo caráter oposicionista e pela expansão da ANL, o governo Vargas impôs-lhe a ilegalidade.

Na clandestinidade, sem a possibilidade de se expor livremente à sociedade, a ANL passou a ter somente na ação isolada dos comunistas a continuidade de sua política, resultando no fracassado Levante Comunista de 1935.

O isolamento dos comunistas na ANL parecia ser compensado pela presença cada vez maior do Comintern no posicionamento e nas orientações políticas seguidas pelo PCB. Assim, o Levante de novembro de 1935, que pela fúria da repressão varguista levou posteriormente o PCB ao total ostracismo político (tal o nível de desmantelamento do partido)[34], caracterizou-se pela transposição mecânica das resoluções da IC, resultando numa análise equivocada da conjuntura brasileira e numa ação revolucionária insurrecional promovida a partir dos quartéis, sem qualquer respaldo das massas, ou mesmo da classe operária.

Ao contrastar a presença dos comunistas na sociedade com sua influência na vida política nacional, durante extenso período que vai de sua fundação até meados dos anos 40, verifica-se que o PCB se configurou muito mais como um movimento do que como um partido político. Este aspecto, que deve ser salientado, traduz a contradição ente forma e conteúdo de sua política e, conseqüentemente expõe o conflito estabelecido no desenvolvimento de duas culturas políticas específicas: a terceiro-internacionalista e o frentismo.

---

[34] "(...) sofrendo dura repressão, o PCB, juntamente com outros segmentos democráticos, amarga os rigores do Estado Novo – o ordenamento fascista que, sob Vargas, reflete parcialmente o clima internacional do apogeu da nazi-fascismo. A desmobilização democrática resultante do erro de 1935 e da repressão que se lhe seguiu, potenciada pelo golpe varguista de 10 de novembro de 1937, atinge fortemente o partido, que, entre 1940 e 1941, perde inclusive a sua direção central". In: NETTO, 1982, p. 25.

A primeira obedece ao fato de ser exercida essencialmente na prática política, já que a leitura e a elaboração marxista-leninista produzidas pelo partido se resumiam, geralmente, à transposições mecânicas de resoluções da IC e de seu modelo de revolução proletária.

O segundo também tem haver com a presença do Comintern na política do partido, justamente em seu período de formação, e reflete somente um dos aspectos da orientação terceiro-internacionalista. Entretanto, sua concepção, sua essência, conduziu a perspectiva política dos comunistas para a luta e inserção das massas na institucionalidade burguesa, buscando com o aprofundamento da democracia constituir-se enquanto sujeito político do processo. Mesmo distante do orientalismo bolchevique, o frentismo dos comunistas se fez de maneira tática, utilizado quando o partido se encontrava acuado, como condição para sua sobrevivência política.

Contudo, o estabelecimento de uma não exclui a outra, apenas não ocorre a interação necessária para o desenvolvimento de uma síntese, capaz de fortalecer tanto a política como a própria identidade do partido. A experiência da ANL demonstra bem este aspecto contraditório. Ao buscar uma síntese, concebendo o frentismo como um instrumento político para a estratégia de insurreição armada popular de conquista do poder, o PCB demonstrou na prática sua inviabilidade. Nesse sentido, nota-se mesmo que:

> "A ANL acaba sendo, pois, uma realização perversa e temporã daquela originária proposta de aliança entre comunistas e liberais; tornou-se agora, uma política executada por quem não acreditava nela, uma Frente Popular sem a teoria e o conteúdo da Frente Popular. O que não é pouca coisa, se julgarmos, com Hobsbawn, que esta se distingue de toda e qualquer outra estratégia elaborada pela IC e pelos partidos comunistas".[35]

Mais que isso, a ANL marca definitivamente uma fase do PCB, a de formação.

Entretanto, o fracasso da ANL não interrompeu o desenvolvimento de uma perspectiva política frentista, ao contrário, desde então os comunistas pareciam assumir

[35] In: BRANDÃO, 1997, p. 136.

um outro entendimento sobre a política de alianças. Mesmo sem interromper com seu terceiro-internacionalismo, que ganha força na política interna do partido, o fato é que a partir da experiência da ANL a política empreendida pelos comunistas brasileiros aprofunda o desenvolvimento do seu frentismo.

Realizada em agosto de 1943, a Conferência da Mantiqueira marcou início do período de reorganização do partido (que se estenderia até 1964) ao lançar, para os comunistas, a orientação política de "união nacional" em torno do governo de Vargas contra o nazi-fascismo, contrapondo-se a posição oficial do PCB (que por sua vez, julgava aquele governo como de traição nacional).

Com uma perspectiva diferenciada, o PCB procurava se distanciar da possibilidade de, mais uma vez, cometer alguns dos equívocos do passado, apontando para a necessidade de inserção dos comunistas a agenda política do país. Considerando a luta pelas liberdades democráticas, contra a carestia e pela anistia e legalidade do PCB, o elemento fundamental que emergiu com as resoluções propostas pela Conferência da Mantiqueira foi, novamente, a disposição dos comunistas em compor uma política frentista, que abarcasse amplos setores nacionalistas e democráticos. A Conferência da Mantiqueira também pode ser considerada como o marco inicial da disputa intestina no PCB, que será agravada, principalmente, após nova cassação dos registros do partido, em 1948.

Após os dois primeiros anos da década de 1940, foi partir de 1945 que o Brasil viveu um breve período democrático, estendido até o Golpe político-militar de 1964. Havendo o nazi-fascismo sido derrotado e não estando consolidada, ainda, a Guerra Fria entre os blocos capitalista e comunista, o PCB saiu da clandestinidade e, por cerca de um ano e meio, foi considerado como um partido legal.

Naquele contexto, seu reduzido efetivo numerário não traduzia sua influência real no cenário político brasileiro e este fator pode ser apontado, assim como o estado de permanente clandestinidade, como uma característica que sempre acompanhou a história do PCB, ainda assim, o partido registrou um breve período de crescimento, ampliando como nunca suas bases e sua inserção na sociedade brasileira. Foi em defesa de uma política de união nacional, de aliança com demais setores de classes que não

apenas os operários e camponeses, que o Partido Comunista enfim se fez presente na vida institucional do país, intervindo inclusive na elaboração da Constituição de 1946.[36]

O período de expansão da influência do PCB na sociedade e de inserção dos comunistas na arena política brasileira duraria pouco tempo. Em 1950, diante da cassação dos mandatos dos comunistas eleitos (ocorrida em 1948) e dos conflitos internos que foram apenas "conciliados" em 1945 e 1946 (entre os comunistas que se propunham à uma política frentista, de caráter pluriclassista, e aqueles que defendiam a conservação dos princípios doutrinários do paradigma bolchevique), o PCB entrou em outro processo de reavaliação que, desta vez, fez com que o partido efetuasse um giro de 360 graus na política que vinha sendo implementada; de certo modo, eram os primeiros efeitos da "Guerra Fria".

A partir do Manifesto de Agosto de 1950, numa atitude isolada e radical, o PCB retomou uma postura sectária adotando novamente, como diretriz política, a antiga estratégia de luta de Libertação Nacional, utilizada durante as décadas de 1920 e 1930. Sob a lógica do orientalismo político da III Internacional, mesmo sem a presença "física" da IC, o PCB voltava ao dogmatismo e sectarismo dos anos vinte e trinta, demonstrando claramente os traços deixados como herança pelo Comintern sobre a política dos comunistas brasileiros.

Fundamentada na questão nacional e fiel à concepção nacional-libertadora, a essência deste documento apontava para a definição do Brasil como um país colonizado e preconizava, como alternativa comunista, uma "solução revolucionária" em torno da Frente Democrática de Libertação Nacional. Com isso o PCB determinou, primeiro com o Manifesto e depois com sua confirmação quatro anos depois pelo IV Congresso, uma linha política de caráter explosivo, com base na aliança operário-camponesa e orientada para a conquista militar do Estado burguês.

---

[36] Em 1945, por exemplo, os comunistas que eram poucas centenas tornaram-se milhares de militantes, cerca de 50.000; contando em 1947 com mais de 200.000 filiados. Nas eleições de 1946 o candidato comunista Iedo Fiúza obteve cerca de 10% dos votos para a presidência da República, Luís Carlos Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal e deputado por três estados; naquele ano e a bancada federal dos comunistas contabilizou 14 parlamentares. Em 1947, novamente tendo seu registro cassado, o PCB utilizou outras legendas partidárias e elegeu 46 deputados estaduais, como Cândido Portinari e o historiador Caio Prado Jr., além de uma ampla bancada de vereadores pelo Brasil; no Distrito Federal, os comunistas se constituíram como a bancada majoritária na Câmara: 18 num total de 34 vereadores eram do PCB. Ver: VIANNA, 1984, p. 57; ver também: NETTO, 1982, pp. 67-94.

Naquelas circunstâncias, a ausência de respostas dos comunistas face aos acontecimentos que exigiam um claro posicionamento do partido, como a morte de Getúlio, em 1954 e a denúncia de stalinismo, em 1956, evidenciavam a inviabilidade prática da linha política lançada no Manifesto de Agosto.

Pois, diante da verdadeira comoção nacional gerada em torno do "suicídio" de Vargas, os comunistas, que até então defendiam a renúncia do governo que consideravam corrupto, populista e de traição nacional, alimentando com isso as intenções golpistas de setores reacionários da burguesia, tiveram de voltar atrás em seu posicionamento. A instabilidade institucional que cercou o instante após a morte de Vargas, novamente colocou aos comunistas a necessidade de execução de uma política de aliança nacional, como em momentos anteriores. Entretanto, a necessidade exposta naquele contexto se contrapunha, frontalmente, a orientação lançada pelo Manifesto para os comunistas respaldarem ações que tivessem como objetivo último a queda do presidente Getúlio Vargas. Este fato, por si só, já foi capaz de provocar tensionamentos no interior do partido.

Mas este foi apenas um dos acontecimentos que demonstraram a inviabilidade prática do Manifesto. A denúncia de stalinismo feita pelo XX Congresso do Partido Comunista soviético, dois anos mais tarde, viria conferir maior intensidade na explosão da discussão interna do PCB. [37]

Além de cair como uma "bomba" no movimento comunista internacional que havia, em sua maioria, incorporado a doutrina stalinista, o Relatório trouxe consigo a discussão sobre quais eram as responsabilidades de seus partidários com a *democracia* nas sociedades socialistas então estabelecidas. Mais que isso, o "Relatório Khruchov"

---

[37] Neste Congresso foram divulgados os resultados de um extenso estudo realizado pelos comunistas russos após a morte de Stalin, em 1953, cujo teor revelava, denunciava e repelia os métodos e práticas políticas de caráter antidemocrático, autoritário e terrorista, adotados durante a vigência do período stalinista na União Soviética. Longe de constituir-se como uma avaliação materialista-dialética do caráter totalitário assumido pelo socialismo soviético durante o período stalinista (concentrando-se somente no ataque ao "culto a Stalin"), porém denunciando o stalinismo e sublinhando a necessidade de ampliação dos espaços democráticos no interior das instituições burguesas, o impacto causado pelo XX Congresso do PCUS se configurou como o foco das divergências do movimento comunista internacional nos anos (e décadas) seguintes. Afirma o comunista Jacob Gorender que "funcionou como detonador da discussão *[interna do PCB]* o informe confidencial de Khruchov (...) que denunciou os crimes de Stalin (uma parte deles) e cuja versão divulgada pelo *New York Times* e por *O Estado de S. Paulo*, recebida à princípio como falsificação, teve sua autenticidade confirmada. O informe provocou perturbações em todo movimento comunista mundial e o PCB figurou entre os partidos mais abalados". In: GORENDER, 1987, p. 25.

lançou as bases iniciais para que a luta dos comunistas, nas sociedades capitalistas, se orientasse pela ampliação dos espaços democráticos no interior das instituições burguesas.

Portanto, o debate em torno dessa "nova" linha política, de "ampliação dos espaços democráticos", caracterizou-se como o tema-chave das discussões do PCB, cujos reflexos demonstraram todo o antagonismo existente no interior do partido. A orientação para que a luta dos comunistas se voltasse para a ampliação e preservação das instâncias democráticas, resgatava a essência da política frentista e fornecia o combustível necessário para os tensionamentos que ocorreram a partir daí.

Diante de um contexto de disputa e enfrentamento interno, foi a partir do "centro pragmático" pecebista[38] que, surgiu a *Declaração de Março de 1958*. Em tese, esse documento representaria a vitória daqueles comunistas que, diante de tais acontecimentos e da inviabilidade de Manifesto, se lançaram a uma séria autocrítica, num processo mesmo de revisão da política implementada até então pelo partido. Afirmava-se que:

> "A revolução no Brasil (...) não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso do nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao

[38] De acordo com o Prof. José Segatto, durante os embates ocorridos nos anos 50, formaram-se três grupos no interior do PCB: o "centro-programático", hegemônico e conciliador; os "renovadores", minoria que embora contasse com alguns comunistas "históricos" não dispunha de sistematização e aglutinação em torno de suas propostas; e os "conservadores", alinhados à herança da III Internacional e dispostos a assimilar outras influências revolucionárias que não apenas a Bolchevique como, por exemplo, a Chinesa e a Cubana. In: SEGATTO, 1995, p. 63-65.

> socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira".[39]

Com a *Declaração*, nota-se que a ortodoxia representada por uma revolução nacional-libertadora, baseada na aliança operário-camponesa, teve seu centro deslocado para uma revolução gradualista, inserida no jogo democrático brasileiro. Seguindo as resoluções políticas contidas na *Declaração de 1958*, verifica-se o distanciamento do PCB em relação às teses rupturais para a revolução brasileira, se desvencilhando, ao menos em parte, da tradição golpista dos comunistas herdada da Internacional Comunista e fundamentando o frentismo como estratégia política do PCB.

De fato, pode-se afirmar que a partir da *Declaração de Março*, com a presença da tese democrática na linha política do PCB, a cultura política da esquerda no Brasil assumiu um novo caráter, uma nova postura. E a novidade vai além do viés essencialmente político com que, a partir da *Declaração*, o PCB procurava captar a realidade brasileira, desviando-se da leitura "economicista" efetuada até então pelo marxismo-leninismo pecebista. Mais que isso, com a inclusão da questão democrática na esfera discursiva dos comunistas, foi a partir da *Declaração de Março de 1958* que se inaugurou a possibilidade dos comunistas concentrarem suas ações pautados numa estratégia "ocidentalista", ao menos no "plano das idéias".[40]

Durante o V Congresso do PCB, realizado em 1960 num clima de "semilegalidade", foram efetuadas algumas "concessões" que, por assim dizer, atenuaram consideravelmente o caráter estratégico conferido ao elemento democrático na *Declaração*. Segundo afirma o prof. José Segatto, tais "concessões", impostas como forma de se conciliar concepções divergentes entre os pecebistas, fizeram com que a nova política do PCB adquirisse um formato mais definido, além da legitimidade orgânica conquistada com a aprovação das teses pelo V Congresso.[41]

---

[39] *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Março de 1958*. In: PCB, 1980, p. 03-28.

[40] "Em Maquiavel, com quem começa o pensamento político moderno, a pesquisa comparada de principados e repúblicas já se detinha nos tipos de articulação entre Estado e sociedade civil singulares ao Oriente e ao Ocidente. (....) Reflexão clássica que esteve na raiz da elaboração teórica do marxista Gramsci, ao trazer para a geografia do Ocidente a categoria leninista de hegemonia, concebida, segundo ele, num espaço tipicamente oriental". In: VIANNA, 1989, pp. 121-122.

[41] Ver: SEGATTO, 1995, p. 94.

Naquele momento, se colocava ao PCB a necessidade de renovação de sua política, e o que se verificou, de fato, foi um nítido paradoxo da práxis pecebista. Por um lado, com a *Declaração de Março de 1958* e a introdução da questão democrática em seu discurso, os comunistas se dispunham a entender politicamente a complexidade do desenvolvimento capitalista no Brasil; por outro, com as "concessões" realizadas durante o V Congresso que terminaram por condicionar sua estratégia política à questão nacional, o PCB se mostrava resistente à caracterização ocidentalista da sociedade brasileira. De acordo com a afirmação de Raimundo Santos, a insistência do PCB em ver o País como uma formação social atrasada, consistia sim "numa 'exigência' do seu marxismo terceiro-mundista, dificultando o caminho da democracia política em seu discurso".[42]

De fato, diante de um contexto de disputa interna antes nunca visto, a renovação democrática pretendida pela *Declaração de Março de 1958* fazia com que os comunistas, visando a "unidade do partido", efetuassem concessões em pontos fundamentais de sua política democrática e nacional-desenvolvimentista. E, ao contrário do prof. José Segatto, entende-se que o elemento que permitia a consolidação de tal unidade residia não no caráter "conciliatório" do V Congresso, mas sim na revitalização do princípio marxista-leninista de centralismo democrático, desvinculando-o dos traços stalinistas que sempre o caracterizaram; nisso também discordando da posição assumida pelo prof. Raimundo Santos.

Entretanto, e isto é um fato, as concessões efetuadas pelo "centro pragmático" fizeram com que o PCB, ao abrir mão da primazia da questão democrática em detrimento da questão nacional, praticamente estancasse o processo de renovação democrática em curso. Isto porque, novamente de acordo com o prof. Raimundo Santos, a caracterização da sociedade brasileira como "atrasada" fez com que a presença da questão democrática no discurso do PCB, ao invés de estratégica, se apresentasse meramente como tática, limitando o alcance da compreensão dos comunistas sobre os processos políticos que viriam a seguir.

Em suma, o processo de renovação democrática do PCB se efetuou, paradoxalmente, à base da "conciliação" com ranços conservadores e dogmáticos, elementos completamente antagônicos à necessidade democrática exposta naquele

[42] In: SANTOS, 1996, p. 64-65.

momento pelos comunistas. Esse fato revela, de certo modo, a própria síntese de sua cultura política, de seu pecebismo, ou seja, entre a consolidação de uma política capaz de agregar aspectos da interferência da IC e o frentismo desenvolvido pelo PCB, numa sobreposição de suas culturas políticas terceiro-internacionalista e frentista.

De qualquer forma, o nacional-desenvolvimentismo e o reformismo frentista, lançados pelo PCB a partir de 1960, possibilitaram o desenvolvimento de uma "nova política", ainda que limitada, no interior do movimento comunista e da esquerda brasileira. Mesmo subordinada à questão nacional, a questão democrática conferia à política frentista uma nova vitalidade, fato que resultava numa maior capacidade de ação do PCB enquanto ator no cenário político brasileiro.

Durante o período compreendido entre o V Congresso, em 1960, e o Golpe Militar de 1964 os comunistas experimentaram as possibilidades e os limites da "nova política" recém-deflagrada pela Declaração de 1958. Já durante a primeira metade da década de 1960, diante dos movimentos políticos que resultariam, mais tarde, no Golpe de 31 de março de 1964, a *nova política nacional e democrática* do PCB revelava suas contradições.

O período de desenvolvimento nacional de Juscelino Kubistchek, numa ampla "Frente Desenvolvimentista", agregou em torno de si os mais diversos setores e classes sociais do país. Aliás, sem entrar profundamente no mérito da questão, este talvez tenha sido o grande mérito de JK: apoiando-se sobre uma base política conciliatória criar uma unidade nacional centrada no desenvolvimento do país, dar vida ao nacional-desenvolvimentismo emergente no pós-guerra, onde a maioria da sociedade brasileira sentia-se, de certo modo, representada.

A renuncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, cena que seria patética se não produzisse efeitos tão dramáticos, instalou no País uma grave crise institucional. A atitude isolada de Jânio, que procurava antecipar "solitariamente" os fatos históricos e comandar o projeto reacionário de nacional-desenvolvimentismo que estava a caminho, provocou abalos irreparáveis em sua legitimidade democrática junto a diversos setores e instituições da sociedade brasileira.

Como conseqüência imediata, esse episódio desencadeou, ao mesmo tempo, tanto um estado de ebulição social (sendo o PCB um dos agentes propagadores de maior relevância), como um processo de reação conservadora, cuja última conseqüência seria o próprio Golpe de Abril. Seria então a disputa pela hegemonia na condução deste

processo de desenvolvimento nacional, acirrada pela renúncia de Jânio e pelos confrontos durante o período Jango, que resultaria, em 1964, no Golpe de 31 de março.

Após o Brasil ser governado por um "conselho" e o voto popular barrar a experiência parlamentarista de 1962, foi somente no ano seguinte que o governo de João Goulart, vice-presidente eleito em 1960, se iniciou de fato.

Fundado sobre as bases do trabalhismo varguista, extrato político fundamental de Jango para a condução do projeto de desenvolvimento nacional, Goulart acirrou os ânimos das classes dominantes, já descontentes, ao transformar a síntese de sua conduta política numa espécie de "República Sindicalista" – dado o atrelamento de sindicatos e dirigentes sindicais ao aparelho estatal –, sendo deposto pelo Golpe de 1964.

Entretanto, sem uma correta leitura da conjuntura existente no momento do Golpe, passando a esperar por uma resistência que, de fato, não surgiu, o PCB apostou no levante daqueles milhares de brasileiros que saíram às ruas durante o governo João Goulart exigindo "reformas já". Mas, apoiados sob uma base superficial e desorganizada, os comunistas não perceberam as contradições existentes na política do PCB. Afirma o Prof. José Segatto, atestando a dissonância entre linha e prática política, que:

> "(...) da mesma forma que a bandeira das transformações rurais era defendida muito mais na cidade que no próprio campo, a luta proletária tinha eco nas lideranças, mas deixava a grande massa trabalhadora ignorante do processo geral e distante da prática necessária".[43]

O PCB que, desde finais dos anos 50 buscava adotar uma postura política reformista e institucionalizada, ainda que promovendo uma conciliação política entre a questão nacional e democrática, assumiu duas práticas e dois discursos. Diante dos acontecimentos que precederam o momento do Golpe, os comunistas exerceram uma política que se caracterizou, primordialmente, por seu aspecto contraditório; por um lado o PCB havia confirmado em seu último Congresso uma orientação política que, pautada no reformismo (clamado, inclusive, pelo Relatório Kruschov), se concentrava

[43] In: SEGATTO, 1981, p. 98.

na formação de uma ampla frente nacional; por outro, contrapondo-se a isso, os comunistas exerciam uma forte pressão sobre o governo de Goulart, fornecendo combustível para fomentar aquele estado de ebulição em que as massas exigiam "Reformas de Base, na lei ou na marra!".[44]

Pois, ao mesmo passo que os comunistas se dispunham a respaldar, legitimar e, até mesmo, participar do governo democrático e constitucional de Jango, o PCB, por outro lado, apostava suas fichas na "pressão das massas", exigindo uma radicalização cada vez maior de Goulart e de "seu" nacional-desenvolvimentismo populista, face ao descontentamento das classes dominantes e diversos setores da sociedade.

Diante desta química perigosa, percebemos que os elementos contraditórios da política desenvolvida pelo PCB, entre o período de 1960 e 1964, somente se fizeram possíveis graças à falta de unidade e coesão programática do partido. Justamente a unidade e coesão, que ao final dos trabalhos do V Congresso de 1960 os comunistas anunciavam, finalmente, haverem conquistado.[45]

O Golpe de Estado verificado em 1964 veio atender de imediato aos interesses da burguesia nacional agrário-industrial ameaçada com a proposta de reforma agrária e o avanço do movimento sindical no interior do governo de Jango. Além disso, o Golpe ainda atendeu a interesses dos grupos de capital externo que viram naquele movimento, a possibilidade concreta de "desnacionalização econômica" e ampliação da participação dos setores privados na economia brasileira. Novamente sem entrar profundamente no mérito da questão, essa seria a base que, de certo modo, fundaria o neoliberalismo econômico no país, perpetuando a lógica conservadora de renovação autoritária.[46]

Enfim, a partir da cúpula militar e com o respaldo da burguesia nacional, da maioria dos governadores de estados, de extratos reacionários da Igreja Católica, além de vários setores da classe média, o "novo" governo assumiu com a responsabilidade de lançar bases para controlar as crises político-social e administrativo-finaceira que se

---

[44] A afirmação do secretário-geral do partido, Luis Carlos Prestes, uma semana antes do golpe de que "os comunistas estavam no governo, faltava-lhes o poder", demonstra bem o caráter golpista com que o PCB caracterizava seus objetivos imediatos: a conquista (ou tomada) do poder pelos comunistas, independentemente do compromisso político estabelecido de despender esforços para a formação de uma frente única pelo desenvolvimento nacional e democrático do país. Citado por SADER, 1991, p. 175.

[45] "Com as *'correções'* operadas pelo V Congresso *[sobre a Declaração de Março de 1958]*, a 'nova política' do PCB ganharia contornos mais acabados e definitivos, além de conquistar – com o ato congressual – sua legitimidade orgânica". In: SEGATTO, 1995, p. 94; *grifo nosso*.

[46] Ver: VIANNA, 1997.

instalaram no País. Para tanto, utilizou-se de medidas restritivas no âmbito institucional e de mecanismos que visavam conter de imediato a crescente escala inflacionaria, abrindo as portas da economia brasileira à participação de empresas e grupos de capital externo, como forma de garantir o desenvolvimento econômico do Brasil aos moldes dos "patrocinadores do Golpe".

Dessa forma, o longo ciclo do poder militar - ao gosto das classes dominantes -, foi "legalmente" iniciado com a decretação do Ato Institucional n.º 1; o primeiro de uma série que a história nos revelaria mais tarde. Esse AI-1, que proclamou, sobretudo, a vitória da reação conservadora, estabeleceu, dentre outros, atributos de Poder Constituinte ao "Supremo Comando Revolucionário"; ampliou os poderes do Presidente da República; e ainda, a cassação dos direitos políticos dos opositores do regime pelo período de 10 anos.

A primeira reunião do Comitê Central do PCB após o golpe de março ocorreu mais de um ano depois, em 11 de maio de 1965, e deliberou pela formação imediata de um movimento de massas, capaz de isolar e derrotar as forças que sustentavam o regime ditatorial e lutar pela conquista de um governo amplamente representativo, composto por todas as forças antiditatoriais. Em poucas palavras, poderíamos afirmar que a resolução daquela reunião da direção do PCB seguiu, novamente, no sentido de confirmar sua política aliancista representada na composição de uma frente ampla.

Em 1965, como estava previsto, foram realizadas eleições em vários estados brasileiros e a vitória de candidaturas de oposição frente aquelas representadas forças políticas que sustentavam o Golpe (em algumas localidades centrais, como, por exemplo, Guanabara e Minas Gerais), evidenciou a necessidade de uma reestruturação no sistema partidário, até mesmo para a própria sustentação do regime recém imposto. Em outubro, após derrotas importantes para o regime nas eleições diretas, foi promulgado o AI-2 (mais poderes ao Executivo, dissolução dos partidos, eleições indiretas para a Presidência da República, civis envolvidos com crimes contra segurança nacional seriam julgados por tribunais militares). Foi em Dezembro daquele ano que se organizaram os dois novos partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), aglutinando as oposições.[47]

[47] **"Os militares promoveram uma reformulação no sistema partidário de modo que ele se adequasse melhor aos objetivos do novo regime político. Temia-se que a permanência do antigo quadro partidário viesse a favorecer de forma constante os adversários do novo regime. A mística**

Desse modo, o PCB foi o único organismo de esquerda que assumiu a participação no MDB, desde sua formação, enquanto estratégia política de resistência ao regime. De fato, ao ter o entendimento que o MDB não se tratava apenas de um partido de oposição consentida, mas sim que se constituía, principalmente, enquanto uma frente pelo restabelecimento das liberdades e garantias democráticas, o PCB assumiu uma política de "longa duração"; em suma, a "estratégia da *derrota*".

Pautada num gradualismo reformador, a estratégia política dos comunistas novamente encontrava terreno para o estabelecimento de seu "espírito frentista", desta vez fundamentado na questão democrática. Distante dos moldes da experiência de frente popular, expressa na ANL, a política de unidade nacional representada pela adesão ao MDB girava em torno da democracia.

Contudo, ainda que para a maioria dos comunistas brasileiros o MDB se configurasse como local privilegiado para o pleno estabelecimento de uma política de frente democrática, e até mesmo por conta disso, esta não se fez sem o tensionamento das relações internas do PCB.

Importante salientar que a adesão ao MDB também pode ser entendida como uma extensão da aliança entre os comunistas brasileiros e setores trabalhistas, ao menos com seu extrato mais progressista, herdada desde os tempos do movimento "queremista", nos anos 50. Até mesmo por que, um olhar mais atento sobre a origem partidária dos parlamentares que compuseram o MDB, em seu período de formação, revela que quase 80% eram originários do PTB ou do PSD.[48]

Estava armado dessa forma o palco político-partidário que permaneceu no País por mais de 15 anos e que determinou diretamente, num segundo momento do regime autoritário (mais precisamente após 1974), a forma de atuação política e a própria identidade do Partido Comunista Brasileiro. Tal fato caracteriza-se aqui, como um dos elementos-chave na construção daquele processo, com fundamental importância para a compreensão dos discursos e posturas conflitantes no interior da esquerda brasileira, nas fases de abertura e transição do regime.

---

construída em torno da aliança PSD-PTB contribuiu para a disseminação da idéia de que ela era eleitoralmente imbatível, colocando para o governo o risco de novas derrotas no futuro. Resolveu-se, pois, acabar com o problema de maneira radical, erradicando pura e simplesmente os antigos partidos". In: MOTTA, 1997, p.24.

[48] Op. Cit., p. 27-29.

Capítulo II

1. A "estratégia da derrota" e a *Resolução de Março de 1970*:

> *"É portanto um atentado ao marxismo pretender enquadrar a revolução brasileira nos limites dos estreitos esquemas deduzidos das experiências de outros povos. O caminho da revolução brasileira está sendo elaborado, através da prática do movimento democrático e revolucionário, nas condições muito particulares de nosso país, na época actual. Não será jamais mera cópia da revolução na Rússia, na China, ou em Cuba. Será o caminho especificamente brasileiro da revolução brasileira".*
> *Informe de Balanço do Comitê Central do PCB, 1967.*[49]

Em maio de 1965, diante de um processo de avaliação e autocrítica, o núcleo central do PCB finalmente conseguiu se reunir para dimensionar os "estragos" causados pelo Golpe no "movimento nacionalista e democrático". Era a primeira vez que a direção comunista se encontrava, mais de um ano depois da queda de Jango, e seus resultados trouxeram à tona, definitivamente, as contradições da "conciliação ideológica", promovida durante o V Congresso do PCB, em 1960.

Depois do Golpe, os comunistas apresentavam, essencialmente, duas leituras sobre o fracasso da política de frente nacional e democrática: de um lado, estavam aqueles que apostavam na política do V Congresso, mas que, no entanto, creditavam o êxito do movimento reacionário às investidas esquerdistas, de setores do próprio PCB, contra o governo de João Goulart; de outro, afirmavam alguns comunistas que a derrota de abril significava o equívoco da política adotada em 1960, verificando no caráter "reformista" do frentismo pluriclassista assumido pelo PCB, o obstáculo maior para o desenvolvimento de uma política "revolucionária", de conquista do poder. Enfim, tanto uma como a outra, as leituras apresentadas pelos comunistas indicavam, sobretudo, o esgotamento da conciliação entre a questão nacional e a questão democrática, entre reforma e revolução, na ação política do partido.

---

[49] ***Informe de Balanço do Comitê Central, Dezembro de 1967.*** **In: PCB, 1980, p. 100.**

De maneira geral, nota-se que a maioria dos estudos destinados a verificar o comportamento dos comunistas após o Golpe, muitas vezes, se resumem à meras constatações sobre as contradições expostas nos posicionamentos assumidos pelo PCB. Sem o aprofundamento necessário, salvo raras exceções, tais estudos terminam por reproduzir a lógica da contraposição entre reforma e revolução, adotando uma das duas perspectivas para determinar o maior ou menor grau de êxito dos comunistas, além dos meios de resistência e combate, frente ao regime militar. Poucos se dedicam à analisar a natureza dos fatos que compunham o contexto histórico, identificando a sobreposição dialética dos principais elementos de culturas políticas específicas, a terceiro-internacionalista e a frentista; reduzindo suas análises, portanto, à descrições parciais sobre os acontecimentos e suas implicações na postura dos comunistas.

De fato, o esgotamento da "conciliação ideológica" entre o "centro pragmático" e a "esquerda conservadora" do PCB, que resultou na expulsão dos "revolucionários"[50], demonstrou que o processo de "nova política", inaugurado com a Declaração de Março de 1958, encontrava respaldo junto a maior parte dos comunistas. Mais que isso, revelou que o "espírito frentista", desenvolvido historicamente pelo PCB, permaneceu incorporado à estratégia política do partido em detrimento do marxismo-leninismo da IC, "revitalizado" pelas revoluções Chinesa e, principalmente, Cubana. Em suma, ao contrário de antecedentes históricos como a ANL (1935) e o Manifesto de Agosto (1950), onde aspectos da cultura política terceiro-internacionalista determinaram, em grande parte, seu comportamento, mesmo após o Golpe o PCB continuou apostando no desenvolvimento de seu frentismo, negando-se a adotar uma perspectiva política de *derrubada* do regime através da via armada.

Em 1967, durante o VI Congresso do PCB, os comunistas afirmavam que aquela etapa da revolução brasileira deveria superar os "obstáculos históricos" que impediam o

---

[50] De acordo com o *Informe de Balanço do Comitê Central ao VI Congresso*, de dezembro de 1967: "Finalmente, devemos informar expressamente a este Congresso que, no período decorrido a partir do V Congresso, foram expulsos do Partido alguns membros do Comitê Central, eleito no conclave de 1960. Em 1961, por atividades fracionistas do grupo Amazonas-Grabois, e pelas razões expostas em Resolução do Comitê Central então divulgada, foram expulsos os membros suplentes do Comitê Central: Pomar, Daniel e Arroio. Por terem tido diante da polícia comportamento indigno de membros do Partido, foram expulsos Néri e Lourdes, suplentes do Comitê Central. Por actividades fraccionistas, incompatíveis com a condição de membros do Partido, e conforme a fundamentação exposta na Resolução de Setembro do Comitê central, foram expulsos: Marighela, Jover Teles, Câmara Ferreira, Mário Alves, Jacob Gorender e Miguel Baptista, membros efectivos, bem como Apolônio de Cravalho, suplente da direção central". In: PCB, 1980, p. 91.

desenvolvimento da nação, ou seja, o imperialismo e o latifúndio. Confirmavam, portanto, que a luta a ser empreendida era nacional e democrática, atestando a preponderância da questão nacional sobre a democrática, justamente, ao vincular a natureza do "novo" regime aos interesses imperialistas.

A exposição dos conflitos entre "entregüistas" e nacionalistas, pretendida pelo PCB, como caracterização das contradições que compunham o universo político do país, realmente conduziu os comunistas a uma elaboração política que, em tese, não apresentou grandes inovações as orientações expostas pelo V Congresso, exceto a ausência da "conciliação ideológica", dessa vez, solucionada com expurgos. Afinal, sob a lógica dos comunistas, apostava-se na rearticulação do "movimento nacionalista e democrático", representado pela aliança partidária entre PCB, PTB e PSB, e no restabelecimento das garantias constitucionais que vigoravam antes do Golpe, como condições para a retomada do projeto nacional-desenvolvimentista, estancado desde abril de 1964.

Desse modo, esperando pela "volta à normalidade", pela "volta ao passado", o frentismo apresentado pelo PCB no período pós-Golpe, ao menos em sua fase inicial, simplesmente reproduziu os elementos do V Congresso, tendo seu eixo central de sua política pautado sob a questão nacional. Nesse sentido, submetendo a questão democrática à um patamar secundário em sua estratégia política para aquela etapa da revolução brasileira, os comunistas concebiam o MDB, partido criado pelo sistema bipartidário implantado pelo regime, como apenas mais um dos instrumentos de resistência à ditadura, não aferindo-lhe qualquer importância maior, ainda que deixassem em aberto essa possibilidade. Afirmavam que:

> "Apesar das medidas tomadas para instituir na prática o partido único, sectores e personalidades políticas desenvolvem, no Parlamento e fora dele, a oposição ao regime. Os parlamentares eleitos sob a legenda do MDB têm tido, com algumas excepções, uma posição vacilante diante das arbitrariedades da ditadura. Apesar disso, o MDB e outros agrupamentos existentes podem

> tornar-se um fator positivo para a mobilização das forças populares".[51]

Mas, diante das contradições internas, que foram agravadas pelo Golpe, o fato é que o PCB mostrava disposição em dar continuidade à sua política de alianças pluriclassistas, desviando-se do "aventurismo revolucionário", como meio de luta e resistência contra o regime autoritário.

De certo modo, considerando que a política de resistência democrática empreendida pelo PCB (embora centralizada na questão nacional) concentrava-se, grosso modo, no estabelecimento de um programa comum ("para formação e avanço da frente antiditatorial") pautado no restabelecimento das liberdades democráticas, nota-se uma certa proximidade com o conceito da política de Frente Popular. Ainda mais, se forem observadas as semelhanças entre a organização operária em torno da unidade anti-fascista, de 1935, e a tarefa de "mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas".[52]

No entanto, o aspecto que realmente deve ser destacado na política do PCB, concentra-se no fato dos comunistas, reconhecendo a "derrota" imposta pelo Golpe, direcionarem o centro de sua resistência para a "conquista das liberdades democráticas". Contrapondo-se à perspectiva de "derrubada" do regime proposta pela luta armada, sob a idéia de conquista insurrecional do Estado e a concretização do "salto para o socialismo", os comunistas se voltavam para a preservação e o fortalecimento das instâncias democráticas. E isso representa um avanço na estratégia política empreendida pelos comunistas do PCB até então, pois, constatando o aspecto contraditório do regime autoritário (que combinava um domínio autocrático sobre a sociedade política e civil com a preservação da "ordem racional-legal"), a ação política dos comunistas orientava-se para a consolidação de uma frente antiditatorial, utilizando-se, inclusive, das instâncias representativas mantidas pelo regime.

Luiz Werneck Vianna, analisando os dilemas centrais que acompanharam (e ainda acompanham) a esquerda brasileira no processo de transição democrática,

---

[51] ***Informe de Balanço do Comitê Central, Dezembro de 1967.*** **In: PCB, 1980, p. 131.**
[52] ***Resolução Política do VI Congresso do PCB, 1967.*** **Op. Cit., p. 174.**

realmente diferencia o comportamento assumido pelo PCB de uma mobilização revolucionária do campesinato, afirmando a adoção da "estratégia da *derrota*" por parte dos comunistas. De acordo com Werneck Vianna, tal estratégia consistia na mobilização em torno das liberdades civis e públicas e das instituições da democracia representativa, concretizando-se no fortalecimento da dimensão constitucional "consentida" pelo regime e no isolamento de sua a dimensão institucional, exposta nos Atos Institucionais.

Contrapunha-se à "estratégia da *derrubada*", que, pautada na herança do orientalismo deixada pela III Internacional, direcionava-se para a quebra do poder, fundamentando sua ação política a partir de princípios militares (vanguarda orientada para a formação de um "Exército Revolucionário Popular") e sob a lógica de ruptura do regime. Enfim, vinculada à questão nacional, propunha a *derrubada* dos militares combatendo, justamente, o domínio autoritário-coercitivo do regime e sua dimensão institucional, das forças armadas.

A estratégia da *derrota*, de certo modo, também recorria a uma das dimensões expostas pelo regime para fundamentar o caráter de sua resistência. No entanto, ao contrário da noção de ruptura e constatando a preservação de aspectos da ordem racional-legal ("ao menos como fachada e instrumento de legitimação democrática"), buscava posicionar seu entendimento sobre a natureza do regime sob o viés político, encontrando sua expressão política "na mobilização do inventário político do Ocidente". Ou seja, orientava-se pelo fortalecimento da dimensão constitucional do regime, apostando no acirramento das contradições entre autoritarismo e democracia como meio de *derrota* do regime, fundamentando-se a partir da lógica de "transição", cuja adoção desse "modelo" de estratégia, necessariamente, implicava. Enfim, a *derrota* do regime seria o resultado da mobilização política em torno da questão democrática.

Contudo, ressalta Luiz Werneck Vianna:

> "(...) o risco da operação residia na possibilidade de que tal estratégia viesse a confirmar os esforços de legitimação do regime militar, permitindo-lhe o exercício da mais brutal coerção sob o disfarce protetor das instituições da democracia representativa.

> Evitá-lo, implicava uma forte e crescente associação da agenda da democracia política com a da questão social (...)".[53]

De fato, segundo Werneck Vianna, constata-se que foram os comunistas do PCB os responsáveis pela difusão da estratégia da *derrota* na esquerda brasileira, desde o início do regime militar. Entretanto, deve-se ressaltar que a conversão da questão democrática enquanto o centro da política dos comunistas, diante de um contexto pautado pela repressão e pelo autoritarismo, não ocorreu imediatamente após o Golpe; ao contrário, naquele instante, embora se negasse à luta armada, o PCB apresentava uma concepção frentista essencialmente vinculada à questão nacional, voltando-se para o reagrupamento de forças do "movimento nacionalista e democrático", conforme já foi salientado.[54]

Até mesmo porque, considerando o caráter "brando" da repressão imposta pelos militares (principalmente se contrastado com o período posterior ao AI-5) e tomando como base as resoluções do VI Congresso, de 1967, nota-se que a dimensão "institucional" não havia sido plenamente consolidada, embora houvesse um claro movimento nesse sentido. Daí a proximidade da leitura dos comunistas com a possibilidade, a partir de uma frente antiditatorial composta de setores nacionalistas e democráticos, de retomar o desenvolvimento nacional interrompido pelo Golpe e reorientar o caminho para a revolução brasileira.

No entanto, esse fato não deve ser considerado como um paradoxo estabelecido entre estratégia da *derrota* (sustentada pela centralidade da questão democrática) e a Frente Nacional Democrática, pretendida pelas resoluções do VI Congresso. Afinal, as resoluções refletiam acertadamente um determinado contexto, especificamente anterior ao AI-5, e a concepção de *derrota* do regime pela via democrática, compreende o comportamento global assumido pelo PCB durante a ditadura. Portanto, faz-se necessário o entendimento sobre o desenvolvimento do processo de conversão da questão democrática, em detrimento da questão nacional, como eixo da política

---

[53] In: VIANNA, 2000, p. 04.

[54] De acordo com o *Informe de Balanço*, de 1967, os comunistas entendiam que "o movimento nacionalista era a expressão , no quadro da realidade brasileira, de um processo revolucionário. Integravam-no partidos políticos progressistas (PCB, PTB e PSB), alas nacionalistas de outros partidos, os movimento sindical e estudantil, diversas correntes de opinião pública, tais como os católicos progressistas e outros sectores religiosos, a intelectualidade democrática e sectores das forças armadas". In: PCB, 1980, p. 74.

empreendida pelos comunistas no regime militar, exatamente porque o estabelecimento da luta democrática do PCB era a expressão política do curso assumido pelo regime.

De modo geral, nota-se que, durante o período de 1964 a 1968, o regime se caraterizou pela implantação e desenvolvimento de práticas – econômicas, políticas e culturais – capazes de lançar as bases necessárias para a implantação do projeto de modernização capitalista brasileiro, essencialmente conservador.

Entretanto, após a queda do governo de João Goulart, com a subida dos militares ao poder, foi durante o ano de 1968 que o movimento de oposição ao regime ditatorial adquiriu as dimensões de um movimento de massas. Incorporando a luta de trabalhadores, estudantes, artistas, intelectuais, políticos, setores progressistas da Igreja Católica, enfim, diversos segmentos da sociedade brasileira, o movimento oposicionista alcançava naquele ano um nível de contestação alarmante para o regime militar e as "velhas forças políticas" que o sustentavam.

Motivado pelas influências "revolucionárias" externas, principalmente se considerarmos o impacto causado pelas revoluções Cubana e Chinesa na esquerda latino-americana, e impulsionado pelos "ventos de rebeldia", próprios daquela época, o movimento de oposição ganhava as ruas. Mesmo demonstrando sérias debilidades em sua estrutura de organização, além de precários instrumentais de análises que resultavam, conseqüentemente, em frágeis leituras sobre a conjuntura política do país, os opositores do regime expunham à opinião pública de então as contradições do regime, de maneira a estremecer os sustentáculos dos militares junto à sociedade brasileira. Durante o ano de 1968 ocorreram no país uma série de manifestações exigindo a ampliação e restauração das liberdades democráticas, pelo fim do regime[55].

---

[55] Vejamos: já nos primeiros meses do ano grandes manifestações de protesto contra a ditadura; assassinato do estudante Edson Luis; 5 de abril o governo proíbe a Frente Ampla; 16/4: eclode a greve de Contagem (MG); Atentado a bomba contra o jornal O Estado de S.Paulo; greve dos estudantes da USP contra aumento dos preços das refeições; 16 de julho, início da greve dos metalúrgicos de Osasco; 25 de julho, no Rio de Janeiro: passeata dos cem mil; em São Paulo o CCC invade e depreda o Teatro Ruth Escobar, espancando os atores da Peça Roda Viva, de Chico Buarque; outubro, conflito entre estudantes da USP e da Universidade Mackenzie; 9/10 em Ibiúna(SP), a ditadura impede a realização do XXX Congresso da UNE e prende quase mil estudantes; atentado a bomba contra a editora Civilização Brasileira; 02/10, CCC destrói com bomba a bilheteria do teatro Opinião (RJ) onde estava sendo levado o espetáculo Pra não dizer que não falei das flores, de Geraldo Vandré. In: NETTO, 1982, pp. 143-144. Pela abrangência e pelo vulto que tomaram as manifestações contra o regime, muitos pesquisadores e protagonistas do período costumam caracterizar aquele ano, de acordo com o título sugestivo de Zuenir Ventura (1988), como o "ano que não terminou". Até mesmo porque muitos dos paradigmas então vigentes, ainda hoje permeiam o imaginário político, principalmente, das esquerdas.

Aquele período de efervescência não durou muito tempo. Decretado pelo Gal. Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 abalou profundamente todo o movimento de oposição que, por sua vez, bifurcou-se em dois caminhos distintos de resistência à ditadura. Se por um lado muitos opositores recuaram diante do "golpe dentro do golpe" e se empenharam na resistência democrática, outros se lançavam em direção à luta armada e ao enfrentamento direto com o regime.

Portanto, a repressão militar verificada no pós-68, foi senão fruto direto da centralização autoritária e do progressivo alargamento da interferência do Poder Executivo junto aos poderes Legislativo e Judiciário, como meio de homogeneização "por cima" do regime.

Tal fato, observado durante quase toda a vigência daquele regime, encontrou seu ápice em 13 de Dezembro de 1968, com a decretação do "destruidor" Ato Institucional nº 5. O AI-5 evidenciou, sobretudo, a subordinação das estruturas econômica, política e cultural ao aparelho estatal, e no interior desse, a centralização dos poderes Judiciário e Legislativo ao poder Executivo. Ao presidente tornou-se possível, decretar Estado de Sítio, além de legislar através de decretos, assim como, expedir atos institucionais e complementares. Tais medidas foram definitivamente ratificadas no ano seguinte, com a Lei de Segurança Nacional e a Emenda Constitucional nº 1 - ou "Constituição de 1969" -, fortificando ainda mais o poder Executivo. Em suma, o AI-5 foi o "golpe dentro do golpe".

Considerando-se a hipótese de que o período da ditadura militar no Brasil foi composto, essencialmente, de três fases distintas na formulação, caracterização e implantação dos elementos de condução político-social, podemos afirmar, portanto, que a partir da decretação do AI-5 decretou-se também o término de sua primeira fase. Fase caracterizada pela adoção paliativa de medidas restritivas. Com isso, a partir de uma estruturada rede de informação política, com órgãos voltados para ações especificamente político-militares, a cúpula militar forjou, conseqüentemente, um período de estabilidade política, graças ao silêncio imposto à sociedade civil brasileira.

Desse modo, quando o Gen. Médici assumiu a presidência da República, no início da década de 1970, já havia no País a base legal para garantir o "Milagre Brasileiro". Com a "estabilidade política" conquistada a partir de uma política repressiva de "caça as bruxas", que provocou o verdadeiro extermínio de opositores ao regime, o Brasil conheceu um período de estabilidade econômica, uma fase de

crescimento industrial, com o aumento de investimentos estrangeiros e estatais, que se estendeu, grosso modo, até finais de 1973.

Procurando alavancar o processo brasileiro de modernização estrutural, adotou-se uma planificação dos objetivos a serem alcançados pela economia nacional, evidenciada em formas organizativas como o Plano Nacional de Desenvolvimento que visava garantir eficiência e rentabilidade econômica. Contudo, para o necessário "crescimento do bolo", tais medidas caracterizavam-se, sobretudo, por relacionar agentes salariais diretamente ao crescimento de produtividade, promovendo uma política econômica de arrocho salarial.

Entretanto, no período que seguiu de 1968 a 1971 o que se verificou foi o extermínio daqueles grupos armados da "esquerda revolucionária" através de combates travados com aparelhos e órgãos repressivos montados pelos militares do regime, que apostavam na estratégia da *derrubada*. Certamente influenciados pelo avanço do "mundo socialista", com vitórias de revoluções nacional-democráticas em várias localidades do globo, principalmente no continente latino-americano, os grupos armados enxergavam na queda do regime militar a possibilidade "real" de revolução comunista no Brasil.

Mas os comunistas eram, diante da relação de forças expostas naquele contexto, o pólo mais fraco e, diante disso, tiveram o sonho imediato de uma sociedade brasileira igualitária, traumaticamente, postergado. Constata-se que a morte de Lamarca e Barreto, executados pelo Exército no sertão baiano em dezembro de 1971, pode fornecer a data para o fim do ciclo da "esquerda revolucionária" no Brasil.

Diante desse quadro, de desmantelamento das organizações de esquerda, onde até mesmo o PCB (assim como outras forças que lutavam na resistência democrática) sofreu as conseqüências do caráter repressivo do regime, surgiu o documento, aqui chamado, "Resolução de Março de 1970".

De imediato, constata-se que a *Resolução Política do CE da Guanabara do PCB*, de março de 1970, se apresentava como o resultado concreto da nova política empreendida pelos comunistas, desde meados da década de 1950, desenvolvida pelo frentismo pluriclassista e reformador, e que no momento posterior ao golpe, assumiu a perspectiva de *derrota* do regime pela resistência democrática.

Importante lembrar que a "nova política" desenvolvida pelo PCB, documentada na "Declaração de Março de 1958", caracterizava-se pela incorporação da questão

democrática ao discurso e à prática política dos comunistas; ainda que o elemento democrático permanecesse subordinado à questão nacional e à primazia da luta contra o imperialismo e o latifúndio, e a prática política do partido ainda conservasse o ranço dogmático herdado dos tempos do Comintern. Mesmo em 1967, durante o VI Congresso do PCB, os comunistas afirmavam o caráter nacional e democrático da "etapa" da revolução brasileira, contra o domínio do imperialismo e o monopólio da terra:

> "Ela é, assim, nacional e democrática. Devido à preponderância do factor nacional, a direcção do golpe principal está voltada contra o imperialismo, particularmente o norte-americano, e seus agentes internos. A burguesia entreguista será liquidada como força social juntamente com os outros inimigos da revolução".[56]

Sem desprezar a importância da questão nacional, apenas conferindo-lhe a dimensão devida diante de um regime de exceção, a *Resolução de Março de 1970* colocava a resistência democrática ao processo de fascistização do país como objetivo central e imediato a ser conquistado pelo PCB. Seguindo suas resoluções, nota-se que a política dos comunistas, especificamente os da Guanabara (considerando a origem do documento), naquele momento se voltava para a organização e formação de uma frente única, ampla e democrática; o que, de fato, se transformou o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), principalmente durante o processo de abertura do regime.

Talvez, a importância desse documento possa ser justificada pelo fato de que, conforme afirma Armênio Guedes[57], anos mais tarde as principais teses defendidas pelos comunistas da Guanabara seriam incorporadas à política nacional do PCB. Nesse caso, Guedes se referia ao documento *Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo*, de novembro de 1973, esse considerado como o documento "oficial" onde estariam as

---

[56] *Informe de Balanço do Comitê Central ao Vi Congresso do PCB, Dezembro de 1967*. In: PCB, 1980, p. 121-122.

[57] Publicado pela Revista Temas de Ciências Humanas, n.º 10, de 1981, a Resolução Política do CE da Guanabara do PCB (Março de 1970) teve a apresentação de Armênio Guedes, comunista do PCB e autor desse documento, que afirmava: "(...) ao republica-lo hoje, é relevante observar que algumas das teses nele defendidas só seriam levadas em consideração pela direção nacional do PCB anos mais tarde, em 1973". In: PCB/GB, 1981, p. 72.

bases das diretrizes políticas que conduziram o PCB durante o processo de abertura do regime, e a conversão da questão democrática em estratégia política dos comunistas.

Contudo, vale lembrar que contexto histórico era altamente desfavorável. Por um lado, na clandestinidade e diante de uma violenta repressão policial e política por parte do regime militar. Por outro, no interior do movimento de esquerda, com a decretação do AI-5, a vigência de um "ultra-esquerdismo" somado às leituras fundamentadas num marxismo de tipo "catastrofista", que praticamente execravam as análises que não previam o enfrentamento armado como meio de oposição, combate e superação do regime.

Além disso, distante de qualquer tentativa de generalização indiscriminada, a adoção de boa parte das teses expostas na *Resolução de Março de 1970* pelo Comitê Central do partido parecia demonstrar que, de fato, a Guanabara se apresentava como um dos principais centros políticos do PCB. A leitura empreendida pelos comunistas da GB demonstrou que, mesmo em 1970 com a clandestinidade e violenta repressão política, o PCB encontrava caminhos que, seguidos posteriormente pela direção nacional, agregava o elemento democrático à leitura e à prática política da esquerda brasileira.

Verifica-se que a "Resolução de Março de 1970" se propunha a denunciar o processo de fascistização do país, analisando as bases do programa antinacional, antidemocrático e antipopular, confirmando as peculiaridades do fascismo brasileiro e a diferença entre o golpe de 1964 e "outros ocorridos no Brasil".

De fato, um dos primeiros aspectos salientados pelo documento se refere ao diagnóstico sobre o processo de fascistização do país, aguçado com a promulgação do AI-5, insistindo na mudança de regime político resultante do Golpe de 1964. Através de uma perspectiva eminentemente política, o documento procurava dimensionar os efeitos produzidos pela concentração de poder, que utilizava o arbítrio e o terror como métodos de sustentação política. Afirmando que o caráter fascista do regime era exposto no "ataque violento, armado, contra as organizações e instituições democráticas, em geral, e contra as associações de trabalhadores, em particular", referindo-se a perseguição política sofrida. pelos comunistas, a "Resolução de Março de 1970", procurava comprovar o acerto da leitura empreendida pelo partido após o Golpe, que resultou na adoção da estratégia da *derrota*:

> "A verdade é que o movimento militar que derrubou o governo de João Goulart mudou a forma estatal de dominação de classe: o regime de democracia burguesa foi substituído por outro, de tipo fascista. As peculiaridades assumidas pelo tipo brasileiro de fascismo, nesta segunda metade do século XX, não devem confundir ninguém. A percepção disso é um mérito que não pode se negar ao nosso partido".[58]

Além disso, os comunistas da Guanabara afirmavam ser o AI-5 e a violenta repressão política soluções que conferiam uma "vantagem temporária ao regime", fato que poderia ser verificado no aumento das dissidências internas do regime, numa situação onde, pelo isolamento das forças políticas internas, tal processo de fascistização tenderia à "esgotar suas potencialidades". A necessidade da resistência democrática pela oposição, especialmente pela esquerda, afastava a possibilidade de que o fim do regime se daria de imediato, com práticas e procedimentos de caráter golpista. E, desse modo, lançava as bases para a constituição de uma frente democrática ao instituir como estratégia geral do partido "deter o processo de fascistização", com a organização e somatória de "forças" contra o regime autoritário.

Verificava-se o desenvolvimento de um processo de desgaste da ditadura, buscando seus "fatores causadores" nos tipos de resistência interna: o movimento nacionalista e o movimento democrático. Através desta chave de leitura, o PCB da Guanabara observou politicamente o quadro de então, procurando captar as divergências no interior das Forças Armadas ("nacionalismo autoritário" X "entreguismo reacionário" -ESG) e entre as "velhas forças políticas" do cenário nacional. Mais que isso, os comunistas afirmavam que a indicação do Gal. Médici provocara "divisão no suporte militar" que sustentava o regime.

Partindo deste diagnóstico, apontavam para a possibilidade de que as eleições diretas legislativas poderiam potencializar a resistência à ditadura. Com isso, colocavam que, com a participação das forças de esquerda naquele processo, as eleições de 1970 (e, como se veria mais tarde, principalmente as de 1974) abriria novo foco de crise para o regime, embora houvesse o reconhecimento das proporções e dos limites daquela ação.

---

[58] In: PCB/GB, 1981, p. 73.

E esse era o aspecto que realmente distinguia a "Resolução de Março de 1970" das demais leituras apresentadas pelos comunistas até então, mesmo considerando a Resolução Política de 1967, pois, apontava as eleições "patrocinadas" pelo regime como caminho para o êxito da resistência democrática:

> "As correntes de oposição – e, claro, entre elas, o nosso partido – têm, com as lições, um grande campo para potencializar a resistência à ditadura. Nada nos leva a crer que as próximas eleições, cercadas como estão pelas medidas coercitivas da ditadura, possam ser decisivas para a liquidação do regime – é uma advertência que não podemos deixar de fazer. (...) Mas não tenhamos dúvidas de que elas vão concorrer, e muito, para a nova crise em gestação. Daí sua importância para a oposição".[59]

Não obstante, durante os idos de 1970 as eleições patrocinadas pelo regime, eixo central para o avanço da Frente Única Nacional contra o Fascismo proposta central do documento, não passavam de meros instrumentos de legitimação da modernização autoritária empreendida pelos militares. E, diante de tal contexto, conseguir vislumbrar a possibilidade deste canal de representação popular (eleições) se transformar num veículo de oposição e resistência ao regime é, de fato, um aspecto que deve ser salientado.

Por outro lado, a "Resolução de Março de 1970" também inovou a leitura da esquerda brasileira sobre a ditadura, apesar do "precário instrumental de análise", por haver caracterizado o regime de abril como de tipo fascista, ou ainda como um bonapartismo sem um Bonaparte. Partindo da constatação da ocorrência de um processo de fascistização no país, foi possível aos comunistas do PCB/GB propor o estabelecimento da política comunista de Frente Democrática como alternativa política para a esquerda e, de modo geral, para o movimento de oposição ao regime autoritário brasileiro. Fato que, seguindo a lógica da estratégia da *derrota*, apresentada por Luiz Werneck Vianna, em muito se aproximava com a política de Frente Popular, lançada

[59] In: PCB/GB, 1981, p. 78.

pelos comunistas na década de 1930, ao privilegiar a "derrota" do movimento reacionário à base do fortalecimento da institucionalidade democrática.

Entretanto, diante daquela "nova" configuração de fascismo, a questão democrática, antes subordinada à questão nacional e à sua leitura econômica antiimperialista, colocava-se como ponto de partida para análises e orientações expostas no documento do PCB da Guanabara. Mais que isso, utilização da questão democrática como chave de leitura para "desvendar" a realidade de então invocava, necessariamente, uma perspectiva política para a compreensão da "natureza do regime", que "por sua essência de classe (serviçal das velhas classes dominantes, do imperialismo, etc.), por suas vinculações antinacionais e por sua ideologia reacionária", poderia, "tranqüilamente, ser classificado como de tipo fascista".

Com a análise da política econômica de então, buscava "ampliar o conhecimento sobre a natureza do regime para combatê-lo e derrotá-lo", discutindo a filosofia do modelo de desenvolvimento autoritário brasileiro e suas características básicas, apresentando alternativas para o crescimento do país.[60]

Entendia-se que o tipo de desenvolvimento brasileiro visava "ordenar o crescimento nacional" e evitar momentos de tensão, mediante a "modernização do sistema e o emprego de técnicas sofisticadas".

---

[60] *Pelo crescimento dos setores monopolistas da economia*: basicamente concentrado nas grandes empresas e no grande capital, representados, por exemplo, pelos bancos e indústrias automobilísticas. A forma de resistência à tal política econômica estaria na formação de uma frente antimonopolista; *Pelo confisco salarial*: taxas de acumulação e de crescimento mediante a confisco salarial dos trabalhadores. As contradições, próprias à esta receita de política econômica, deveriam ser exploradas como meio de organização da classe operária, alvo central daquele "confisco"; *Pelo confisco tributário*: medida que se concentrava, basicamente, nos impostos sobre o consumo; *Pelos critérios adotados para investimentos estatais*: neste ponto, os comunistas da Guanabara afirmavam que o "comando do país" divergia do "interesse nacional" (exceto nos casos da Petrobrás, Volta Redonda, Vale do Rio Doce, ...). Desse modo, as empresas e os investimentos públicos serviam às "economias externas e à manutenção e melhoria da infra-estrutura básica" de indústrias e serviços; fato que se apresentava em contradição com o movimento nacionalista do próprio regime; *Pela adoção de um tipo de relações econômicas internacionais altamente danosas aos interesses brasileiros*: afirmava-se aqui que a dependência ao imperialismo e ao capital internacional impedia (como, de fato, impede) o desenvolvimento autônomo do país. Colocava, portanto, a organização do sentimento generalizado de repulsa à espoliação do país como tarefa essencial dos comunistas. E mais, expunha que o "campo econômico, social e político para este trabalho é o mais amplo, inclusive nas Forças Armadas"; *Pela desnacionalização crescente da economia brasileira*: dentre outros, este ponto salienta a importância da organização do empresariado nacional, um dos setores mais atingidos pela política econômica do regime; *Pela limitação do crescimento do mercado nacional*: aponta-se que a reforma agrária, naquele momento, não representava mais que uma "vaga colonização de terras" e que a restrição do mercado consumidor tencionavam as contradições daquele "modelo de desenvolvimento". Ver: PCB/GB, 1981, p. 80-83.

A "Resolução de Março de 1970" também constatava a situação em que se encontrava a oposição no país após o AI-5, afirmando que o trabalho do partido deveria se pautar em ações de curto, médio e longo prazos, reconhecendo que depois de 1968, com a promulgação do Ato Institucional n.º 5, a resistência ao regime se encontrava em "posições mais difíceis".

Procurando demarcar, claramente, as posições assumidas por aqueles que apostaram na estratégia da *derrubada* e os comunistas do PCB que entendiam a luta pela liquidação do regime pela vitória das forças democráticas, a "Resolução" reafirmava o caráter democrático e processual da política dos comunistas, criticando a postura dos "focos guerrilheiros". Embora um pouco extensa, vale registrar essa passagem do documento:

> "Cabe aqui, finalmente, uma observação especial sobre a situação das esquerdas dentro da oposição. Para essas forças, a pior conseqüência da inflexão do movimento de massas foi o rápido incremento das posições radicais. Não foram poucos os grupos revolucionários pequeno-burgueses que não souberam recuar ante o avanço da contra-revolução, passando do radicalismo verbal às posições de desespero e aventura. Iniciaram essas correntes uma série de atos que se explicam, antes de tudo, pela sua incapacidade para enfrentar a tarefa de reestruturar o movimento de massas nas condições difíceis criadas pelo avanço da repressão fascista. Os assaltos a bancos, os golpes de mão e outras formas de ação postas em prática por pequenos grupos desligados das massas, enfim, o emprego indiscriminado da violência, embora compondo objetivamente o quadro da oposição, não deixam, apesar de seu suposto caráter revolucionário, de desservir à resistência e de dificultar a organização da frente única de massas contra a ditadura. Em uma palavra, enfraquecem a oposição".[61]

[61] In: PCB/GB, 1981, p. 84.

Mais que isso, avaliavam os atos da "esquerda revolucionária" – tanto em 1968, com uma política de enfrentamento com o regime, como em 1970, com ações armadas nos centros urbanos e localizações rurais do país – como um tipo de oposição que "permitia o avanço do regime".

Dessa forma, confirmavam a resistência democrática como uma luta de médio e longo prazo a ser empreendida pelos comunistas do PCB, afirmando para a preparação "para um trabalho em profundidade, cujos resultados seriam colhidos depois de um período de maturação". Neste ponto, apresentava um "otimismo realista" em relação à formação de uma frente antiditatorial, concebida a partir do engajamento dos comunistas na sua participação nas eleições patrocinadas pelo regime.

Afirmava-se que o fato da ditadura isolar determinadas forças políticas não significava, absolutamente, a queda imediata do regime, mas, ao contrário, abria a "possibilidade de novas dificuldades" aos militares. Conseqüentemente, a ação da oposição não deveria ser orientada sob uma perspectiva de derrubada do regime à curto prazo, desviando-se de práticas e procedimentos golpistas, conduzida a partir da idéia de derrota do regime, no fortalecimento de sua dimensão constitucional, em detrimento da dimensão meramente coercitvo-institucional.

Verificava-se a estruturação de um Estado autoritário, militarista e tecnocrático, constatando a possibilidade de esgotamento de suas potencialidades, justamente, pelo avanço do processo de fascistização, compreendido a partir da esfera política do regime:

> "O processo, para avançar, tem que se afastar de alguns dos seus sustentáculos iniciais, isto é cortar seus vínculos mais estreitos com as correntes liberais do centro ou da direita da antiga 'classe política'. Ao fazer isso, se é verdade que limpa sua área, tornando-a cada vez menos impermeável a qualquer tipo de pressão nacional e democrática, não é menos certo que se condena a um certo tipo de isolamento político, pois o espaço deixado vazio pela liquidação de uma parte de seu sistema de sustentação não é ocupado, a não ser em escala reduzida, por novas forças".[62]

[62] In: PCB/GB, 1981, p. 75.

Além de lançar algumas hipóteses sobre os caminhos à serem seguidos pelo regime militar, os comunistas ainda verificavam que o movimento contra a ditadura se encontrava disperso e desorganizado. Portanto, a tarefa do PCB era de atuar na organização e formação de uma frente única nacional antiditatorial, criando condições para uma revolução antifascista no país.

O documento se dedicou ainda a analise da situação e do posicionamento dos comunistas do PCB no antigo estado da Guanabara. Buscavam afirmar que aquele estado se posicionava como "o mais importante foco de resistência ao processo de fascistização" e que, justamente por isso, "os êxitos e fracassos na organização de uma oposição de massas ao regime na GB" repercutiam "em todo território nacional". Com isso, discutia-se o papel a ser desempenhado pelos comunistas da Guanabara em dois pontos específicos: as eleições de 1974 e a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro. No primeiro ponto, afirmavam ser as eleições um elemento de contestação do regime, devendo ser colocada em "andamento a tática eleitoral" para "colher de imediato grandes lucros políticos das eleições". Sobre o segundo ponto, diziam que a fusão dos dois estados facilitaria "a criação de regime de partido único", além de dispersar o "mais dinâmico centro de oposição no país". A luta dos comunistas da Guanabara deveria, portanto, caminhar nas seguintes frentes: sindical, estudantil, econômica, cultural, eleitoral, de solidariedade e pelas liberdades civis.

A propósito, o fato que mais chama a atenção no documento é a ausência de qualquer tentativa de análise sobre a situação internacional. Por um lado, esse fato pode ser entendido como um primeiro esboço do desprendimento da esquerda brasileira à influência de modelos e interpretações externas à realidade nacional, demonstrando a autonomia do movimento de esquerda para melhor compreender o contexto do país. Fato este exaltado como mérito exclusivo da "nova esquerda" brasileira de finais da década de 1970 e início dos anos 80 (leia-se Partido dos Trabalhadores). Por outro, provoca dúvidas sobre a capacidade (e disposição) daqueles comunistas em avaliar criticamente o cenário internacional, não apenas as mazelas do capitalismo ocidental, mas também analisar a "cortina de ferro" do mundo socialista, principalmente após a intervenção soviética na Checoslováquia, a "primavera de Praga" de 1968.

Do mesmo modo, a leitura sobre o movimento sindical parece estagnada e sem a apresentação de perspectivas positivas à curto e médio prazos. Entretanto, esse ligeiro equívoco na análise do PCB/GB, já que um dos movimentos de resistência e oposição

mais expressivos do período de abertura foi justamente o movimento sindical, possui uma explicação de mais fácil compreensão. Pois, se o foco de modernização autoritária se concentrava nas grandes indústrias, principalmente a automobilística – como os próprios comunistas da GB salientaram durante o texto -, e essas se encontraram instaladas em sua maioria na Grande São Paulo, torna-se compreensível o porque de tal "equívoco" (um acontecimento externo ao contexto histórico do PCB/GB), além de justificar o porque do novo sindicalismo haver se desenvolvido de modo acelerado na região do ABC paulista.

De qualquer maneira, considerando a aproximação da política dos comunistas com a questão democrática, essencialmente, na formação e organização de um frente antiditatorial, constata-se que o documento cumpriu sua função. Pois, avaliando a importância das teses ali expostas para uma leitura mais aprimorada dos comunistas sobre o regime militar e suas principais características, a "Resolução de Março de 1970", de fato, proporcionava os elementos necessários para a conversão da questão democrática em estratégia da política do PCB, confirmava-se a estratégia da *derrota*. Enfim, de acordo com Armênio Guedes, a "Resolução":

> "Tratava-se, de um lado, de um esforço para colocar em prática a linha aprovada pelo VI Congresso; e, de outro, para dar continuidade à tradição do Partido no Estado de ligação com as massas e de alianças com um amplo arco de forças democráticas e liberais".[63]

Em suma, com a "Resolução de Março de 1970", afirmava-se não apenas o caráter frentista de sua política, deflagrada pela "Declaração de 1958" e confirmada pelo VI Congresso do PCB, em 1967. Mais que isso, colocava a questão democrática acima da questão nacional, praticando uma inversão na lógica proposta até então pelos comunistas, inaugurando o caminho e estabelecendo as condições para o desenvolvimento de uma cultura política democrática na esquerda brasileira.

[63] In: PCB/GB, 1981, p. 72.

2. Eleições de 1974, quedas, exílio do Comitê Central:

> *"A vitória da oposição nas eleições foi o acontecimento mais importante no Brasil desde 1964. As massas compreenderam a importância de utilizar o voto como arma de protesto. A classe operária, os trabalhadores e todas as forças de oposição votaram no MDB como forma de expressar o seu descontentamento com o governo e o seu protesto contra a sua política".*
> *Resolução Política do Comitê Central, 1975.*[64]

Diante da proposta de capturar o estabelecimento de uma cultura política democrática entre os comunistas do PCB, que teve na "Resolução de Março de 1970" seu ponto de partida enquanto perspectiva política para o Partido, não há como deixar de verificar a importância de três fatos: as eleições de 1974, as quedas e os assassinatos de dirigentes e militantes do PCB, principalmente em 1975, e o exílio do comitê central do PCB. Embora entendidos como elementos de um mesmo processo, de resistência democrática, cada um dos fatos apresenta aspectos que demonstram suas especificidades.

As eleições parlamentares de 1974 se constituíram como um marco importante no longo caminho da transição democrática no país, afinal, pela primeira vez a oposição reunida em torno do MDB sagrou-se vencedora numa disputa eleitoral. O que não é pouco, principalmente ao perceber que em 1970, tendo sido amplamente massacrado eleitoralmente pela ARENA e pelo "voto nulo", setores moderados do MDB cogitaram a possibilidade de autodissolução do partido.

As condições políticas impostas pelo regime, desde a decretação do AI-5, condenaram os opositores à letargia política e a um certo tom conciliatório nos discursos de tribuna.[65] Diante de um cerceamento político ostensivo, a frente democrática, representada pelo MDB, foi tomada por setores que tradicionalmente

---

[64] ***Resolução Política do Comitê Central do PCB, Dezembro de 1975.*** **In: PCB, 1980, p. 232-233.**

[65] **"Através do Presidente do Movimento Democrático Brasileiro, o ilustre Senador Oscar Passos, os filiados a esse Partido manifestam publicamente um crédito de confiança ao futuro Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici. O pronunciamento de S, Excia., logo após a sua indicação para tão elevado posto pelo Alto Comando das Forças Armadas, mereceu o acatamento integral do povo brasileiro". In: Anais da Câmara dos Deputados. Dep. José Mandelli, 27/10/69. V. 1. p.98. Citado por: MOTTA, 1997, p. 135.**

propunham um posicionamento conciliador, uma política de não enfrentamento com o regime. Esse fato fez com que a idéia de oposição consentida, alimentada por aqueles que não acreditaram na possibilidade de resistência democrática através do MDB, se difundisse na opinião pública cerceada e nas camadas populares, que permaneciam refratárias à participação política.

A política de resistência democrática do PCB, por sua vez, também encontrava sérias dificuldades de execução, entretanto, o partido já contava com uma experiência maior de sobrevivência em situações de clandestinidade e violenta repressão política, ao contrário dos outros setores que compunham o movimento democrático. Continuava a formular política, mesmo contando com restrições de organização e dirigentes sendo perseguidos pelo regime, sendo que a "Resolução de Março de 1970" e o volume de outros documentos produzidos no período, por exemplo, atestam este fato.[66]

A partir de 1971, alguns dos novos parlamentares eleitos pelos MDB, a maioria em seu primeiro mandato, formaram um bloco no interior da frente denominado "autênticos" e se contrapunham ao posicionamento dos setores adesistas e conciliadores do movimento. Mesmo sendo minoria no interior da frente, os autênticos estabeleceram uma perspectiva política mais aguerrida ao MDB, atuando primeiro no debate parlamentar, com denúncias de tortura e repressão do regime, e depois na organização do partido junto os setores sociais tradicionalmente engajados, como os estudantes e intelectuais, se estendendo às lideranças de entidades sociais. Nesse sentido, em 1973 a anticandidatura de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, denunciando o caráter arbitrário das eleições indiretas, foi essencial para aproximar o partido com a sociedade, unificando o discurso de oposição e resistência democrática ao regime.

Até mesmo o projeto de distensão do governo Geisel parece haver contribuído para o êxito do MDB, fazendo com que aquelas eleições fossem as mais "livres" desde 1964, justamente, porque para que ele se desenvolvesse como concebido, era necessária a permanência do bipartidarismo. Setores do governo, considerando os resultados

[66] Documentos disponíveis no Centro de Documentação e Memória – CEDEM/Unesp, São Paulo/SP: CC do PCB. "Carta do Brasil". s.l., PCB, 1970; CC do PCB. "Avanço do processo de fascistização do país". s.l., PCB, 1970; "PCB – documentos para discussão". Rio de Janeiro, 1970; CC do PCB. "Nota política do PCB/Março de 1971". s.l., 1971; "Resoluções 7° pleno do VI Congresso". s.l., 1971; "Resumo da reunião do Comitê Central – outubro/1971". s.l., 1971; "Reunião do Comitê Central do PCB – 2ª/1971". Nota. s.l., 1971; CC do PCB. "A política de agitação e propaganda". s.l., 1973; CC do PCB. "Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo - Resolução". s.l., 1973; CC do PCB. "Resolução do Comitê Central do PCB – Trabalho Direção". s.l., 1973, CC do PCB. "Aos Trabalhadores e ao Povo Brasileiro". s.l., 1973.

desastrosos da oposição em 1970, temiam a extinção do MDB, fato que conduziria o regime a uma ditadura de partido único e faria desmoronar sua aparente legalidade democrática.

Com isso, o MDB encontrou uma certa facilidade para se aproximar de uma parcela significativa do eleitorado, principalmente aquela que se concentrava nos grandes centros urbanos e que mais sentia os efeitos negativos da modernização autoritária. Os primeiros sinais de desgaste da política econômica, que mais tarde demonstrariam o fracasso do "milagre brasileiro", também foram decisivos para o fortalecimento do discurso de oposição ao regime, fazendo com que o MDB conseguisse canalizar um sentimento de insatisfação, generalizado em amplos setores da sociedade.

Além disso, outro aspecto importante para a vitória oposicionista nas eleições de 1974, que deve ser ressaltado, foi a derrota dos movimentos de luta armada pelos órgãos militar e de repressão política do regime. Este fato fez com que muitos destes agrupamentos, ao menos o que restou deles, entrassem num processo de revisão e autocrítica, estancassem a campanha do voto nulo (empreendida em 1970) e, em alguns casos, aderissem às campanhas de candidatos do MDB.[67] De fato, setores da "esquerda revolucionária" assumiram, ainda que "taticamente" (para uma "reorganização de forças"), a estratégia da *derrota* do regime pela ampliação dos canais da democracia representativa.

No que diz respeito ao PCB, em nota política do CE de São Paulo, de 21 de abril de 1974, por exemplo, os comunistas analisam o os primeiros dias do governo Geisel e denunciam as prisões e pressões contra diversos movimentos oposicionistas, como a Universidade e sua intelectualidade, afirmando também serem alvo da ação repressiva promovida pelos órgãos do regime. Contudo, notam certas medidas, "de caráter demagógico", que atendiam algumas demandas sociais tais como: relativo afrouxamento da censura à imprensa; declaração contra o ensino universitário público

[67] "'O deputado Marcos Tito é o que mais se destaca... dentro da reduzida fração do MDB mineiro', dizia o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais numa edição especial de seu jornal, fartamente distribuído ente os estudantes mineiros três dias antes das eleições de 15 de novembro. Nele, inesperadamente, as entidades estudantis de Belo Horizonte – que até aquela data vinham defendendo o voto nulo – anunciavam a sua adesão à campanha do MDB e, particularmente, à candidatura de Marcos Tito". In: Opinião. 13/12/74. p. 12. Citado por MOTTA, 1997, p. 149.

pago, intervenção contra a especulação financeira. E mais, destacam que já não havia mais aquele sentimento de otimismo generalizado em relação ao "milagre brasileiro":

> "Nota-se, após a leitura cautelosa dos primeiros pronunciamentos dos setores dominantes ligados à economia, governamentais ou não, que não há mais aquele clima de euforia fabricada nem se entoam loas ao 'milagre' brasileiro. Nas empresas e nas escolas, nas filas de condução e nos mercados, nos órgãos de divulgação e nas entidades representativas surgem protestos e lutas. Somente este ano já houve 8 greves operárias em nosso estado".[68]

Em outro documento, específico para a participação política dos comunistas no processo eleitoral de 1974, o Comitê Estadual do PCB de São Paulo afirma que "o trabalho eleitoral deve se constituir numa atividade permanente do partido", verificando que naquelas condições impostas pelo regime, a via eleitoral assumia um papel importante na luta pela resistência democrática, congregando os diversos setores oposicionistas.

Sob a perspectiva de aprofundamento questão democrática sobre a política frentista empreendida pelo partido e de denuncia do caráter fascista assumido pelo regime, os comunistas de São Paulo estimulavam a participação ativa do PCB naquele processo eleitoral, diferenciando-o das tentativas de caracterização eleitoreira promovidas por setores do próprio partido.[69]

Os comunistas afirmavam a necessidade de fortalecimento de uma posição mais combativa no interior do MDB, buscando na composição de alianças para o trabalho eleitoral a conquista de posições reais em defesa dos interesses das massas

---

[68] *[Os primeiros dias do governo Geisel] Nota Política do CE do PCB/SP, Abril de 1974*. In: PCB/SP, 1981, p. 02

[69] Em determinado momento do documento lê-se: "O trabalho eleitoral exercita e contém o embrião da frente patriótica contra o fascismo. E isso nem sempre é compreendido em profundidade pelo conjunto partidário, que sofre da tendência direitista de tratar o problema em termos puramente eleitoreiros, encarando as eleições pelas eleições". Em outro ponto, faz uma referência textual ao "Esquema de Discussão Política", do Comitê Central, de 1971, transcrevendo que "apesar de todas as restrições e da situação de clandestinidade em que nos encontramos, devemos dar atenção permanente ao processo eleitoral, deixando de considerar nossa participação nele como algo acidental e espontâneo. Devemos nos ocupar, desde agora, com as eleições municipais de 1972 e com as eleições para governadores e parlamentares que se realizam em 1974". *Resolução sobre tática eleitoral para 1974 no Estado de São Paulo, 1974*. Op. Cit., p. 09.

trabalhadoras, na luta contra o fascismo. Estabeleciam que a centralidade da política do partido residia na luta pelas liberdades e garantias democráticas, definindo os meios de atuação dos comunistas no processo eleitoral daquele ano. Afirmavam:

> "O objetivo principal do nosso trabalho eleitoral deve sempre o de fortalecer e ampliar nossa ligação com as massas trabalhadoras, em primeiro lugar com a classe operária, contribuir para fortalecer e dar estrutura à frente de forças políticas e sociais que lutam contra o fascismo e ampliar a luta pela conquista das liberdades democráticas. Ao nos ligarmos às massas trabalhadoras, através do trabalho eleitoral, devemos desenvolver um grande esforço de propaganda e organização para ganhá-las para posições políticas de oposição e de combate ao regime, denunciando sobretudo a ausência de liberdades para o povo, a política salarial e o entreguismo oficial. (...) Na conjuntura eleitoral, os problemas de custo de vida e a crise do abastecimento poderão adquirir um papel de agitação, discussão e propaganda eleitoral muito grande, ligando-se estes problemas à política econômica de favorecimento dos monopólios perpetrada pelo governo e à ausência de liberdades".[70]

Enfim, o PCB também se fez presente naquele processo de valorização da oposição institucional e da própria disputa eleitoral de 1974, orientando suas ações no sentido de utilizar o trabalho eleitoral como forma de aproximação das massas trabalhadoras e da classe operária, aproveitando da "brecha" bipartidária oferecida pelo regime. Esse posicionamento levava os comunistas exercerem sua participação na frente democrática e, de certo modo, fortalecia o estabelecimento da questão democrática no discurso e na ação política do PCB, lançando bases para uma atuação mais orgânica e menos tácita dos comunistas no interior do MDB.

Especificamente para a esquerda, ao lado de Werneck Vianna, pode-se afirmar que a vitória das candidaturas parlamentares de oposição ao regime, representadas pelo

[70] ***Resolução sobre a tática eleitoral para 1974 no Estado de São Paulo, 1974*. In: PCB/SP, 1981, p. 10.**

MDB, significou a comprovação do acerto da política dos comunistas, pautada na formação de uma Frente Única e no trabalho eleitoral. Mais que isso, essencialmente a partir de 1974, ficou clara a consagração das possibilidades de êxito da estratégia da *derrota*, a partir do fortalecimento da Frente Democrática, face à estratégia da *derrubada*, que, sob uma perspectiva ruptural do regime, entendia o fim da ditadura como o próprio "salto" para o socialismo, tendo sido "derrotada" pelas forças militares desde inícios da década de 1970.

Também de acordo com Luiz Werneck Vianna, foi com a vitória da oposição, em 1974, que se aprofundaram as relações do centro político, basicamente composto pelas forças democráticas e liberais que se aglutinavam em torno do MDB, com a esquerda, especificamente com o PCB.

De maneira geral, as eleições de 1974 podem ser consideradas como o marco inicial da constituição do Movimento Democrático Brasileiro enquanto Frente Única Antifascista, abrigando amplos setores democráticos e nacionalistas, como queriam os comunistas na "Resolução de Março de 1970"; além da incorporação da "intelectualidade paulista" (pragmático-liberal) e do "novo sindicalismo" do ABC (forjados nas multinacionais e na política de "livre negociação").

Desse modo, considerando esses aspectos, Werneck Vianna afirma que a opção assumida por esses setores, representada na Frente Democrática emedebista:

> "(...) trazia consigo uma série de desdobramentos, nem sempre antecipados pelos atores envolvidos, inclusive entre aqueles que mais se empenharam na sua formulação e prática. E que aprofundar a estratégia da *derrota* significava admitir uma passagem para a democracia que não implicava, necessariamente, um momento forte e agonístico de ruptura com o antigo regime – o que na linguagem da esquerda significava aderir à via da reforma em desfavor da revolução".[71]

A vitória dos setores oposicionistas nas eleições de 1974 se, por um lado, iniciou um processo de ampliação crescente do MDB, marcando a caminhada à transição

[71] In: VIANNA, 2000, p. 04-05.

democrática, por outro, significou também, ao menos para o PCB, um período de violenta repressão e cautela.

Os comunistas, que já vinham sofrendo com a repressão política promovida pelos órgãos de segurança do regime desde o início da década de 1970, com a vitória de 1974, tornaram-se o alvo central da perseguição terrorista que, num momento anterior, havia combatido e exterminado a ameaça de luta armada contra o regime. O fato que chama a atenção é que a ação repressivo-terrorista do regime lançou sua fúria assassina também àqueles que optaram, como condição estratégica de sobrevivência e resistência, em jogar conforme as regras do jogo, ou seja, a partir da participação no partido oposicionista, do trabalho eleitoral, enfim, da resistência democrática.

Ainda no ano de 1970, militantes do PCB foram presos e torturados no Rio de Janeiro. Em reunião do Comitê Central, realizada em 14 de março de 1971, os comunistas se dedicaram a análise das condições de trabalho da direção do partido sob as condições impostas pelo regime. Concluíram pelo "rodízio" na composição da Comissão Executiva e do Secretariado do partido, a ser realizado de dois em dois anos, bem como pelo envio de um terço do Comitê Central para o exterior, como uma forma de criar uma certa "reserva" de quadros dirigentes face aos ataques dos órgãos de repressão.

Em julho de 1972, a repressão atinge o Comitê Estadual do PCB de São Paulo, prendendo e torturando dirigentes regionais do partido como Dagosan, Moacir Longo, Alberto Negri, Coutinho, dentre outros. No mês de agosto deste mesmo ano, foram detidos o dirigente comunista Fued Saad e o membro do PCB, Célio Guedes, sendo o segundo assassinado pela repressão no Rio de Janeiro. Diante deste contexto de perseguição terrorista, o Comitê Central do PCB, em novembro de 1973, assumiu a leitura empreendida pelos comunistas da Guanabara já em 1970, na Resolução Política de Março, de que o regime militar brasileiro havia "evoluído" de uma ditadura militar reacionária para uma ditadura militar tipicamente fascista, orientando para que os comunistas empreendessem esforços para a constituição de uma "Frente Patriótica contra o Fascismo".

Nesse documento, os comunistas afirmavam que o governo Médici havia rompido com o que restava da ideologia liberal dos governos anteriores, desenvolvendo instrumentos capazes de reprimir as demandas e lutas das massas populares e de setores

sociedade descontentes com o regime, e intensificando a opressão e o emprego do terror, torturando e assassinando presos políticos.

Lembrando a caracterização da *Resolução Política de Março de 1970*, onde afirmava ser o regime brasileiro um bonapartismo sem Bonaparte, o documento de 1973 também percebia algumas especificidades do caso brasileiro que o diferenciava do fascismo italiano e alemão do passado, destacando, principalmente, a preservação de "algumas aparências de democracia representativa", com a mudança periódica do ditador.

Sentindo-se particularmente abatido pelo nível de repressão que se desencadeava contra os comunistas do partido, o PCB propunha pontos de referência para o estabelecimento da Frente Patriótica, visando a unificar a ação dos setores oposicionistas democráticos e patrióticos a partir de uma luta comum, tendo como centro a luta pelas liberdades democráticas. Insistindo sobre a dimensão constitucional do regime, exigiam:

> "(...) - conquista das liberdades públicas, dos direitos e garantias individuais, de associação, do habeas-corpus, das liberdades sindicais, da realização de eleições directas para todos os cargos electivos;
> - revogação do AI-5 e do Decreto-Lei 477; garantia das prerrogativas e da autonomia dos poderes judiciário e legislativo;
> - amnistia para os condenados e perseguidos políticos".[72]

Ainda em 1974, mesmo antes das eleições de 15 de novembro, acelerou-se o processo de repressão política contra o PCB visando a eliminação de quadros dirigentes do partido. Somente no primeiro semestre daquele ano, foram seqüestrados e posteriormente assassinados José Roman, David Capistrano da Costa, do Comitê Central, João Massena de Mello, Valter Ribeiro e Luis Inácio Maranhão, também do Comitê Central do PCB. Contudo, após a vitória do MDB em novembro de 1974, foi em 1975 que o PCB sofreu uma dura repressão.

---

[72] ***Por uma Frente Patriótica contra o fascismo, Novembro de 1973*. In: PCB, 1980, p. 217.**

Em Resolução Política do Comitê Central, de dezembro de 1975, os comunistas atestavam o avanço do caráter fascista do regime contra as fileiras do PCB. Embora recolocasse a questão nacional como o eixo da política comunista, direcionando suas forças contra o imperialismo[73], o PCB denunciava a repressão terrorista promovida pelos órgãos militares contra o partidos e outras forças democráticas.

Mais que isso, interpretava as razões sobre o comportamento demonstrado pelo regime como uma forma de impedir a convergência das forças contrárias à ditadura, captando, politicamente, a dissociação que se procurava difundir entre os "setores" da oposição, desqualificando a política de resistência democrática empreendida pelos comunistas sob o argumento anticomunista, de preservação dos princípios democráticos.

De fato, os comunistas constatavam:

> "É sintomático que logo após as eleições de Novembro de 1974 o governo tenha voltado a agitar a bandeira do anticomunismo e logo em seguida iniciar-se uma campanha de violenta perseguições às forças mais conseqüentes da frente única. Trata-se, assim, de estabelecer uma linha divisória entre os setores de 'oposição ao governo' (teoricamente tolerados) e os que 'fazem a oposição ao regime' (identificados como comunistas)".[74]

No entanto, o fato foi que a política de "caça às bruxas", promovida pelo regime contra "todas as forças democráticas" (porém orientada brutalmente contra os comunistas) assassinou um terço do Comitê Central do PCB. Os comunistas, que já contavam com alguns dos seus membros no exterior desde os primeiros anos da década de 1970, tiveram boa parte de seus quadros dirigentes presos e torturados, numa situação tal onde militantes, amigos e simpatizantes passaram a conviver sob a alça de

---

[73] Afirmavam: "... o imperialismo é um inimigo poderoso, que emprega todos os meios para recuperar as posições perdidas e contra-atacar. O Brasil – pela sua importância no continente latino-americano - foi transformado no principal ponto de apoio do imperialismo nessa região do mundo, na principal base de expansão dos fascismo e de agressão aos povos que lutam contra o imperialismo, pela democracia e pelo socialismo". *Resolução Política do CC, Dezembro de 1975*. In: PCB, 1980, p. 321.

[74] *Resolução Política do Comitê Central do PCB, Dezembro de 1975*. In: PCB, 1980, p. 235.

mira do regime, afastando a possibilidade do PCB empreender uma política de massificação da resistência democrática a partir de suas próprias fileiras.

Considerando que os golpes sofridos pelos comunistas advinham do êxito obtido pela vitória de 1974, além do acerto da perspectiva política comunista de *derrota* do regime, o PCB procurava diagnosticar as causas internas que teriam levado o partido àquela situação de desmantelamento quase que total. Dentre um dos principais aspectos apontados pelos comunistas, ainda em 1975, estava o fato de membros do partido terem subestimado as modificações introduzidas pelo Golpe na vida política brasileira, que "abriam caminho à implantação do fascismo no país".

Verificam, por exemplo, que os comunistas não foram capazes de perceber, em seu conjunto, o grau de aperfeiçoamento assumido pelos órgãos repressivos estabelecidos durante o regime. Comprovavam, da pior maneira possível, que o nível do aparato repressivo-terrorista era técnica e organicamente muito mais eficaz que na década anterior, quando se instaurou o Golpe, fato que, pela quedas sofridas, demonstrava que não havia sido refletido para a política de organização interna e sobre a necessidade de sobrevivência diante de uma situação de repressiva clandestinidade. Tal argumento seria utilizado, anos mais tarde, por aqueles comunistas interessados na legalidade do PCB.

Enfim, concluíam que:

> "Apesar de qualificarmos o atual regime político como fascista, em geral atuamos sem levar isso em conta. (...) Não acompanhamos, por isso mesmo, nossas ações políticas de maiores esforços para aperfeiçoar o Partido como organização".[75]

Com isso, confirmando que se vivia um momento político excepcional, tendo a fúria dos órgãos repressivos contra os comunistas a contraposição do crescimento de um movimento de massas pela democracia e contra o regime, os dirigentes comunistas do PCB optaram pelo envio dos membros do Comitê Central, que ainda permaneciam no país e haviam escapado da mira assassina dos aparelhos do regime, para o exílio. Retirando os principais quadros dirigentes do partido, ao entender que no Comitê

[75] ***Resolução de Organização do Comitê Central do PCB, Dezembro de 1975*. In: PCB, 1980, p. 245.**

Central participam os melhores quadros comunistas, o PCB, de maneira geral, deixava a cargo dos "novos" comunistas a tarefa de realização das determinações do partido, orientadas para o fortalecimento da Frente Democrática (e nacionalista). Tal situação será responsável, de certo modo, pela implantação de uma política essencialmente democrática, estabelecendo as bases para a formação de uma cultura política democrática na esquerda brasileira.

3. 1976/1979. Reorganização do partido e Frente Democrática:

> *"O Partido considera que as coincidências conseguidas até aqui, tanto nas lutas realizadas como no movimento de opinião pública, são uma base segura, a partir da qual os comunistas devem continuar seus esforços para fazer avançar ainda mais o processo em curso de formação da frente que propõem a fim de tornar vitoriosa a luta pela liquidação e pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas para o povo".*
> *Resolução Política do Comitê Central do PCB, 1977.* [76]

Entre os anos de 1976 e 1979, diante de um contexto crescente de abertura política, com suas idas e vindas, a tarefa de reorganização do partido e a participação dos comunistas na Frente Democrática, representada no MDB, são os fatos que proporcionaram o estabelecimento de uma "nova política" no interior do PCB, como na própria esquerda brasileira.

Durante esse período, setores do PCB, concentrados principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, foram suficientemente capazes de traduzir uma formulação política que, ao contrário do passado, estivesse intimamente sincronizada com os desafios impostos pela realidade concreta da política nacional. Realidade essa extremamente complexa, onde emergiam novos seres no conjunto da sociedade, com novas demandas econômicas, políticas e sociais, e que expunham à uma parcela cada vez maior da opinião pública os antagonismos daquele processo de modernização autoritária. Ainda assim, e até mesmo por conta disso, a política empreendida por

[76] ***Resolução Política do Comitê Central, Março de 1997*. In: PCB, 1980, p. 256.**

aqueles comunistas marcou, definitivamente, o surgimento de uma "nova esquerda", fundamentada essencialmente na questão democrática.

Após as quedas e o exílio do Comitê Central, os comunistas se viram diante da necessidade de reorganizar o partido em todas as suas instâncias, estaduais, municipais e de base. A clandestinidade, a qual o partido estava submetido desde o início do regime, dificultava sobremaneira a execução de uma política de reorganização, principalmente ao perceber que isto significava comunicar-se com as pessoas, aproximar-se de lideranças, entidades representativas, sindicatos.[77]

Entretanto, procurando desenvolver canais de comunicação e divulgação, a questão crucial que se colocava àqueles comunistas era afirmar, perante a sociedade, que o PCB estava vivo e atuando. Verificar a atuação dos comunistas do PCB de São Paulo, durante sua fase de reorganização do partido no Estado, portanto, pode ser exemplar.

Em outubro de 1975, o Comitê Estadual do PCB de São Paulo, praticamente liquidado após as quedas de todos os seus integrantes, exceto um, refugiado em outro estado, encontrava-se sem direção. De fato, por ser um dos centros mais importantes daquele processo de modernização autoritária empreendida pelo regime, bem como um dos pólos do sentimento de insatisfação crescente contra a ditadura, os comunistas de São Paulo sofreram um duro golpe da repressão, dificultando sobremaneira a atividade política do PCB. Exatamente por isso, mais do que nunca, os comunistas tinham por necessidade fortalecer o movimento democrático, ampliando seu respaldo junto à sociedade, contudo, encontravam sérias dificuldades de organização.

Tanto assim que, no momento de sua constituição, em janeiro de 1977, a Comissão Estadual de Reconstrução (CER) do PCB de São Paulo foi composta por apenas três membros, sendo que dois permaneceriam durante os momentos seguintes. Somente em outubro de 1978, foi possível estabilizar o núcleo básico da CER, tendo o reconhecimento do Comitê Central como a direção do partido no Estado. Ao longo dos anos de 1979, 1980 e 1981, centrada na execução e ampliação das Resoluções Políticas

---

[77] **De acordo com a *Resolução Política do Comitê Central do PCB*, de dezembro de 1975: "Assinalamos, em primeiro lugar, o regime fascista, com todo o seu cortejo de violências e terror, como o principal fator no agravamento das limitações que sofre hoje o povo brasileiro no plano das liberdades democráticas. Essas limitações, atualmente como no passado, muito vêm contribuindo para as dificuldades que sempre encontrou em todo o processo de formação de sua consciência política e elevação de seu nível organizativo o povo brasileiro". In: PCB, 1980, p. 244.**

do VI Congresso, a CER foi capaz de incorporar a presença de outros membros, chegando a Conferência Estadual preparatória para o VII Congresso, em 1982, com 14 integrantes.

Em de fevereiro de 1976, alguns comunistas paulistas fizeram circular um documento que se propunha mostrar que a violência desencadeada pelo regime não havia destruído o partido. Lamentavam as perdas, analisavam os danos estruturais, políticos e, principalmente, emocionais sofridos. Mas, também avaliavam as circunstâncias que teriam levado o partido àquela situação de total desarticulação, dimensionando tanto os fatos que conduziram àquela ação repressiva, como seus próprios erros e debilidades.

Destinado também a levantar a moral dos próprios comunistas, tal documento chama a atenção não apenas pelo fato de se constituir como o primeiro após as quedas sofridas em 1975, mas, essencialmente, por expor estrategicamente a política que deveria ser empreendida naquele instante delicado da vida do partido. Afirmando que o momento era de reflexão, discussão e reconstrução, os comunistas se comprometiam com o desenvolvimento da política lançada pelo VI Congresso[78], de participação permanente na frente democrática, lutando pelo seu fortalecimento e pela construção da hegemonia da classe operária no interior da frente. Mais que isso, lançavam-se ao desafio de, novamente, estarem inseridos nos movimentos e ações que clamavam pelo estabelecimento da democracia no país:

> "Esta é a hora de persistir no trabalho junto aos sindicatos, associações de moradores, centros acadêmicos, entidades de massa de qualquer natureza. Esta é a hora de trabalhar estreitamente vinculados ao MDB, à Igreja Católica, à todas personalidades e organizações democráticas".[79]

---

[78] Em *Resolução Política do Comitê Central do PCB, Maio de 1965*, os comunistas já lançavam a essência da política que, mais tarde, em 1967, seria confirmada pelo VI Congresso do PCB: "Houve mudança no regime político, o centro tático é a luta pelas liberdades democráticas, só a ação unitária das forças antiditatoriais e do movimento de massas podem derrotar o regime". In: PCB, 1980, p. 124.

[79] *O PCB vive e atua, Fevereiro de 1976.* In: PCB/SP, 1981, p. 22.

Em suma, confirmavam que o aprofundamento da estratégia da *derrota*, refletido numa participação cada vez maior dos comunistas na Frente Democrática, engrossando com outras forças o movimento democrático como a alternativa política capaz de reorganizar o partido, através da inserção social que o movimento "temático-eleitoral" permitia aos comunistas. Desse modo, para os comunistas de São Paulo, organizar e fortalecer o partido dependia, diretamente, do avanço e crescimento da resistência democrática no conjunto social, cuja inserção, do partido e de outras forças democráticas, viria à reboque; implementando, de fato, uma política democrática.

Portanto, reorganizar o partido significou para aqueles comunistas utilizar, primeiro, da legalidade da luta empreendida pela Frente Democrática, entidades e instituições sociais, depois, do trabalho eleitoral desempenhado em favor do MDB desde 1966. Evidentemente, contavam com o crescente respaldo e apelo popular adquirido pelo MDB, principalmente após 1974, e trabalhavam sua aproximação com os setores sociais atendendo às demandas eleitorais e políticas que surgiam diante daquele contexto.

Com isso, os comunistas demonstravam que o processo de reorganização do partido passava, necessariamente, pelo aprofundamento da questão democrática no seio da sociedade, através de suas diversas entidades e instituições. A capacidade do PCB de São Paulo de vincular a tarefa de se reorganizar à sua atuação naquele processo de abertura, enquanto ator político, possibilitava que os comunistas tivessem um contato direto com os temas reais da agenda política da democracia no país, aproximando-se dos mais variados setores e movimentos sociais.

Isso porque, diferentemente de outras situações as quais o partido também precisou resistir à sua liquidação, desta vez o PCB – especificamente o PCB de São Paulo – teve um outro entendimento que não aquele de "primeiro reestruturar o partido, depois...".

Ao contrário de se fechar, o partido se abriu. Longe da "máquina partidária", o partido saiu às ruas, realizando a disputa no campo das idéias e na ação política. Aqueles comunistas propunham-se em debater e atuar com todas as forças antiditatoriais, desde os dissidentes do próprio regime até à "esquerda revolucionária", que inicialmente havido rechaçado a estratégia de resistência democrática e retornava de um longo processo de autocrítica.

No documento denominado de *Comunicado n.º 1*, de setembro de 1977, os comunistas de São Paulo afirmavam que o "nosso partido está aberto para o retorno ou ingresso de quantos queriam fazê-lo", considerando, logo em seguida, que a relação com os grupos de esquerda "deve ser a de unidade de ação, sempre que isto contribua para o avanço do movimento de massas". Concluíam esse item, de unidade com as forças antiditatoriais, confirmando a necessidade de atuação conjunta, porém, reforçavam sua identidade a partir de uma nova perspectiva política:

> "Os comunistas se aliam com todas as forças que se opõem ao atual regime, sem abdicar de suas posições. Os comunistas defendem conseqüentemente a democracia (que não deve ser confundida com o liberalismo burguês), e lutarão para ampliá-la e aprofundá-la, por entenderem ser esta a via para as transformações socialistas. Justamente por isso, atuam ao lado de outras forças políticas na frente antiditatorial e lutam lealmente pela hegemonia no interior da frente, para fazer presente, cada vez mais, a influência da classe operária".[80]

Dessa forma, os comunistas do PCB/SP assumiam a luta pela ampliação e aprofundamento da democracia, desvinculada da tradicional caracterização de "burguesa", como princípio das transformações socialistas, fazendo avançar a estratégia da *derrota* sobre o fortalecimento do partido, enquanto a própria antítese do destino do regime. Avançavam, nesse sentido, sobre a formulação tática concebida à questão democrática na Resolução do CC, de maio de1965 ("o centro tático é a luta pelas liberdades democráticas"), bem como sobre a "essência" da política lançada pelo VI Congresso, de 1967, ainda que fossem estas as orientações que pairassem sobre a elaboração política dos comunistas de São Paulo.

Mais que isso, tal afirmação conferia à questão democrática, de maneira inaugural no interior da esquerda comunista, o ponto mais alto na estratégia política de transformação socialista da sociedade brasileira. Realmente, como afirma Luiz Werneck

---

[80] *Comunicado n.º 1 da Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, Setembro de 1977* In: PCB/SP, 1981, p. 27.

Vianna, a concretização sobre o conceito de estratégia da *derrota* passava, no interior da esquerda brasileira, em admitir a via da reforma em "desfavor" da revolução. Em suas palavras:

> "Para a esquerda, portanto, assumir o caminho da transição importava transformações na sua identidade e em sua trajetória tradicional, passando a se identificar plenamente com os valores e as instituições da democracia – compreendida aí a tradição liberal –, a recusar antigas antinomias – entre igualdade formal e igualdade real, por exemplo, - e a pôr sob o mesmo estatuto os valores da liberdade e da igualdade".[81]

Por não ser pouca coisa, esse fato tinha força suficiente para estilhaçar a identidade do partido, historicamente calcada na perspectiva orientalista, no "prussianismo" herdado da Revolução Bolchevique e da interferência da IC na política pecebista, salientados por aspectos dogmáticos do marxismo-leninismo e alimentados pelo desenvolvimento "conciliado" da cultura política terceiro-internacionalista entre os membros do PCB. Contudo, aquele era o momento de edificação de uma política de unidade, dentro e fora do partido, e empreender uma cruzada contra elementos de sua cultura política significaria, naquele instante, "dar um tiro no próprio pé".

No entanto, o estabelecimento de uma política de unidade não impediu os comunistas do PCB/SP de recolocar algumas dimensões do seu marxismo-leninismo em sincronia com a estratégia democrática, alinhados à necessidade de superação de procedimentos autoritários que permeavam a política do partido ao longo de sua trajetória. Buscava-se potencializar aspectos de sua cultura política terceiro-internacionalista, historicamente avessos a questão democrática, mas que naquele momento não se mostravam como antagônicos a perspectiva política empregada pelos comunistas, centrada, no âmbito interno do partido e no movimento democrático brasileiro, na luta pela unidade e coesão.

Um aspecto importante desse debate foi abordado pelos comunistas do PCB/SP, em documento produzido ainda em 1977. Naquele instante, tais comunistas procuravam

[81] In: VIANNA, 2000, p. 05.

conferir um novo sentido ao "modelo leninista de organização", revitalizando um dos elementos fundamentais desse modelo de organização, o centralismo democrático. Reafirmando o caráter leninista do partido, diziam:

> "Um dos elementos dessa teoria leninista de organização é o centralismo democrático, que assegura a unidade de ação dos comunistas e a democracia no interior do partido. A democracia e o centralismo, na teoria do partido, não se contrapõem, pelo contrário se completam. É verdade que no passado, em nome da necessidade de centralizar, violou-se este princípio, deixando a democracia interna num plano secundário, o que não podemos permitir que se repita. Entretanto, em nome da correção desse erro, não se pode admitir a abolição do caráter centralizado do partido, expresso na existência de uma só direção em cada nível, sob pena de nos dissolvermos ou nos transformarmos numa federação de grupos".[82]

Importante ressaltar que, ao contrário de tempos passados e desde os anos 50, diante daquele processo de reorganização partidária, o PCB contava com uma relação muito próxima com os intelectuais, na maioria dos casos, íntima. Mais no Rio de Janeiro que em São Paulo, por exemplo, o fato é que o PCB contava com um contingente considerável de intelectuais em suas fileiras, muitos na direção e em suas instâncias partidárias, desempenhando papeis extremamente importantes para formação e consolidação de uma cultura política democrática.

Esses se encontravam diante de um universo intelectual marcado pela difusão de elaborações que, em última análise, superavam sob os mais variados enfoques as tendências do marxismo-leninismo da III Internacional. Essa nova fase da crise do marxismo-leninismo, caracterizada pela quebra do monopólio dos partidos comunistas sobre o marxismo, provocou uma diversificação das leituras sobre as idéias de Marx.[83]

---

[82] ***Comunicado n.º 1 da Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, Setembro de 1977*** **In: PCB/SP, 1981, p. 26.**

[83] **Em *Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil*, onde se dedica, dentre outros, a analisar o percurso do marxismo heterodoxo e seus usos, especificamente o gramsciano, na esquerda brasileira, Marco Aurélio Nogueira constata que: "A repercussão de tais fatos se fez**

Foi a partir de meados da década de 1970, que as idéias de Gramsci extrapolaram os limites das discussões acadêmicas e do círculo universitário e, somada a influência exercida naquele momento pelo PCI entre os comunistas, encontraram na "experiência do eurocomunismo"[84] a porta de entrada no PCB. Ao se verificar a presença e o significado da ensaística eurocomunista sobre a elaboração intelectual e política dos comunistas, percebe-se sua real importância na reformulação política do PCB. Por exemplo, o gradualismo da "guerra de posições" gramsciana e sua a concepção de revolução processual, fez avançar a tática de avanços graduais e de governos pluriclassistas, que desde os anos 50 orientava a política do PCB, fomentado formulações sobre a práxis comunista com caráter completamente ocidentalista[85].

Contudo a presença dos comunistas se fez marcante, com maior intensidade nos debates que antecederam, e, de certo modo, estimularam a realização VII Congresso do partido, compreendido pelo período entre 1980 e 1983. No entanto, já neste primeiro momento de reorganização do partido, a influência das leituras empreendidas pelos setores mais avançados da intelectualidade marxista no país se refletia no discurso e na prática política do PCB. O gradualismo pluriclassista reformador, exemplificado no aprofundamento da participação dos comunistas na frente democrática, como meio de reorganização do partido, possibilitou ao PCB se inserir entre os temas e setores organizados da sociedade.[86]

Além disso, durante aquele período, os comunistas foram capazes de lançar as bases de uma síntese possível entre os elementos que compunham e caracterizavam sua cultura política, principalmente entre o princípio centralista e o frentismo, com a questão democrática.

---

evidentemente sentir no Brasil. Interessante espelho da época pode ser encontrado no movimento editorial, que conheceu – grosso modo entre 1966 e 1968 – verdadeiro *boom* de textos marxistas, escritos em geral por autores não propriamente 'ortodoxos' e, de maneira clara, expoentes do pluralismo do pluralismo que passava então a imperar: Luciem Goldmam, Gerog Lukács, Karel Kosik, Louis Althusser, Rosa Luxemburgo, Hebert Marcuse, Isaac Deutscher, Henri Lefebvre". In: NOGUEIRA, 1988, p. 130.

[84] Sobre Eurocomunismo e PCB, ver, dentre outros: SANTOS, 1996; NOGUEIRA, 1988.

[85] Analisando a presença das elaborações eurocomunistas, Raimundo Santos afirma que: "a teoria ampliada do Estado, rompendo com o terceiro-mundismo da tradição comunista, apoiará sobremaneira a caracterização do Brasil moderno, cuja ocidentalidade, pelas vias transversas da *revolução passiva*, induzindo ao abandono do modelo da III Internacional e à reformulação da estratégia socialista a partir da tese gramsciana de 'guerra de posições' – como no eurocomunismo italiano, aqui também tomada como base definidora de um caminho democrático para o socialismo". In: SANTOS, 1996, p. 50.

[86] Ver: SANTOS, 1996, p. 43-53.

Esse aspecto permitiu àqueles comunistas manter uma certa homogeneidade de sua cultura política, e da própria identidade do partido, ao mesmo tempo em que possibilitou tanto o desenvolvimento de uma atuação minimamente centralizada, em torno da frente democrática, como a gestação e o estabelecimento de uma cultura política democrática no interior do PCB. Tais fatos, proporcionados por um contexto específico, mesmo contando com um certo boicote de alguns militantes a "nova política" empreendida pelo CER do PCB/SP que insistiam em "esvaziar" o partido, encontraram na atuação daqueles comunistas um agente de potencialização e valorização da democracia, conferindo uma perspectiva à política da esquerda brasileira.

Mesmo o Comitê Central, ainda no exílio, parecia atender a essa lógica. Um aspecto interesse que pode ser analisado entre os documentos produzidos durante o período. Por exemplo, em "Nota da Comissão Executiva do PCB", de maio de 1978, sobre a participação dos comunistas brasileiros nas eleições parlamentares daquele ano, afirmava-se o caráter estratégico da atuação unitária na frente democrática, como meio de reorganizar o partido e fortalecer a luta democrática no interior do MDB:

> "Chamamos a atenção dos militantes do Partido para o fato de que as eleições são também um poderoso meio para, por um lado, aumentar a influência de nosso Partido no seio das massas, e, por outro, fortalecer o espírito unitário de várias correntes antiditatoriais. O aumento da influência dos comunistas e o fortalecimento da unidade do conjunto da oposição serão, por seu turno, uma garantia e uma condição para que se possa alcançar um novo patamar nas batalhas pela democracia que continuarão a ser travadas depois das eleições".[87]

Noutro momento, na "Resolução Política", de novembro de 1978, o Comitê Central confirma a primazia conferida a questão democrática na estratégia dos comunistas para as transformações socialistas. Assim como havia ocorrido com os comunistas da CER do PCB/SP, no *Comunicado n.º 1*, de 1977, de acordo com o

[87] ***Nota da Comissão executiva do PCB a Propósito da Campanha Eleitoral, Maio de 1978*. In: PCB, 1980, p. 284.**

documento de novembro de 1978, a diretriz política do PCB se orienta a partir dos êxitos obtidos na luta pela democracia, pautada numa política unitária no interior da frente democrática representada no MDB.

Novamente tendo combinado os principais elementos componentes de sua cultura política, o centralismo (e a perspectiva de unidade), o frentismo aliancista e a recente incorporação da questão democrática (até mesmo como necessidade de "sobrevivência"), os comunistas do CC demonstravam um grau de maturidade política própria aos ventos do exílio, tendo em vista a descaracterização de seu próprio discurso quando retornaram, com a anistia, ao solo brasileiro. Entretanto, ainda em novembro de 1978, em sua Resolução Política, lê-se:

> "Participando ativamente da luta unitária pelas liberdades democráticas, os comunistas reconhecem que não são idênticas as concepções de democracia que circulam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes da oposição. Para os comunistas, a luta pela democracia, pela manutenção, ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas, é parte integrante da luta pelo socialismo".

E logo em seguida, concluía-se que:

> "Na atual situação, a prioridade deve ser concedida à luta pela conquista das liberdades democráticas. É em torno da conquista dessas liberdades que se devem unir atualmente todas as forças que desejam o fim do atual regime, independentemente de seus interesses econômicos e de suas concepções políticas".[88]

Desse modo, a democracia, antes concebida como mero "suporte", mero instrumento, para a revolução nacional brasileira, cuja etapa, segundo os comunistas, concentrava-se na resolução da questão nacional (contra o imperialismo e o latifúndio, entendidos como "obstáculos" ao progresso do país), tornou-se o principal centro de

[88] ***Resolução Política do Comitê Central, Novembro de 1978*. In: PCB, 1980, p. 291-292.**

referência da política do PCB. Ao menos, para grande parte dos comunistas que permaneceram no Brasil e que tinham a tarefa de levar a cabo a reorganização do partido, bem como a execução da linha democrático-frentista, defendida desde o VI Congresso, em 1967.

Enfim, a questão democrática, representada no aprofundamento político da estratégia da *derrota*, se configurou como a chave de leitura para a interpretação dos comunistas sobre a realidade do país, estabelecendo, de fato, uma cultura política democrática na esquerda brasileira e inaugurando um dos principais aspectos da "nova esquerda" que surgia naquele contexto de abertura política e transição democrática; ou seja, sua vinculação com o tema da democracia, tanto política, como social. Com isso, constata-se que a questão democrática, fator intrínseco ao próprio anseio da sociedade emergente, teve como ponto de partido, na esquerda brasileira, sob a luz da estratégia da *derrota*, nesse caso, historicamente desenvolvida pelo PCB.

4. O PCB e a Cultura Política Democrática:

> *"Os comunistas brasileiros, desde 1964, têm exercido um importante papel na luta contra o regime autoritário então implantado em nosso país. Defendendo a mais ampla unidade das forças democráticas; combatendo frontalmente as tendências sectárias e militaristas existentes em seu meio e fora dele; pregando uma política de massas que respeitasse o pluralismo real da sociedade brasileira, os comunistas criaram um patrimônio de idéias que é hoje compartilhado por movimentos sociais e políticos de diferentes extração (...)".*
> *Manifesto do Rio de Janeiro, setembro de 1983.*[89]

Após o extermínio dos grupos armados de esquerda e com os primeiros sinais de "abertura" do regime, os órgãos de repressão política do governo promoveram o período de caça aos comunistas do PCB. Mas que um indicativo do caráter fascista do regime militar, esse foi um claro sinal de que os comunistas, que não haviam aderido ao

[89] ***Manifesto do Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1983.*** **In: PCB, 1983.**

confronto armado, desempenhavam um papel significativo no interior do Movimento Democrático Brasileiro, encontrando respaldo junto a setores progressistas da sociedade brasileira.[90] Ou então, que a resistência democrática efetuada pelo PCB passou a representar uma séria ameaça à continuidade do projeto de abertura restrita e manutenção dos militares no poder.

Ainda contando as baixas sofridas, em 1975, os comunistas do PCB deliberaram através de seu Comitê Central pelo exílio imediato dos principais quadros dirigentes do partido[91]. Importante entender que os dirigentes da direção central do PCB eram em sua maioria "comunistas históricos", com larga tradição dentro do partido e que, por isso mesmo, ocupavam os postos centrais do partido; portanto, diante da mira dos órgãos de repressão política, estes seriam os primeiros a terem suas cabeças "levadas a prêmio".[92]

Na clandestinidade, os principais quadros do PCB foram para o exterior e deixaram, por assim dizer, a tarefa de reorganização política do partido a cargo daqueles comunistas mais jovens, que haviam entrado mais recentemente no partido ou que ainda não possuíam uma ficha corrida que fosse passível de extermínio, apenas de repressão. Esse fato, embora aparentemente não demonstre, constituí-se de fundamental importância para o entendimento sobre os desdobramentos da política de resistência democrática, bem como sobre a renovação política efetuada pelo PCB entre 1975 e 1979.

Como já foi dito, os "comunistas históricos" se constituíam em antigos quadros do partido, com muitos anos de militância. Além da vivência e da experiência partidária, tais comunistas também representavam o que havia de tradicional e, muitas vezes, de herança do conservadorismo dogmático que ainda permanecia no PCB. Isso ocorria, até mesmo, devido ao fato de que o período de formação comunista daqueles dirigentes estar posicionado durante a vigência do dogma stalinista, durante os anos 30, 40 e 50. Nesse aspecto, tais dirigentes realmente encarnavam os principais elementos da cultura

---

[90] "Sem os comunistas, muito dificilmente o MDB se tornaria a força política que é, como igualmente difícil seria a coligação – informal e implícita – que se estabeleceu entre o partido oposicionista e as instituições-líderes da sociedade civil pela luta em favor da democratização do país. Basta isso para marcar a grandeza da intervenção dos comunistas na luta contra o regime". In: VIANNA, 1984, p. 62.

[91] Prestes e uma parte do CC, por exemplo, já se encontravam no exílio desde o início da década de 1970. Ver: MONIZ, 1983.

[92] *Resolução Política do CC de Dezembro de 1975*, *Resolução de Organização do CC do PCB de Dezembro de 1975*, *Resolução Política de Março de 1977* e *Resolução Política do CC de Dezembro de 1977*, In: PCB, 1980.

política herdada da III Internacional, cujas elaborações "esquematizadas" demonstravam o superficialismo no trato com a questão democrática, realmente subordinada à questão nacional, ao orientalismo político e à perspectiva ruptural de "salto para o socialismo", elementos presentes na política do PCB.

Outro aspecto também muito importante sobre a "ausência" dos "históricos" decorre do fato de que, como dirigentes do Comitê Central, muito deles exerceram a função de "conciliadores" em outros momentos da história do partido, e que, por isso mesmo, demonstrava sua necessidade de superação. Muitos dos que permaneceram, ao contrário, tinham como paradigma a política de resistência democrática ao regime, onde, para relembrar, a questão democrática se sobrepunha a questão nacional sem a necessidade de conciliação com variantes da cultura política terceiro-internacionalista, historicamente, desenvolvida pelo partido.

Embora haja o reconhecimento sobre a necessidade da consolidação da unidade do partido, diante daquele contexto de abertura e possibilidade de transição democrática do regime, e que (exatamente por isso) elementos do marxismo-leninismo tenham sido preservados no momento de reorganização do partido, principalmente após as quedas de 1975, o fato é que mesmo nesse caso, os princípios democráticos, da luta pela democracia, não se submetiam aos traços terceiro-internacionalistas do partido. Ao contrário, esses eram submetidos às necessidades democráticas expostas naquele instante, considerando, inclusive, as possibilidades de organização e movimento demonstrados pelo trabalho eleitoral junto a Frente Democrática, ao MDB. Afinal, existiam condições objetivas para aquilo.

De fato, nota-se que a partir de 1975, com a maioria do CC no exílio, além das condições objetivas, os comunistas que permaneceram na resistência democrática em território nacional pareciam ter encontrado, finalmente, as condições subjetivas para a consolidação do processo de renovação política do PCB.

A participação e a influência dos comunistas no interior do MDB cresceram justamente porque, para os "renovadores"[93], aquele movimento detinha as

[93] De acordo com o Prof. Segatto em entrevista ao autor (14/07/2000), o PCB dos anos 70 e 80 se dividia, esquematicamente, assim: Renovadores: Armênio Guedes, David Capistrano, Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder, Carlos Nélson Coutinho, Elói, Luiz Antônio Medeiros, Nilton Cândido; Centro Pragmático: José Paulo Netto, José Segatto, Celso Frederico, Bertelli, Alberto Passos, Ênio Silveira, Ferreira Gullar, Paulo Teixeira, João Saldanha; Esquerda Conservadora: representada essencialmente por Luis Carlos Prestes.

características fundamentais da Frente Democrática, lançada como estratégia política dos comunistas desde seu VI Congresso, em 1967, confirmada pela *Resolução Política do CE do PCB da Guanabara de Março de 1970* e incorporada como diretriz política do PCB durante os anos de 1970.

Durante os anos de maior perseguição aos comunistas, o Partido se encontrava ao léu, disperso e sem organização. Alguns comunistas empenhados na reorganização do partido se recordam da dificuldade política e estrutural, de se organizar o partido, de aproximar as pessoas, de realizar reuniões e encontros.

A ausência do Comitê Central, que também no exterior encontrava sérias dificuldades de se comunicar, entre si e com o Partido no Brasil, possibilitou uma ação política centrada na questão democrática. Os "renovadores" tiveram a oportunidade, única e de caráter excepcional, de não terem a presença dos "comunistas históricos" do Comitê Central que, em grande parte, representavam as concepções dogmáticas deixadas pela III Internacional durante o período de formação do partido.

Após o exílio do Comitê Central, os comunistas "renovadores" encontraram condições que, de alguma forma, possibilitava o desenvolvimento de uma "nova política" no interior do PCB. Uma política que procurava desenvolver "historicamente" a questão democrática exposta na *Declaração de 1958* e, ao mesmo tempo, conferir um corte, uma ruptura capaz de romper com os laços dogmáticos que ligavam o partido com a tradição e a herança terceiro-internacionalista, apostando no desenvolvimento e aprofundamento da questão democrática (democracia política e democracia social), na aliança frentista representada pelo MDB e na tese de transição pactuada, convergindo a esquerda democrática e setor liberal-democrático brasileiro. De certo modo, tais comunistas enxergavam na confirmação da perspectiva de *derrota* do regime, justamente o desenvolvimento de uma política voltada, essencialmente, à questão democrática; estabelecendo, de fato, uma cultura política democrática ligada ao frentismo pluriclassista e reformador.

Durante os anos em que o Comitê Central permaneceu no exílio, de 1975 a 1979, os comunistas "renovadores" desenvolveram uma política de organização do partido, apoiada no acerto da linha de resistência democrática empreendida pelos comunistas no interior do PCB; ao mesmo tempo em que aprofundavam o processo de abertura política do regime, iniciado já a partir de 1974, conquistava-se espaço no interior da sociedade e dos movimentos sociais e populares.

A Frente Ampla, o MDB, foi o movimento político que permitiu ao PCB renovar sua política na prática (considerando-se que ela já vinha sendo "renovada em sua teoria" desde a "Declaração de 1958"), ter acesso às questões que emergiam daquela sociedade dos anos 70 e, com isso, reorganizar e dar forma a um partido, até pouco tempo, desmantelado pelo regime. Diante da repressão política do regime e das dificuldades de organização partidária, os renovadores empreenderam com êxito a tarefa de reorganização do PCB, principalmente em São Paulo, a partir da política comunista de resistência democrática no MDB.

No exterior, sem a possibilidade de voltar ao país, a maioria do CC já percebia o "perigo" dos renovadores estarem "sozinhos" na direção do partido; isolados da realidade vivida pelo Brasil, os "comunistas históricos" (centro pragmático e os conservadores) perdiam sua hegemonia no partido e nos movimentos aos quais estavam "historicamente" inseridos (o sindical, por exemplo). Perdiam, principalmente, a liderança, a direção e os contatos estabelecidos pelos comunistas no interior da Frente Ampla, do MDB.

Ainda no exílio, parte do CC colocou a necessidade dos comunistas deixarem a Frente Ampla e empreenderem esforços na construção de uma Frente Popular, congregando somente os partidos, movimentos e setores da esquerda brasileira. Tal posicionamento se chocava frontalmente com a política que vinha sendo implementada pelo PCB e demonstrava a disposição política do Comitê Central em frear o crescimento dos "renovadores", tanto no Partido, como no MDB.

Em 1979 veio a anistia e com ela os exilados. Desde os ultra-esquerdistas dos grupos armados aos "comunistas históricos" do PCB, todos os exilados, pelo menos aqueles que sobreviveram também ao exílio, estavam de volta. A partir de então o que se observou foi a retomada dos conflitos internos e, com isso, o conseqüente declínio do alcance e da vitalidade demonstrada pelo PCB nos anos anteriores. E pode-se mesmo afirmar que o processo de degeneração e esfacelamento do PCB, que encontrou seu auge na segunda metade dos anos 80 e início da década de 1990, se iniciava exatamente naquele momento. Durante o ano de 1983, por exemplo, os "renovadores" representados pelo CE/SP e o "centro pragmático" na figura do Comitê Central travam seus debates no jornal do Partido, a Voz da Unidade.[94]

[94] Afirmação do Prof. José Segatto em entrevista ao autor, Araraquara, 14/07/2000.

Com a anistia política concedida pelo regime aos exilados, o retorno da direção central do PCB já antecipava a disputa interna que se desenvolveria no Partido a partir de então, se estendendo por mais de uma década e que, de certa forma, dava prosseguimento aos debates iniciados (e apenas conciliados) ainda durante os anos 50.

Por exemplo, o lançamento de documentos do partido em volumes, como é o caso de *PCB: Vinte anos de política* e *O PCB em São Paulo*, buscava demonstrar ao partido e, principalmente, ao Comitê Central que os "renovadores" possuíam, de fato, arsenal histórico, teórico e político para enfrentar e combater a orientação da maioria do Comitê Central, bem como sua formação política dogmática herdada da III Internacional.

Com a análise destes fatos, verifica-se que, durante o período que se estendeu de 1975 a 1979, data do exílio do Comitê Central, o PCB originou e desenvolveu na esquerda brasileira uma *cultura política democrática*, diametralmente oposta a cultura política terceiro-internacionalista ou leninista-stalinista[95] que, por quase toda a história do PCB, caracterizou a práxis comunista no Brasil.

Além de demonstrar vitalidade enquanto organismo partidário representante da classe operária, nesse momento o PCB ampliou suas bases e inseriu, de fato, sua política democrática entre os temas relevantes a sociedade brasileira. Nesses quatro anos, o partido ao invés de cindir-se, cresceu: o número de militantes, historicamente reduzido, dava claros sinais de crescimento; utilizando a tática leninista do *entrismo*, o PCB contava com alguns parlamentares já durante a década de 1970; os comunistas davam inicio à participação em diversos Comandos (dos professores, dos operários, das mulheres, das Comunidades de Base,...)[96]; enfim, o PCB, ainda ilegal e clandestino, crescia no mesmo ritmo do processo de abertura política.

Se por um lado o partido o PCB continuou no interior do MDB, conferindo certa continuidade à política frentista empreendida pelos "renovadores", apostando na aliança de diversos setores sociais do país para obter êxito na transição, por outro lado os comunistas liderados pelo Comitê Central limitaram, de fato, o alcance e o caráter estratégico da questão democrática na política do partido; com isso, estancaram o processo de desenvolvimento da estratégia da *derrota* do regime na política do partido.

---

[95] Ver: MORAES, 1991.

[96] Ver, dentre outros, *A Condição da Mulher e a Luta para Transforma-la: Visão e Política do PCB (maio de 1979)*. In: PCB, 1980; *Resolução para atuação no movimento universitário* e *Resolução Política da 1ª Conferência dos professores comunistas do Estado de São Paulo*, In: PCB/SP, 1981.

Como no passado, a conciliação promovida pelo Comitê Central provocou cisões que, somadas à derrocada do socialismo real e à crise de paradigmas sofrida pelos partidos e movimentos de esquerda com a "hegemonia global" da proposta neoliberal, determinaram a sorte e o futuro do PCB já em meados da década de 80.

Através de alguns depoimentos coletados, alguns comunistas indicaram a presença da cultura golpista mesmo entre os "renovadores", apontando que o ranço terceiro-internacionalista também estaria presente na prática exercida por aqueles que lutavam e propugnavam por uma nova política, uma ruptura com o dogmatismo e a tradição comunista do partido. Um exemplo, ainda que genérico e pouco substancial, porém curioso: quando foi votada no Comitê Central a invasão da URSS na Checoslováquia, a Primavera de Praga de 1968, os renovadores teriam votado a favor da investida soviética, ao contrário do "centro pragmático", que teria se posicionado contra.[97]

Há também argumentações que contestam o caráter puramente democrático com que os "renovadores" se lançavam a execução da política adotada naquele momento. Alguns comunistas, que não pertenciam ao grupo dos renovadores, mas que foram também protagonistas na política do partido naquele momento, afirmam que resistência democrática empreendida objetivava, essencialmente, a conquista de espaços e o aparelhismo do grupo, tanto no partido, como na Frente emedebista.[98]

Com isso, esses comunistas caracterizam o elemento democrático propugnado pelos "renovadores" como meramente taticista, um fator em nítida contraposição a tese de formação de uma cultura política democrática na esquerda brasileira a partir do extrato comunista essencialmente renovador do PCB.

De fato, ao longo dos tempos, a relação entre comunistas e democracia se caracterizou pela presença de uma série de obstáculos, resultantes da aproximação entre os temas do liberalismo econômico e da democracia política. Principalmente depois de meados do século XIX, liberalismo e democracia eram termos complementares, fato

---

[97] De acordo com o depoimento do Prof. José Segatto em entrevista ao autor, 14/07/00.

[98] Esta opinião é compartilhada pelos comunistas José Segatto, em entrevista ao autor, 14/07/00, e Antônio Roberto Vasconcelos, o "Vasco", militante comunista de "base" desde 1937, também próximo ao "centro pragmático", vereador pelo PCB em Campo Grande durante o período de 1958-1962, atuou em Mato Grosso e concentra de sua atuação em São José do Rio Preto /SP, sendo ainda hoje o Presidente da Comissão Provisória do Partido Comunista Brasileiro, "refundado" pela corrente minoritária dos comunistas, contrários autodissolução do PCB em 1992, em entrevista ao autor, São José do Rio Preto, 18/07/2000.

que revelava o nível do relacionamento estabelecido entre as esferas econômica e política com a questão democrática, que se "aperfeiçoara" desde o século XVII. Até mesmo o conceito de cultura política, por exemplo, calcado na teoria anglo-americana de cidadania, representava as formas de participação da sociedade privada na esfera política, sob lógica de mercado (que assegurava, através da garantia da propriedade privada e na valorização do indivíduo, a conquista da própria liberdade).

Enfim, consolidada como sistema político inerente à "burguesia" capitalista, a questão democrática, entendida nesses termos, assumiu um caráter meramente instrumental na política dos comunistas, que, por outro lado, entendiam ser a democracia proletária, advento da instauração do socialismo, a concepção mais avançada de democracia. Sob a liderança de Lênin, os comunistas afirmavam a distinção entre democracia burguesa (formal) e democracia proletária (substantiva), apontando que somente a transformação econômica da sociedade seria capaz de promover igualdade entre os indivíduos, concretizando assim conquista da liberdade.

De acordo com as teses leninistas, diga-se de passagem, que se pautavam na leitura sobre uma realidade democrática com secular lastro czarista, o comportamento dos comunistas deveria se utilizar "taticamente" das instituições formais da democracia burguesa, principalmente nos momentos de "refluxo" do movimento revolucionário.

Adotando uma posição instrumental, os comunistas entendiam que uma maior participação política nessas instituições favorecia a luta pelo socialismo, considerado mais democrático que o capitalismo justamente por ser a sua superação, seu "desenvolvimento histórico", promulgado com a instauração da "verdadeira democracia". No entendimento dos comunistas a democracia formal, representada pela conquista do sufrágio universal, por exemplo, se configurava somente como um meio, cujo fim era a revolução comunista, não importando que para a conquista de seu "destino histórico", portanto, fossem utilizados expedientes não-democráticos.

Entretanto, os comunistas não possuíam um modelo bem elaborado de democracia socialista (proletária), ainda que afirmassem a preponderância da democracia direta, em detrimento da democracia representativa.

De qualquer forma, a relação entre democracia e os comunistas, com o desenvolvimento do processo de "bipolarização" entre capitalismo e comunismo, historicamente se caracterizou pela concepção eminentemente tática conferida à questão democrática, distanciando os comunistas de uma interpretação que transcendessem à

lógica leninista desenvolvida no início dos anos 20 do século passado. Diante de uma sociedade com a brasileira, cujo conservadorismo autoritário invariavelmente condicionou o estabelecimento da democracia às necessidades políticas e econômicas de sua elite, a questão democrática não era distante apenas dos comunistas, mas também dos próprios brasileiros.

Dessa forma, a compreensão apresentada pelos comunistas do PCB, durante o período de reorganização do partido, revelava diversos aspectos que a diferenciava das demais caracterizações sobre democracia até então.

Mais que isso, a prática exercida pelo PCB no interior do "movimento democrático", condicionando o crescimento do partido ao fortalecimento da Frente Democrática; a revitalização do marxismo-leninismo pecebista, principalmente, a partir das elaborações de Gramsci, que proporcionava uma participação mais "substantiva" dos comunistas nas instituições democráticas; enfim, tais elementos realmente possibilitaram aos comunistas, encarregados da reorganização do partido após as quedas de 1975, o estabelecimento de um **discurso** e uma **cultura** política democrática na esquerda brasileira.

Afinal, haviam sido encontradas condições subjetivas e objetivas para que os comunistas pudessem superar a concepção instrumental da democracia representativa, concebendo-a, naquele contexto de abertura política e superação do caráter fascista do regime autoritário, como meio e fim da luta dos comunistas pela derrota da ditadura.

Mesmo considerando as "acusações" de taticismo dos "renovadores", apontadas por membros do "centro pragmático" pecebista, o exemplo dos comunistas de São Paulo, verificado no período de reorganização do PCB, constatadas as dificuldades de massificação da política democrática empreendida por aqueles comunistas, promoveram, de fato, uma renovação na política e na leitura dos comunistas sobre a questão democrática, dando início e forma ao desenvolvimento de uma cultura política democrática na esquerda brasileira.

Capítulo III

1. Anistia: vitória da questão democrática?

> *"A volta dos membros do Comitê Central, legalmente, representa um fato novo e importante para nosso partido e para o país. (...) A reinserção na vida política do país e no movimento democrático e popular de nossos quadros de direção, de forma a contribuir para o avanço organizativo e político do partido e das forças democráticas, exige um audacioso e capaz trabalho de organização, um trabalho unitário, que passe pela reintegração de todos os militantes e respeite, obviamente, as decisões que foram ou virão a ser tomadas sobre o profundo golpe sofrido no passado recente".*
> *Editorial de Vanguarda, Outubro de 1979.*[99]

Tendo sido confirmado o crescimento da oposição, representado pelos resultados eleitorais obtidos pelo "movimento democrático" em 1974 e 1976, e constatada a unidade de amplos setores da sociedade em torno da questão democrática, o regime tratou de estabelecer mecanismos capazes de promover a divisão das forças oposicionistas.

Em 1977, logo no primeiro dia do mês de abril, valendo-se a "institucionalidade" do Ato número 5, o regime decretou "recesso" do Congresso Nacional e, através do "Pacote de Abril", o introduziu alterações no sistema eleitoral, modificando sua lei orgânica. Em suma, o "Pacote de Abril" caracterizava-se pela introdução de medidas que "burocratizavam" a organização do movimento democrático, buscando conter o avanço do bloco oposicionista sob a ameaça de transferir poderes constitucionais aos atos institucionais, especialmente o AI-5, conseguindo, com isso, cooptar ao menos os dissidentes de ultima hora, "preocupados" com a distensão lenta e gradual do regime.

---

[99] *O Retorno do Comitê Central,* publicado sem título no Editorial de *Vanguarda*, n.º 02, outubro de 1979. In: PCB/SP, 1981, p. 147.

Entretanto, ao contrário de um recrudescimento do regime, a sociedade seguia em sentido oposto, ampliando e fortalecendo o movimento democrático com diversas manifestações em defesa da democracia; parlamentares, intelectuais, estudantes, setores progressistas da igreja católica, "novos" sindicalistas, enfim, vários segmentos, cada qual a seu modo, com suas especificidades, demonstravam um sentimento generalizado de insatisfação com o regime, reclamando o instauração do Estado de Direito e ampliação das liberdades democráticas, com o fim das torturas e prisões, dos atos de exceção e da legislação repressiva. Mesmo que afirmasse o contrário, o regime dava claros sinais de desgaste diante daquele contexto de "liberalização", tendo de controlar em seu seio os setores conservadores mais radicais, que se apoiavam na política terrorista de eliminação física dos opositores permitida pelo AI-5.

Aliás, no final de 1977, a exoneração do então Ministro da Guerra, Gal. Sílvio Frota, e o anúncio de alterações constitucionais que, em última instância, promoviam a substituição do AI-5 por "salvaguardas constitucionais", se analisados como fatos pertencentes àquele processo de liberalização do regime, obviamente considerado os seus limites, demonstram o avanço da resistência democrática, exercida pela luta institucional e, essencialmente, pela pressão dos movimentos sociais.

De fato, ao contrário da intenção governista de fracionar a oposição, a demanda dos atores sociais apontavam para o fortalecimento do "movimento democrático", consagrando a estratégia da *derrota*, através da luta pela ampliação da dimensão constitucional do regime e da concentração eleitoral em torno da Frente Democrática, representada pelo MDB. Enfim, foi durante o ano de 1978 que o movimento democrático, realmente, conquistou uma dimensão capaz de transcender os estreitos limites impostos pela institucionalidade do regime.

Uma década após o AI-5, com certeza, o cenário era outro. Considerando as "concessões" inerentes ao projeto de distensão patrocinado pelos militares, mas conferindo uma real dimensão aos avanços obtidos pela resistência democrática, o fato é que o regime, diante da multiplicidade dos "novos" atores sociais (que emergiam naquele processo "acelerado" de modernização capitalista autoritário-coercitiva), sofria um sério desgaste em sua legitimidade, abalando sua imagem junto a amplos setores da sociedade.

De fato, os comunistas afirmavam, ainda em dezembro de 1977, em Resolução Política do Comitê Central, que, mesmo diante da ofensiva terrorista promovida pelo

regime contra setores democráticos da sociedade, dentre os quais o próprio PCB, a conjuntura política naquele momento era essencialmente distinta do período anterior. Contrariando uma perspectiva golpista, tanto do governo, como do "movimento democrático", os comunistas demonstravam um distanciamento, cada vez maior, dos aspectos que compunham a cultura política herdada da III Internacional, dentre eles o golpismo. E verificavam, ao mesmo tempo, a dimensão conquistada pela questão democrática na agenda político-programática de amplos segmentos sociais:

> "A diferença reside no fato de que hoje, ao contrário do que ocorreu em 1968, quando se produziu um choque entre o núcleo militar do regime e as forças políticas, inclusive a própria Arena, os mecanismos de resistência de que dispõe a sociedade são maiores. A imensa maioria do País repudia um golpe ou uma sucessão de golpes, o que ela deseja é que se criem mecanismos institucionais democráticos, capazes de controlar as tendências golpistas que resultaram, muitas vezes, de ambições pessoais contrariadas".[100]

Enfim, a euforia inicial do "Milagre" há tempos terminara e o contexto que se apresentava era outro, onde o arrocho salarial e a inflação (tendo claro seus efeitos sobre a sociedade), conseqüentemente, estimulavam a organização e mobilização de amplos setores sociais pela democracia, contra a ditadura. Valendo-se da questão econômica, como chave de leitura (ou melhor, como o impacto real, estrutural) para a constatação dos efeitos produzidos pela política de desenvolvimento autoritário, antidemocrático e "fascista" sobre a sociedade, apresentavam-se diversos movimentos sociais que rompiam com a lógica de inércia político-social, promovida pelo regime. Tais movimentos, embora apontassem para aspectos específicos, muitas vezes singulares, que não possuíam uma conexão imediata com a concepção de resistência democrática (empreendida pelos comunistas desde o Golpe), se faziam representar "politicamente", enquanto oposição ao regime, através do "movimento democrático", fortalecendo a frente ampla emedebista.

---

[100] ***Resolução Política do Comitê Central, Dezembro de 1977*. In: PCB, 1980, p. 267.**

Por exemplo, no início de 1978, surgiam várias manifestações contra a política econômica do governo (até mesmo do setor empresarial), como os movimentos pela carestia de setores da igreja católica, tendo como maior expressão a greve iniciada pelos operários, ou melhor, metalúrgicos das industrias multinacionais na região do ABC paulista. Naquela ocasião, cerca de 300 fábricas, em São Bernardo do Campo e no Estado de São Paulo, tiveram seus metalúrgicos promovendo greves alternadas, movimento que se estendeu e ganhou dimensão em outros estados do país, conquistando diversos segmentos, como, por exemplo, o dos bancários em Porto Alegre.[101] Aliás, o movimento grevista dos metalúrgicos desencadeou, a partir de 1979, um processo de contestação dos princípios trabalhistas que se estendeu por diversas categorias, dinamizando a política sindical.

Diante desse contexto, os comunistas do PCB efetuavam uma leitura que, centrada na questão democrática, considerava tais movimentos como elementos de um mesmo processo de contestação do regime, promovendo a interação necessária, porém nem sempre constatada nesses movimentos, entre os aspectos específicos (da luta dos metalúrgicos, por exemplo) e a dimensão geral da resistência democrática. Apostando na ampliação e fortalecimento da Frente Democrática, os comunistas detectavam a possibilidade de reorganização, considerando o golpe sofrido pela baixas dos anos anteriores, e de nova inserção nos movimentos sociais, através do trabalho eleitoral, cujo êxito, por sua vez, dependia da maior ou menor capacidade dos pecebistas em converter a luta específica em fator de adesão à oposição democrática.

Sob a lógica de unidade do movimento democrático, os comunistas, de fato, desenvolviam uma ação política voltada para o fortalecimento da proposta frentista, reconhecendo na multiplicidade de correntes e tendências de pensamento que compunham a frente (que se revelavam contraditórios em sua ação), a necessidade de centralização desse conjunto em torno do programa do MDB. Ou seja, constatando a presença dos mais variados setores, de "conciliadores" à "adesistas", os comunistas orientavam sua política para a unidade na luta pela conquista das liberdades democráticas, considerando todo voto atribuído ao MDB como um "voto de oposição, de repúdio à continuação do arbítrio" e, nesse sentido, "um voto válido e democrático".

[101] Nas palavras do então presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva, trabalhador da Saab-Scania: "Nós não tínhamos nenhuma prática de greve. A gente sabia que podia parar algumas empresas, mas não da forma que parou. No ano de 1978 a gente ficou fazendo greve de 12 de maio a 23 de dezembro". In: MOREL, 1981, p. 124.

Mais que isso, os comunistas insistiam na validade da estratégia da *derrota*, afirmando o trabalho eleitoral como espaço "privilegiado" para a consolidação da luta democrática e, diante disso, as eleições de 1978 novamente se apresentavam como indispensáveis para a continuidade e crescimento da resistência oposicionista.

Em documento do Comitê Executivo do PCB, especificamente destinado a organização eleitoral dos comunistas para as eleições de novembro de 1978, afirmava-se a importância da vitória da oposição emedebista, como meio de "golpear" o regime, criando-lhe novas dificuldades:

> "Nesse sentido, os comunistas julgam que as eleições de 1978 – ao lado de seu objetivo central, ou seja, o de contribuir para que nos aproximemos do fim da ditadura por meio de uma inequívoca derrota eleitoral – ganham ainda uma outra dimensão mais concreta: elas devem se transformar na expressão de repúdio nacional contra as manobras pseudo-reformistas da ditadura, devem se converter numa manifestação categórica em favor da completa democratização da vida nacional e contra a perpetuação do fascismo sob novas vestes".[102]

De certo modo, entendendo a esfera política como uma dimensão essencialmente mediadora, de representação dos interesses de grupos e setores sociais, nota-se que, dentro das restrições democráticas conferidas pelo sistema bipartidário, a canalização das demandas democráticas da sociedade concentrava-se, numa escala crescente, na via eleitoral emedebista. Apontavam para o caminho da contestação sobre a legitimidade do regime, afirmando a necessidade de democratização das relações sociais, políticas e econômicas. Diante desse contexto, o MDB se converteu, de fato, em pólo aglutinador da oposição democrática, concentrando em si a tarefa de conversão da questão democrática em centro da política nacional e, dessa maneira, de representante de um sentimento de engajamento generalizado em torno da conquista da democracia.

Mesmo considerando que, face aos obstáculos impostos pelo regime na legislação eleitoral, a vitória do MDB em 1978 não se constituiu em maioria

---

[102] *Nota da Comissão Executiva do PCB a Propósito da Campanha Eleitoral, Maio de* 1978. In: PCB, 1980, p. 279.

parlamentar, mas verificando que os resultados já indicavam uma supremacia eleitoral oposicionista, constata-se que o conjunto da sociedade se posicionou claramente favorável ao processo de abertura, aderindo ao discurso e ao projeto de fim da ditadura, através do aprofundamento da participação popular nas instituições democráticas. E nesse contexto, de luta contra o regime, a emergência do "movimento democrático" pode ser constatada a partir da análise de um tema que se constituiu de fundamental importância na consolidação do processo de abertura e transição democrática: a anistia.

Ainda em 1977, ressaltando a necessidade de intervenção das massas no debate democrático, através da via eleitoral, os comunistas afirmavam que a luta pela derrota do regime passava, necessariamente, pela vitória da Frente Democrática. Considerando a possibilidade daquele processo se converter numa ampla manifestação política coletiva contrária à ditadura, entendiam que tal processo (tendo que avançar no caminho da liberdade política) não seria efetivamente democrático. Embora reconhecendo sua legitimidade, apontavam, no entanto, que todos os brasileiros deveriam participar com "pleno gozo de seus direitos de cidadania", inclusive, "os que foram punidos por leis de exceção", abrindo caminho para a luta pela anistia aos presos e exilados políticos. Diziam:

> "A campanha pela anistia merece, da parte dos antifascistas, uma atenção especial, cabendo aos comunistas concentrar esforços para o seu desenvolvimento".[103]

De fato, a campanha pela anistia adquiriu uma dimensão que transcendeu o meio político, mobilizando amplos setores da sociedade, constituindo-se como um fator decisivo na luta contra o regime, ampliando as liberdades democráticas. Contrariando a lógica de que esse período de liberalização do regime seja o mero resultado das vontades políticas dos militares e de seu "projeto" de distensão, porém, considerando que a proporção conquistada pela questão democrática no conjunto da sociedade foi, claramente, incorporada a estratégia de continuidade do governo (utilizada taticamente para fracionar as forças oposicionistas e promover uma "auto-reforma"), o fato é que a

[103] ***Resolução Política do Comitê Central do PCB, Dezembro de 1977*. In: PCB, 1980, p. 270.**

anistia significou um enorme avanço do "movimento democrático" para derrotar a ditadura.

Nesse ponto, existem algumas controvérsias, afinal, se entendida como uma conquista da resistência democrática, valendo fazer a mobilização e pressão popular representada nos resultados eleitorais obtidos, nota-se que a anistia constituiu-se como uma derrota para o regime, o que, de fato, valida a idéia de que a abertura política se afirmava a partir de um processo de contestação e perda de legitimidade do governo militar, em curso desde meados dos anos 70 e estimulado pelo "movimento democrático". No entanto, considerando os limites da oposição, restrita as "brechas" da legislação eleitoral, verifica-se que, não apenas a anistia, como também a reforma eleitoral de 1979, se configuraram como elementos que conferiam uma quebra no caráter plebiscitário das eleições e, sob a lógica de "projeto" de auto-reforma, possibilitavam mais flexibilidade no quadro partidário, facilitando a sustentação política do regime.

Sobre esse aspecto, Brasílio Sallum Jr., que se dedica analisar os "labirintos" da transição democrática brasileira, confirma a proximidade da decretação da anistia aos presos e exilados políticos com a estratégia dos militares de aprofundar as reformas no regime, reduzindo a rigidez de seu sistema partidário. De acordo com Sallum Jr., a anistia seria então um elemento complicador, não para o governo, mas para a oposição, no exato instante em que se rompia com o bipartidarismo, diversificando o discurso (conseqüentemente a unidade) da oposição. Confirmando a lógica de "auto-reforma", afirma que:

> "A anistia pelos crimes políticos e conexos (tortura) e a reforma partidária, ambas de 1979, foram parte da nova estratégia. Estimulando, com ela, a volta de antigos líderes políticos do exterior e facilitando a organização de novas organizações partidárias, os estrategistas do regime não visavam *apenas* dividir a oposição, como por vezes se imagina".

E concluí, conforme Florestan Fernandes, que o sentido básico da reforma era:

> "(...) dar mais flexibilidade e elasticidade ao quadro partidário para facilitar a sustentação político-eleitoral do regime autoritário. Nesse sentido, o essencial da reforma partidária era possibilitar o surgimento de um partido alternativo de situação que não fosse identificado com o governismo". [104]

Enfim, em 30 de agosto de 1979, o Congresso Nacional, aprovou a anistia parcial aos cassados, condenados e presos políticos no período posterior ao Golpe, e esse fato, completado pela volta de todos os exilados ainda no final daquele ano[105], apresenta alguns aspectos que podem auxiliar na constatação da dissociação da questão democrática e seu reflexo na política dos comunistas do PCB (e, conseqüentemente, na cultura política democrática que desenvolviam a partir da ação política no interior do "movimento democrático").

Realmente, a anistia veio conferir uma nova dinâmica no processo de abertura política e, particularmente para o PCB, encerrou o processo de desenvolvimento de uma "nova política" entre os comunistas que, centrada na questão democrática e na tarefa de reorganização do partido, orientava-se pela unidade em torno do fortalecimento e ampliação da Frente Democrática, representada pelo MDB. Interrompendo o estabelecimento de uma cultura política essencialmente centrada na valorização da "democracia como valor universal", onde a ausência de princípios rupturais favorecia o desenvolvimento da estratégia da *derrota*, o retorno dos comunistas que se encontravam no exílio estimulou a dissociação da unidade construída em torno do MDB.

Considerando os efeitos dispersivos causados pela reforma partidária, que extinguiu o bipartidarismo, porém, criou enormes dificuldades para a formação de partidos populares – e não permitiu, por exemplo, a possibilidade de legalização do PCB –, a volta do Comitê Central comunista (entendido em seu conjunto, porém, verificando suas contradições) se configurou como uma ruptura com a lógica de unidade em torno da estratégia da derrota e ampliação da frente única antifascista e democrática.

---

[104] In: SALLUM Jr., 1996, 28.

[105] Em entrevista concedida em 1983, Prestes comentava sobre o projeto de anistia. Dizia: "Há poucos dias, Raimundo Faoro, ex-presidente da OAB, dizia na televisão que Petrônio Portela se queixava muito porque o Figueiredo queria que ele redigisse o projeto de anistia com a exclusão de três indivíduos. Portela achava isso muito difícil – como ia colocar na lei a exclusão da anistia para três nomes? (...) Arraes, Brizola e eu. Depois resolveram que tinham que ceder, não tinham como impedi-lo". In: MONIZ (org.), 1983, p. 53.

Desde então, elementos da política democrática empreendida pelos comunistas, a cargo da reorganização do partido no país, e exposta na perspectiva de esgotamento da ditadura a partir do fortalecimento da dimensão constitucional do regime (cuja campanha pela Assembléia Nacional Constituinte seria sua maior expressão), passaram a ser convertidos em instrumentos táticos, congregando, num raciocínio simplista, traços da estratégia da derrubada, derrotada pela repressão fascista do regime ainda no início da década de 1970.

Com o retorno dos comunistas exilados, tendo claro que foi justamente o exílio que proporcionou as condições subjetivas fundamentais para o desenvolvimento de uma cultura política democrática entre os pecebistas, o PCB rompia, de fato, com a unidade construída em torno da estratégia da derrota. A política de resistência democrática empreendida pelos comunistas do PCB (desde de 1965, com maior ênfase a partir de 1974/1975), de consolidação da Frente Única contra o fascismo e que, através do trabalho eleitoral, possibilitou a reorganização dos comunistas (citando, como exemplo, o caso do PCB/SP), passou a ser fortemente questionada no interior do PCB. Baseando-se em leituras distintas sobre os avanços conquistados pelo processo de abertura política, durante o período de suas ausências, os "históricos" do PCB apontavam as debilidades apresentadas pela ação política do partido.[106]

Determinadas declarações negavam, completamente, o processo de reorganização dos comunistas após as quedas de 1975, afirmando que durante o período do regime autoritário não houve formação de novos quadros comunistas. Desprezando a capacidade exercida pelos comunistas de reorganização o PCB, que, dentre tantas questões, promoviam, inclusive, uma revitalização do marxismo-leninismo pecebista com a introdução da heterodoxia gramsciana e uma concepção não explosiva de revolução socialista, alguns comunistas recém-chegados do exílio eximiam o partido de qualquer responsabilidade pelos avanços conquistados pelo processo de abertura.

Embora seja um pouco extenso, vale a pena reproduzir esse trecho da entrevista de Luis Carlos Prestes, em 1983, onde dissertava sobre a ausência de novos quadros do

[106] Opinião de Luis Carlos Prestes sobre a política de frente única: "Se nossa palavra de ordem, desde 1964, é lutar por uma frente amplíssima *contra* a ditadura, hoje o CC do PCB defende posição oposta, de uma frente 'democrática' (em que não se pode deixar de colocar aspas) *com* a ditadura. Os mais prudentes dizem que não é propriamente com a ditadura, é com elementos liberais do PDS. Quais são esses elementos liberais do PDS? É evidente que isto está errado. Basta ler nos jornais as declarações de Giocondo Dias, que diz: 'Hoje a unidade é com a ditadura'". In: MONIZ (org.), 1983, p. 22.

partido, quase que propugnando a volta de uma política de "proletarização" dos dirigentes comunistas, como na época da III Internacional:

> "Necessitamos conhecer a realidade objetiva brasileira, fazer uma análise científica da realidade brasileira, à luz do marxismo-leninismo, que é a ciência do proletariado, e não temos condições para isso pois faltam-nos quadros marxistas efetivamente ligados ao proletariado. Nesse 20 anos, não se formou um quadro conhecedor ao menos das bases científicas do marxismo-leninismo. Um homem sozinho não vai fazer essa análise, é necessário um conjunto de pessoas, um núcleo efetivamente marxista-leninista, capaz de fazer essa análise científica da sociedade brasileira, capaz então de poder descobrir qual o caminho para a revolução nas condições específicas do Brasil, capaz, portanto, de formular esse caminho".[107]

Nesse ponto, faz-se necessária a compreensão sobre aspectos que compunham a prática e o discurso político expostos pelos comunistas do PCB, percebendo suas particularidades diante daquele processo de abertura e transição democrática. De fato, a anistia se constituiu como uma vitória do movimento democrático, instaurando a perspectiva política de fim do regime no seio da sociedade brasileira. Mas, também é fato que a volta dos exilados políticos, onde muitos se encontravam no exílio justamente pela adesão armada à estratégia da derrubada (distante da questão democrática e contraposta à estratégia da derrota), por exemplo, foi utilizada para conferir "elasticidade" política ao regime e fracionar a oposição.

No entanto, para esquerda brasileira, de modo geral, e especificamente para o PCB, é certo que aspectos "subjetivos" da anistia provocaram abalos profundos na política de Frente Democrática, desviando o curso de construção e afirmação de uma nova identidade, centrada na compreensão da questão democrática, seus princípios e valores.

---

[107] In: MONIZ (org.), 1983, p. 17.

Desse modo, verificando os conflitos, é possível notar a essência da linha política pretendida pelos "setores" comunistas, apontando para a dissociação da unidade em torno da estratégia da derrota (que, em última análise, se constituía na conversão da questão democrática em centro da resistência política, pautando-se na luta pela ampliação da dimensão constitucional do regime; em suma, ter a "democracia como valor universal") em detrimento das contradições entre a lógica da transição, implícita à idéia de Frente Democrática, e a lógica da "ruptura", própria à noção de estratégia da derrubada. Orientadas para a perspectiva de derrota do regime, tendo reconhecido o caminho de ampliação das instituições democráticas, as leituras sobre aquele contexto apresentavam uma diversidade tal, que, agregadas à política de "auto-reforma" do regime, produziram um efeito dispersivo sobre a unidade em torno do "movimento democrático".

Para o PCB, as contradições entre lógica da "ruptura" e lógica da "transição" significavam, sobretudo, a aproximação da política dos comunistas da contradição histórica entre questão democrática e questão nacional, bem como entre cultura política terceiro-internacionalista e democrática, dissociando o frentismo pecebista[108]. De certo modo, contestando os avanços do processo de abertura, "instrumentalizando" concepções democráticas para combate ao imperialismo, alguns comunistas faziam reviver a orientação de revolução nacional-democrática empregada com ênfase no período pré-Golpe.

Aliás, nota-se que para fora do PCB, o discurso antiimperialista (de quebra da constitucionalidade burguesa como meio de romper com a "dependência" nacional dos monopólios e interesses internacionais, disseminado pela esquerda "revolucionária") se configurou como elemento importante para a aproximação do "novo sindicalismo" com idéias e personagens que levam a cabo a experiência frustrada de luta armada.

Tal aproximação, pautada na representação política dos "trabalhadores", agregada a interesses de outros setores da sociedade, possibilitou a formação do Partido dos Trabalhadores, em 1980. O PT, que mais tarde assumiria a hegemonia partidária sobre a esquerda brasileira, até então majoritariamente exercida pelo PCB, caracterizaria-se pela "lógica da diferença"[109], construída a partir da inserção de

[108] Ver: SANTOS, 1996.

[109] De acordo com o argumento central de Margaret Keck, a identidade política do Partido dos Trabalhadores teria sido forjada a partir de alguns elementos específicos, dentre os quais a "lógica

elementos da estratégia da derrubada, com a noção de ruptura como meio de transformação, na questão democrática, encarada menos em seu aspecto político (de certo modo, desprezando a democracia política da transição democrática, porém, construindo-se a partir da via eleitoral e de seu calendário de votações), mais em suas dimensões econômicas e sociais, reivindicando a democratização dessas duas esferas. Configurando-se como um partido-frente, embora, para afirmar sua identidade "diferenciada", se mostrasse refratário à política de alianças e composições, o Partido dos Trabalhadores seria a própria configuração das contradições existentes em sua concepção política, orientada a partir de várias matrizes, porém, instrumentalizando as concepções democráticas em meio à idéia de ruptura com o autoritarismo.[110]

Mas voltando ao PCB, nota-se que a contraposição entre ruptura e transição democrática, novamente representada pela díade questão nacional (com a presença de aspectos da cultura política herdada da III Internacional) X questão democrática, expunha a estratégia da *derrota* a dimensões distintas. Em detrimento da concepção estratégica de *derrota* da ditadura, por exemplo, nota-se uma visão taticista da questão democrática, reconhecendo que a tática daquele momento seria a conquista das liberdades democráticas, mas trabalhava com a seguinte possibilidade. No caso:

> "(...) de golpe que tenha uma bandeira democrática, nós, comunistas, devemos imediatamente botar a massa na rua para influir na composição do novo governo que vai surgir".

Mais que isso, tendo em vista que a luta contra o regime implicava numa perspectiva política de longa duração, confirmando uma das teses da estratégia da *derrota* que pressupõe, logo em seguida, a necessidade de um pacto democrático para a

---

da diferença" seria, exatamente, o mais central. Segundo essa "lógica", aquele partido-frente que se formava tinha como ponto de partida a construção da idéia de que o PT representava, de fato, o nascimento de uma "nova política", que tratava a questão democrática de maneira diferente dos demais partidos, sem aquela característica "malandragem", apostando numa ruptura radical com o autoritarismo de maneira a consolidar uma "nova democracia": "diferente de tudo que está ai", afirmavam. Ver: KECK, 1991.

[110] "A perspectiva da ruptura, fortalecida a partir dos anos 80, não consistia, na verdade, em um movimento sem vínculos com a história da resistência ao regime militar. De certo modo, naquele novo cenário, com outros personagens sociais – embora algumas lideranças políticas e membros da intelligentsia fossem os mesmos – ela reavivava a contraposição entre a estratégia da derrota e da derrubada, que dividira a esquerda logo após o golpe militar". In: VIANNA, 2000, p. 04.

superação do regime (cuja Assembléia Constituinte seria sua melhor expressão), Luis Carlos Prestes, contrariando essa lógica, afirmava o seguinte, quando questionado sobre as possibilidades de superação daquele "poder militar":

> "Eu não disse que seria a curto prazo. Falei que 'só com um poderoso movimento de massas'. Isso não quer dizer que não haja violência, talvez tenha que ser pela força mesmo. A classe operária vai lutar, vai ser reprimida, e vai correr sangue". [111]

De maneira geral, pode-se distinguir três leituras especificas, apresentadas pelos "segmentos" do PCB, que, embora ratifiquem a constatação de que a cultura política frentista seja a característica central da política comunista, apontam diversos caminhos para o partido, pautando-se em diferentes matrizes.

Para tanto, a utilização da caracterização sobre os "grupos internos" do PCB durante a década de 1960, oferecida pelo Prof. José Segatto para indicar os conflitos existentes entre os comunistas naquele contexto, pode auxiliar no entendimento sobre as divergências no partido e, conseqüentemente, sobre as leituras apresentadas pelos extratos comunistas. De acordo com Segatto, diante de um processo de "nova política", deflagrado pelas resoluções da "Declaração de Março de 1958", os comunistas se mostravam para o V Congresso do PCB, em 1960, divididos em três linhas: os "renovadores", o "centro pragmático" e a "esquerda conservadora".[112]

Desse modo, considerando que foi durante o período do exílio que surgiram as condições subjetivas necessárias para o desenvolvimento de uma cultura política democrática entre os comunistas do PCB, ao lado das condições objetivas do processo de abertura política (e aspectos da "auto-reforma" do regime), a política comunista do começo da década de 1980 recolocava em pauta a contraposição entre questão nacional e questão democrática, envolvida sob o manto da estratégia da *derrota* e da via eleitoral. Novamente, diante de um contexto histórico completamente distinto, mas que trazia consigo marcas daquele processo de "nova política", os comunistas do PCB, após a anistia e com a continuidade de liberalização do regime, pareciam reeditar os conflitos do V Congresso.

---

[111] In: MONIZ (org.), 1983, p. 21; 35.
[112] In: SEGATTO, 1996, p. 63-65.

Nesse caso, os renovadores se constituíam naqueles comunistas que, grosso modo, permaneceram no país e participaram do processo de reorganização do partido, que assumiam a "democracia como valor universal"[113] e empreendiam a conversão da questão democrática em núcleo central da política comunista, representados pela atuação majoritária dos comunistas de São Paulo e Rio de Janeiro. O "centro pragmático", assim como no passado, era composto por aqueles comunistas próximos à direção do Comitê Central, empenhados em fazer repercutir uma orientação política calcada na burocracia partidária e sindical, que não desprezava a Frente Democrática, desde que estive voltada, a princípio, para a representação de interesses "exclusivos" do PCB. Por fim, a "esquerda conservadora", essencialmente representada por aqueles que se posicionavam de acordo com o "eterno" Secretário Geral do PCB, Luis Carlos Prestes, caracterizando–se pela necessidade de representação dos "reais" interesses da classe operária[114], apontava para uma leitura centrada na concepção nacional-democrática, que parecia buscar a reconquista do regime democrático do período pré-Golpe e dar continuidade ao projeto nacional-desenvolvimentista herdado do trabalhismo dos anos 50.

Mesmo considerando a superficialidade de tal distinção, é possível constatar que a estratégia da *derrota*, e, portanto, o estabelecimento de uma cultura política fundamentada na questão democrática e em aspectos da cultura política frentista dos comunistas, assumiu interpretações que, por vezes, se aproximavam de uma concepção instrumental da democracia, concebendo sua política de maneira "pragmática" e pontual, pautando-se pelos fatos, distanciando-se da compreensão do processo político como um todo. Esse "instrumentalismo" da concepção de *derrota* democrática do regime, com certeza, reduziu a capacidade dos comunistas em acompanhar a passos largos o desenvolvimento do processo de transição, distanciando-os da perspectiva de

[113] Em 1979, Carlos Nélson Coutinho, intelectual vinculado ao "grupo" dos renovadores, publicou o artigo "A Democracia Como Valor Universal" na revista Encontros com a Civilização Brasileira, n.º 09, expressando um entendimento avançado sobre a concepção democrática a ser assumida pelos comunistas, causando um forte impacto na política interna do PCB. In: COUTINHO, 1979, p. 33-47.

[114] Sob a lógica econômica, a *Proposta para Discussão de um Programa de Soluções de Emergência, de Março de 1982*, de Prestes, afirmava que: "Uma atuação política efetivamente comunista deve identificar-se com os mais profundos interesses e as reivindicações concretas das classes mais oprimidas, o que, hoje, significa apoiar as bandeiras mais inadiáveis dos que passam fome, dos desempregados, de todo o povo, impiedosamente esmagado pelos capitalistas e pelo Estado, tendo, ao mesmo tempo, consciência de que estes só farão concessões quando se sentirem pressionados pela luta unitária das classes exploradas e oprimidas". In: MONIZ (org.), 1983, p. 94.

luta contra o fim do regime e de ampliação desse objetivo a todas as forças que dele se dispusessem participar.

Num movimento de reação à política empreendida pelos comunistas, questionando os êxitos conquistados pelo "movimento democrático" e rompendo com a lógica de unidade em torno da política definida desde o VI Congresso, retirava-se o PCB do debate político travado com a sociedade, através da Frente Democrática, fazendo-o voltar para si mesmo; afinal, não é possível a um partido pautado pelo "centralismo democrático" (herança do marxismo-leninismo que nenhum dos grupos abria mão) prosseguir avançando com destinos tão diferentes.

De fato, aqueles comunistas que apostavam na resistência democrática, respaldada pelas resoluções do VI Congresso e pelas atividades políticas exercidas no interior do "movimento democrático", afirmavam a necessidade de manutenção da unidade dos comunistas em torno da questão democrática e fundamentavam seu discurso na concepção marxista-leninista de centralismo. Confirmando que as divergências e luta entre opiniões enriquecem a política do partido, desde que "não infrinja o centralismo democrático", diziam em documento orientado para a defesa da "unidade do partido":

> "O centralismo democrático é a base da estrutura e do funcionamento de nosso partido. Ele é uma exigência imprescindível do caráter revolucionário do partido como organização política da classe operária, da natureza de suas tarefas e de seus fins. Por isso mesmo é que o centralismo democrático se inclui entre os princípios leninistas. É princípio diretor dos partidos comunistas. É o centralismo democrático que assegura a unidade política, orgânica, ideológica e de ação dos comunistas, indispensável para um partido sério e revolucionário".[115]

Enfim, em detrimento da continuidade e aprofundamento da relação dos comunistas com amplos setores da sociedade (antes de ser concebida como uma vitória

[115] ***Em Defesa da Unidade do Partido, Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, Março de 1980*. In: PCB/SP, 1981, p. 151.**

da resistência democrática e do avanço do processo de abertura política, através da política de frente ampla contra o fascismo), a anistia trouxe consigo um conjunto de atores, que, de modo geral, auxiliaram no tensionamento da unidade em torno da perspectiva de *derrota* do regime. Considerando que, com o fim do bipartidarismo, diferentes segmentos sociais formulavam seus projetos políticos, econômicos e sociais, de desenvolvimento nacional, os comunistas, que durante o período de resistência democrática estiveram próximos à perspectiva de consolidação dos temas da democracia política junto à agenda da sociedade brasileira, ao contrário, se voltavam para a discussão sobre a legalidade do PCB, reduzindo o debate em torno da questão democrática a possibilidade de acordos, com setores "adesistas", para a "concessão" de vistas legais aos comunistas.

Tal postura, representada pela orientação política do Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, se sobrepunha às demais leituras do partido, "centralizando" a ação política do PCB a partir de uma conduta "pragmática" e "consensual", o que conduziu os outros setores do partido à um questionamento sobre sua legitimidade, provocando abalos irreparáveis no posicionamento político Partido Comunista Brasileiro. Mais que isso, com a bandeira da legalidade do PCB, as energias dos comunistas foram direcionadas para as disputas internas, desviando o partido do debate democrático em curso, fazendo-o centrar-se em suas próprias questões. Desde então, numa escala crescente, os comunistas do PCB acompanhariam a história, como meros espectadores.

2. Chegou a hora da verdade:

> *"A nossa direção central – ou o que dela restou após os assassinatos de dirigentes pelo sistema terrorista repressivo e o alijamento de camaradas responsáveis – busca desesperadamente uma legitimidade interna que lhe escapa das mãos, e com isso inflige sérios danos à nossa legitimidade na sociedade, desligando-nos das correntes mais profundas do movimento social. Procurando enfrentar nossas diversas dificuldades como se tratasse de um acerto de contas interno e, mesmo, marchando para esse acerto de contas com uma arraigada mentalidade*

> *grupista, busca afirmar-se em uma falaz luta pela legalidade que nos rouba credibilidade e nem por isso garante o fim almejado". Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo, 1983.*[116]

Em março de 1980, com a divulgação da "Carta aos Brasileiros", Luis Carlos Prestes tornou públicas as divergências e contradições existentes entre os dirigentes comunistas do PCB. Isolado na recomposição do partido, logo após a anistia, evidenciava sua discordância em relação à direção central do PCB, não reconhecendo legitimidade do "autodenominado" Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas e questionando as orientações da Resolução Política do VI Congresso, de 1967.

Aliás, o distanciamento de Prestes, Secretário-Geral do PCB desde 1943, da política do Comitê Central ocorreu já no final dos anos 60 e início dos 70, como resultado do aspecto contraditório assumido pela estratégia *derrota* nas resoluções políticas do VI Congresso, que conciliava a questão nacional com a questão democrática.

Com uma concepção meramente instrumental da democracia, entendida como variável tática, porém, discordando do posicionamento oportunista da direção central com a Frente Democrática, definida em 1967, Prestes publicou um artigo sobre o VI Congresso do PCB, na Revista Internacional de Praga, em 1968, onde afirma que os comunistas brasileiros lutavam por um "governo revolucionário", aproximando-se nas teses derrotadas naquele congresso e sendo questionado pelo Comitê Central, que classificou o artigo como golpista. Em reunião do Comitê Central, realizada em abril de 1969, os comunistas confirmaram que Prestes havia infringido as resoluções políticas de 1967, podendo ser esse o início da cisão entre o secretário-geral do PCB e a direção central do partido.

Entretanto, Prestes também credita ao oportunismo dos membros do Comitê Central seu envio ao exílio que, ao invés de ser concebido como uma medida de segurança e preservação dos quadros dirigentes do partido, diante da escalada terrorista promovida pelos órgãos de repressão do regime, foi entendido pelo Secretário-Geral

---

[116] ***Chegou a Hora da Verdade, Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo, 31 de agosto de 1983*. In: PCB, 1983.**

como uma maneira de afasta-lo da direção partidária. Segundo Luis Carlos Prestes, teria ocorrido o seguinte:

> "Em 71, ficou resolvido, por proposta de alguns companheiros do CC, que sua terça parte se deslocasse para o estrangeiro, a pretexto de segurança. (...) Nesse caso alguns companheiros que passassem a residir no estrangeiro poderiam retomar a direção do Partido. Compreendi, porém, que não se tratava, na verdade de segurança, pois o que predominava no Partido, naquela época era o liberalismo, em conseqüência do próprio oportunismo. Tratava-se, na verdade, de me afastar da direção. Desde março de 71 que Giocondo Dias passou a ser o primeiro Secretário do PCB. Fui para Moscou, de onde não podia, evidentemente, influir na direção". [117]

Na "Carta aos Brasileiros", Prestes, enfim, denunciava a falência da direção do PCB, responsabilizando o Comitê Central pela prisão e morte dos dirigentes abatidos pela repressão. Entendendo que, para dirigir a classe operária rumo ao socialismo, era necessário um partido realmente revolucionário, operário em sua composição e em sua formação ideológica, não admitia que na ausência desse tipo de orientação partidária seu nome continuasse a ser usado para conferir uma unidade entre os comunistas em torno do "taticismo" e do "oportunismo" da frente ampla, exposta nas teses do VI Congresso.[118] De certo modo, procurava romper com o silêncio de dez anos, partindo de uma "autocrítica' sobre as posições defendidas pelo partido desde 1967 e afirmando que a Resolução Política do VI Congresso estava superada, não reconhecendo que qualquer

[117] Segundo Prestes: "É de notar que a crise que eclodiu em nosso Partido é original. Não conheço nenhuma semelhante em todo o movimento comunista internacional. As crises, geralmente, se dão com a formação de uma fração minoritária contra a maioria da direção. No nosso caso, era o Secretário-Geral, que deveria falar em nome do Partido, que estava isolado dentro do Comitê Central". In: MONIZ (org.), 1983, p. 63.

[118] Numa espécie de "autocrítica", Prestes afirmava na *Carta aos Brasileiros*: "(...) Reconhecendo que sou o principal responsável pela atual situação a que chegaram o PCB e sua direção, assumo a responsabilidade de denunciá-la a todos os companheiros, apelando para que tomem os destinos do movimento comunista em suas mãos". In: *Carta aos* Brasileiros, março de 1980. Citado por CARONE, 1982, v. 3, p. 319.

comunista tenha levado a cabo o "desafio histórico que está na Resolução do VI Congresso".

Justificava, portanto, sua atitude de contestação da política desempenhada pelos membros do Comitê Central, bem como dos avanços conquistados pelos comunistas do PCB na construção do processo de abertura política e reorganização do partido, após as quedas de 1975, dizendo que, diante desse contexto de disputa, a unidade política dos comunistas já não era mais possível, considerando que as lógicas do consenso e, principalmente, do diálogo tinham sido esgotadas.

De acordo com o depoimento de Prestes:

> "De abril de 69 a maio de 79, durante dez anos, nos períodos que participei da atividade do CC, minha posição foi de conciliação, na esperança de, no decorrer do tempo, ganhar o CC ou sua maioria para posições mais justas, menos oportunistas. O que lamentavelmente não se deu".[119]

De fato, isolado por sua condição política de exílio, distanciando-se da prática exercida na resistência democrática pelos comunistas brasileiros, bem como da política do Comitê Central, desconsiderando o "ressentimento coletivo" embutido nos depoimentos, nota-se que as declarações de Prestes revelavam, sobretudo, as contradições existentes entre as leituras produzidas pelos comunistas do PCB, que eram centradas a partir de culturas políticas diversas. No caso de Prestes, parece clara sua preferência por uma perspectiva ruptural, "revolucionária", para o desfecho do processo de abertura política então em curso, orientando-se pelo antagonismo entre imperialismo e latifúndio, mesmo reconhecendo o "desenvolvimento capitalista no Brasil", e afirmando a primazia da questão nacional sobre a questão democrática na política dos comunistas.

Partindo de uma idéia de revitalização do aparato estatal para a consolidação de um "novo *welfare state*", de conquista do poder militar pelas "forças democráticas", a linha de pensamento defendida por Prestes se confrontava com a dificuldade de superação de uma concepção instrumental sobre democracia, distante do

[119] In: MONIZ (org.), 1983, p. 62.

comportamento assumido pelo partido durante os anos mais difíceis do regime, que possibilitou a determinados setores do PCB desenvolverem aspectos culturais e políticos efetivamente democráticos, capazes de influenciarem na orientação política lançada pela direção central.

Em suma, ressaltando vários aspectos da cultura política terceiro-internacionalista e pautada no frentismo pecebista, a alternativa apresentada por Prestes se deparava com o dinamismo assumido pela sociedade que emergia após duas décadas de regime autoritário, constituindo-se, portanto, como uma "volta ao passado".[120]

Enfim, o discurso de Prestes, mesmo minoritário, encontrava eco nas magras fileiras do partido, fazendo desencadear um processo de disputa interna que se reproduzia através dos órgãos de comunicação do partido, essencialmente no *Voz da Unidade*, e em publicações paralelas. Aliás, durante esse período, muitas foram as publicações de documentos, depoimentos e fotos que, além de registrarem os fatos ocorridos naquele contexto, em que se travava um intenso debate sobre a política dos comunistas através da disputa no campo das idéias, também se buscava resgatar a memória e a trajetória histórica dos comunistas, atuando na esfera da cultura. As "vertentes" comunistas, cada qual da sua maneira, procuravam narrar a história do PCB como que para conquistar um certo respaldo "histórico", capaz de justificar as bandeiras que defendiam como corretas para a política dos comunistas ("Frente Democrática", "Frente de Esquerda" e "Legalidade do PCB").

Por exemplo, numa dessas publicações, José Paulo Netto e José Segatto, intelectuais comunistas, então vinculados ao "centro pragmático", reuniram uma série de fotos que retratam grande parte da trajetória dos comunistas brasileiros, de 1922 a 1982, acompanhadas de uma descrição dos principais fatos ocorridos, ano a ano, na história do PCB. Num trabalho de pesquisa, com breves resumos que apenas pontuam

---

[120] **Sobre a dificuldade de Prestes em apontar respostas para questões que surgiam com a complexidade e a dinâmica da sociedade pós-Golpe, vale a pena transcrever um trecho do depoimento de Prestes, quando indagado sobre o processo de automatização da produção em grandes indústrias brasileiras, como a automobilística. Questionado se o operário, ator fundamental no motor da luta de classes, iria desaparecer, Prestes responde: "Temos em nosso país alguns milhões sem trabalho, uma parte devido à automação, outra à recessão econômica. Qual a primeira solução que se pode dar, se se quiser realmente minorar o sofrimento do povo? Diminuir o número de horas de trabalho e manter o mesmo salário (...) A classe operária não desaparece da noite para o dia. Há fábricas no Japão 90% automatizadas, com apenas cinco engenheiros controlando tudo, mas essas fábricas não estão isoladas, há outras com numerosos operários". E concluía que esse processo "apressa a revolução socialista, que se torna mais necessária do que nunca, devido à falta de trabalho e à fome dos trabalhadores, que buscarão conquistar uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem". In: MONIZ (org.), 1983, p. 30.**

informações sobre a descrição dos acontecimentos, procurava-se, com a aquela publicação, resgatar a importância dos comunistas nas luta e nos principais movimentos sociais e políticos ocorridos na sociedade brasileira, durante sessenta anos, respaldando o discurso de legalidade política do PCB, procurando deixar evidente que os comunistas faziam (e, talvez, ainda façam) parte da história política no Brasil.

Com isso, posicionando politicamente tal publicação no quadro de disputa interna do PCB, a "memória fotográfica" dos comunistas validava o discurso assumido pela direção central do partido, que questionava os avanços da resistência democrática, empreendida durante sua "ausência", e condicionava a participação dos comunistas na consolidação daquele processo à legalidade eleitoral do PCB.

Enfim, considerando que a publicação se dedicava "apenas" em registrar a trajetória dos comunistas, cuja descrição de acontecimentos não pressupunha, a princípio, nenhum "rigor científico" ou de ênfase em seu caráter teórico-metodológico, porém, entendendo que aquela publicação fazia parte de um determinado contexto de embate interno entre os pecebistas, é possível converter-la em documento passível de análise. E assim, entendida enquanto documento, ao retratar o início das divergências entre os comunistas, no começo da década de 1980, dedica um espaço especial para a *Carta aos Brasileiros*, de Prestes. Praticamente declarando que o posicionamento de Prestes, de tornar público seu descontentamento com a política do partido, foi o fator gerador de uma crise entre os comunistas, a "descrição" de Netto e Segatto apontava para uma descaracterização das contradições do PCB.

Reconhecendo que havia indicações de problemas no relacionamento entre Prestes e o Comitê Central do partido, mesmo antes do exílio dos dirigentes, mas que somente com a anistia é que tais problemas se explicitaram, a "descrição" revela uma interpretação bem diferente daquela apresentada por Prestes. Após esclarecer que, com a divulgação da *Carta*, os membros da direção do PCB conclamaram a Prestes que discutisse "democraticamente as suas posições no interior do partido", afirma:

> "Tudo sugere que Prestes se revela refratário a qualquer diálogo no interior do partido que, também segundo se observa, em sua maioria, reconhece como legítima a direção atual. Esta, nas teses que publicou para o próximo *Encontro Nacional* (que, de fato, revestir-se-á de caráter congressual) entende que, para além de

> divergências ideológicas, a postura de Prestes fere o princípio da *direção coletiva* e expressa 'a crise da ideologia pequeno-burguesa nos seios dos comunistas'".[121]

Tendo claro os limites políticos e de discurso da pesquisa jornalístico-fotográfica, compreendendo sua real finalidade, o fato é que, mesmo como um recurso ilustrativo, com aquela publicação torna-se possível verificar a dissociação do comportamento dos comunistas, checando o rompimento da unidade partidária. No entanto, diante dos questionamentos de Prestes sobre a legitimidade política do Comitê Central, deixa claro seu posicionamento em favor da direção do partido, confirmando que a maioria dos comunistas do PCB "reconhece como legítima a direção atual".

O posicionamento da direção central do PCB, cuja "descrição" da "memória fotográfica" é apenas umas de suas expressões, também pode ser verificado em outro documento, de 1984, intitulado *Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira*. Nesse documento, os comunistas, novamente referindo-se aos questionamentos de Prestes, afirmavam ser aquele gesto um claro reflexo da "crise do caudilhismo e do golpismo no seio dos comunistas brasileiros", creditando a Prestes os desvios dos comunistas no passado e, essencialmente, naquele contexto, classificando a atitude isolada de Prestes como "fracionista" e "liquidacionista".

Considerando o extrato personalista da política empreendida por Prestes como um dos principais fatores que conduziram o PCB aos erros, os dirigentes comunistas oficialmente "lamentavam" o afastamento do camarada que, desde a década de 40, comandou o partido. Contudo, deixavam implícito que o distanciamento de Prestes possibilitaria uma organização partidária que superaria a prática do Secretário-Geral, de centralização política em torno do grande líder, avançando para a institucionalização das relações dos comunistas. Diziam:

> "O Partido de que necessitamos deve ser estruturado como um sistema de organizações, e não em torno de pessoas, o que expressaria o culto à personalidade ou a tradição caudilhesca".[122]

---

[121] In: NETTO, 1982, p. 165.
[122] *Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira*, In: PCB, 1984, p. 220.

Contrariando aspectos de seu terceiro-internacionalismo, que se pautavam, justamente, no caráter dogmático de culto à personalidade, as declarações dos dirigentes comunistas conduziam o PCB a uma compreensão bastante próxima do "moderno-príncipe". Esse fato poderia ter sido convertido em fator de unidade com aqueles que, do mesmo modo, também questionavam o "retrocesso" político pretendido pelo comportamento prestista, de reaproximar a conduta do partido da política "esquerdista" de tempos passados. Setores renovadores do partido, representados na política exercida pelos comunistas de São Paulo, por exemplo, interessados na manutenção e no fortalecimento da política de Frente Democrática, empreendida desde o VI Congresso, se posicionavam contrários ao comportamento assumido por Prestes e seus seguidores, de fracionar os comunistas.

Tais comunistas "renovadores" entendiam que, historicamente, o "fracionismo" sempre esteve acompanhado de concepções que isolavam os comunistas, dificultando sua organização e inserção nas massas. Destacando que "dado o estado ainda precário de nossa organização", esse comportamento, via de regra, apoiado de perspectivas golpistas e subjetivas, faria o partido retroceder, além de consolidar uma crise profunda no interior do PCB. Por isso, aqueles comunistas se lançavam em defesa da unidade do partido, aproximando-se das orientações da direção central, porém, afirmando a necessidade do caráter eminentemente democrático da luta dos comunistas. Fazendo clara referência à luta interna do partido, tais comunistas diziam o seguinte:

> "Chamamos os militantes para impedir qualquer confusão entre divergências internas – normais e salutares em qualquer organização democrática como a nossa – e quebra de disciplina orgânica, inadmissível em partidos que têm na organização unitária sua força maior, como é o caso do PCB. Devemos combater intransigentemente a degeneração da luta interna, ou seja, não podemos permitir que o choque de opiniões e as divergências sejam explorados em benefícios de grupos ou frações, ou levem o partido ao imobilismo na ação política, à perda de quadros, ao desgaste dos militantes e dirigentes".[123]

[123] ***Prosseguir a luta pela unidade e fortalecimento do partido*. Editorial de *Vanguarda*, março de 1980. In: PCB/SP, 1981, p. 157.**

De fato, diante daquele contexto de embate interno, em que Prestes surgia como franco atirador, os comunistas "renovadores" e do "centro pragmático" tinham determinados pontos de convergência em seus posicionamentos. Instrumentalizados, por ambas as partes, convertidos em fator de unidade interna entre os comunistas, tanto os "renovadores", como os comunistas do "centro", reafirmavam o caminho da "nova política" comunista, inaugurado com a "Declaração de Março de 1958" e confirmado pela Resolução Política do VI Congresso do PCB, de 1967. Com isso, afirmando a continuidade da política de Frente Democrática, ainda que a partir de perspectivas diferentes, os comunistas do PCB negavam-se, portanto, à intenção "revisionista" pretendida por Prestes.

Talvez, esse aspecto da unidade entre "renovadores" e "centro pragmático" tenha sido, de fato, mais um acordo pontual, sem aprofundamento programático e ideológico, que uma proposta única de superação de elementos autoritários e dogmáticos de cultura política terceiro-internacionalista, substituídos por princípios e valores democráticos. Mas, naquele contexto de implosão da unidade dos comunistas, o fato do PCB posicionar-se, majoritariamente, pela continuidade da política de Frente Democrática, face ao entendimento "operário-classista"[124] dos prestistas de formação de uma Frente de Esquerda, permitiu aos comunistas um certo fôlego, conseguindo permanecer na lógica de *derrota* do regime através da consolidação democrática de um processo de transição. Entretanto, não se desenvolveu nenhum esforço para a associação da idéia de Frente de Esquerda, com a unidade dos "representantes da classe operária", à estratégia democrática.

Embora não fossem explicitadas as contradições existentes entre as concepções de Frente Democrática, de "renovadores" e direção central, naquele instante os comunistas rechaçavam o entendimento *ruptural* de fim da ditadura, que pressupunha a *derrubada* do regime, ainda que por suas "vias democráticas", e contrariava a lógica de ampliação e fortalecimento da dimensão constitucional em suas liberdades democráticas.

---

[124] Dizia Prestes em sua *Carta aos Brasileiros*: "um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e aspirações dos trabalhadores". In: *Carta aos Brasileiros, Março de 1980*. Citado por CARONE, 1982, vol. 3, p. 321.

O comportamento assumido pelo PCB, no entanto, validado na prática política dos comunistas, permite constatar que diante da possibilidade de um retorno ao passado, cujo discurso fundamentava-se em elementos característicos da cultura política herdada da III Internacional, os pecebistas confirmaram a emergência de uma nova cultura política, desenvolvida desde finais dos anos 50 e que teve no período de maior repressão fascista uma expressão essencialmente vinculada aos valores democráticos, representados na política frentista exercida no interior do "movimento democrático".

Entretanto, tal unidade seria apenas circunstancial, apontando para uma "conciliação" momentânea, que se rompeu no exato instante em que, confirmada a perspectiva de *derrota* do regime e de continuidade de uma política de Frente Democrática, passaram a ser discutas as formas, os meios, de condução e trato da questão democrática na política dos comunistas, com reflexos dentro e fora do partido.

Nesse ponto, é necessário considerar alguns aspectos então existentes. O primeiro deles seria a questão sindical e de inserção dos comunistas nos movimentos populares, onde a contradição central se concentrava, grosso modo, na dissociação do entendimento sobre qual o papel a ser exercido pelo partido na organização da sociedade. Dois entendimentos se faziam presentes, sendo que a concepção dos "renovadores", pautada em sua "tradição" democrática, apontava no sentido de unificar as bandeiras dos movimentos sociais em torno da questão democrática e de *derrota* do regime, valorizando a disputa constitucional com o autoritarismo. Inseridos, de fato, numa perspectiva de consolidação do processo de abertura e transição democrática, os comunistas "renovadores" concebiam a presença do partido nesses movimentos como instrumental; ou seja, destinada a unificar as especificidades dos movimentos com a questão democrática e luta pelo fim do regime, a participação dos comunistas se dedicaria, menos para a afirmação dos "espaços" do partido e mais para a unidade entre as causas populares e a *derrota* do regime.

Em suma, orientando as conquistas dos movimentos para a vitória da resistência democrática, através da via eleitoral, cuja intervenção política dos comunistas tenderia ao estabelecimento de um processo simultâneo de crescimento e fortalecimento do partido (a partir do avanço do "movimento democrático", como fora verificado no período após as quedas de 1975), a perspectiva dos "renovadores" seguia numa lógica de organização dos movimentos (utilizando-se de sua histórica hegemonia sobre os movimentos populares, na esquerda brasileira, para manter-se como interlocutor da

classe operária e fabril) e disputa com o regime: partido como *meio*, para o *fim* do regime.

Dessa forma, tendo como exemplo os posicionamentos assumidos pelos comunistas de São Paulo, que se configuravam como uma das mais fortes expressões políticas dos "renovadores", nota-se o respaldo conferido às lutas e conquistas do movimento sindical dos metalúrgicos do ABC, por exemplo. Ao contrário de posições, dentro do próprio PCB, que julgavam precipitadas as manifestações e a greve dos metalúrgicos, em 1979, os comunistas de São Paulo, confirmando a idéia de unidade do movimento para derrota do regime, declarava: "Consideramos desde o início inteiramente justa a greve deflagrada pelos metalúrgicos do ABC"; concluindo que, diferentemente das greves do ano anterior, aquela havia exigido uma maior participação dos sindicatos, muitos deles com comunistas em sua direção, saudando sua atuação unificadora. Afirmavam que:

> "(...) sem esse papel unificador não teríamos as imensas assembléias – particularmente em São Bernardo – inéditas na história do movimento operário e sindical brasileiro dos últimos 15 anos. A ação dos sindicatos foi fundamental para que os trabalhadores pudessem superar as dificuldades decorrentes do aprendizado patronal com as greves de maio do ano passado".[125]

De fato, os comunistas de São Paulo se posicionavam claramente em favor da luta dos trabalhadores do ABC, mesmo derrotada por manobras e iniciativas político-repressivas promovidas pelo regime, comprovando, de certo modo, a incompreensão política de algumas lideranças sindicais que aquele movimento estava envolvido num contexto maior, confirmando certa "imaturidade" dos "novos" sindicalistas[126]. Confirmavam o caráter de contestação política da ordem autoritário-repressiva vigente e de "falência da nova política salarial do governo", conquistado pelo movimento, em

---

[125] *O PCB e a Greve dos Metalúrgicos do ABC de 1979, Comissão estadual de Reorganização do PCB, Março de 1979*. In: PCB/SP, 1981, p. 69.

[126] A declaração de Luis Inácio da Silva, em 1981, sobre sua concepção de Frente Ampla, pode ser exemplar para a constatação sobre o "empirismo" político dos "novos sindicalistas": "Perguntaram o que eu achava da Frente Ampla. Eu disse que a frente era ampla demais para o meu gosto. Tinha muita gente na frente e eu percebia que para a classe trabalhadora estava reservado o destino pura e simplesmente continuar fodida". In: MORIEL, 1981, p. 127.

detrimento das conquistas reais das reivindicações dos metalúrgicos. Em maio de 1980, comunistas do ABC afirmavam o seguinte:

> "No nosso entender, a tarefa central dos trabalhadores do ABC, no momento atual, é, internamente, a de se concentrarem no trabalho de organização dentro das empresas – no sentido da criação e fortalecimento das comissões de fábricas – e, no plano geral, a de encabeçarem, a luta unitária – com as demais categorias da classe operária e todos os setores democráticos da sociedade – pela libertação dos companheiros detidos e pela retomada dos seus sindicatos".[127]

Por outro lado, os comunistas alinhados às orientações da direção central do partido, entendiam que o avanço do processo de resistência democrática, embora tivesse realmente ocorrido (daí a justeza da linha política aprovada pelo VI Congresso), apresentava deficiência e limitações, sendo necessária uma "reorientação" no comportamento assumido pelos comunistas. Isso porque, de acordo com o raciocínio desses comunistas, durante a ausência do Comitê Central e o período de reorganização do partido, a estreita relação estabelecida entre o PCB e o "movimento democrático", vinculando o crescimento do partido ao fortalecimento do "movimento", teria permitido um enfraquecimento da identidade dos comunistas junto aos movimentos sociais.

Centrando-se na questão sindical, que evidenciava uma substantiva perda de espaço dos comunistas, preenchida por segmentos do "novo sindicalismo" e da "nova esquerda" (leia-se PT), membros da direção central apontavam a deficiência apresentada pelos comunistas no processo de reorganização do partido, como a causa da

---

[127] Encerram o texto, afirmando o acerto da orientação política de respaldo ao movimento grevista, respondendo às críticas dos comunistas do "centro pragmático" que, em tese, eram contrários à quebra da normalidade democrática empreendida por tal movimento. Diziam os comunistas do ABC: "Para concluir, não podemos deixar de constatar que a situação criada com a greve demonstra claramente que a questão central da vida política em nosso país continua a ser a ampliação da luta pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas. Nesse sentido, a orientação política do nosso partido – desenvolvida na resolução Política do VI Congresso do PCB e nas recentes resoluções do CC do PCB – foi testada com êxito. Cada vez mais, coloca-se para todos os comunistas brasileiros e para o conjunto das forças de oposição, a questão do fortalecimento da luta para alargar os espaços democráticos já conquistados, luta esta que no momento se impõe como dirigida para a revogação da Lei de Segurança Nacional e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte". *Os Comunistas do ABC e a Greve, Comitê de Zona do ABC do PCB/SP, Maio de 1980*. In: PCB/SP, 1981, p. 97.

pequena inserção do PCB nas massas. Parecendo desconsiderar toda uma série de acontecimentos, onde a clandestinidade e as quedas de dirigentes comunistas seriam elementos complicadores, enxergavam que o resultado concreto de uma prática política equivocada teria sido a quebra da hegemonia dos comunistas, exercida desde os anos 20 e 30, sobre a esquerda brasileira. Diante disso, de dois processos distintos em curso, de abertura política e de perda da hegemonia sobre a esquerda, os comunistas do "centro pragmático" promoveram a dissociação da estratégia da *derrota*, convertendo a questão democrática em variável interpretativa, conforme os interesses do PCB.

Desse modo, interessados em manter os espaços conquistados ao longo do tempo e, de certa forma, obstruir o crescimento de outras forças de esquerda, tais comunistas deslocavam o centro de sua política, da questão democrática para a questão "burocrática", convertendo o "legalismo" e o "aparelhismo" em perspectivas para determinar o "novo" comportamento a ser adotado pelos membros do partido: nos movimentos sociais um sentimento de disputa, na Frente Democrática uma política de conciliação. Com isso, assumiam uma postura política que estabelecia a lógica de organização do partido, disputa com o movimento e de "conciliação" com o regime, contrapondo-se, frontalmente, com a orientação dos comunistas "renovadores". Em suma, os comunistas do "centro pragmático" entenderam que, diante de dois processos extremamente complexos, entre a abertura e a hegemonia na esquerda, considerando o PCB como um "patrimônio" histórico da causa operária, o partido deveria ser o centro de sua luta dos pecebistas, tanto no processo de abertura, como na emergência de novos movimentos sociais; empreendiam, portanto, a lógica da "disputa".

Enfim, o fato é que, mesmo tendo claro o acerto da política de Frente Democrática, confirmando a linha política do VI Congresso, os comunistas apresentavam sérias divergências no entendimento e na prática política. De modo geral, tais contradições, expostas desde o retorno da direção central e tencionadas nos anos seguintes, tornavam-se claras quando o centro das atenções era o debate partidário, ou a questão sindical, em que o choque de concepções conduzia o partido, inevitavelmente, a uma inserção política cada vez menor no processo de transição democrática.

Afinal, mais que o "movimento democrático" e a derrota do regime, naquele instante, o centro da política comunista havia sido convertido na disputa pela afirmação do espaço (e, conseqüentemente, da identidade) do Partido Comunista Brasileiro, concentrando os debates a cerca da questão democrática em temas que diziam respeito

somente à valorização do partido enquanto instituição comunista e democrática da sociedade brasileira.[128]

Um dos instantes de maior tensão na disputa interna do PCB, por exemplo, ocorreu no contexto do VII Congresso do partido, iniciado em dezembro de 1982 e interrompido pela polícia federal, que prendeu todos os delegados sob pretexto da Lei de Segurança Nacional, sendo concluído somente em 1984.[129] De fato, naquele momento, as contradições entre os comunistas já tinham ganhado corpo e provocado, além do afastamento de ex-secretário-geral, Luis Carlos Prestes, o desligamento de muitos comunistas "renovadores", fatos que demonstravam a proporção conquista pela lógica da "disputa" nas fileiras do partido. As contradições intensificavam o processo de afastamento dos comunistas da questão democrática, justamente eles que, há pouco tempo atrás, caminhavam em sintonia com os desafios do processo de abertura política.

Em agosto de 1983, o Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo fez circular o documento *Chegou a Hora da Verdade São Paulo*, que procurava debater os "rumos recentes" da vida interna do PCB, com a mais absoluta clareza de posicionamento e concepções. Apontando para uma situação de contraposição entre "legalidade" e "legitimidade", sustentada pela direção central do partido, os comunistas de São Paulo saíram da defensiva, quebrando a superficialidade da unidade criada entre as duas frações comunistas, "renovadores" e "centro pragmático", em torno da política de Frente Democrática.

---

[128] Nesse ponto, o camarada Prestes parecia estar com a razão quando, analisando o comportamento dos comunistas em relação à questão sindical, afirmava: "Uma linha política errada leva sempre à divisão, e sucessivas cisões da organização que vai se tornando cada vez mais fraca e pode até desaparecer. A divisão agora tornou-se mais clara. Por ocasião da realização co CONCLAT, em São Bernardo, o CC tomou posição contra, pelo seu adiamento, de acordo com Joaquim Andrade, pelego do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mas o Comitê Estadual de São Paulo, indisciplinadamente, resolveu apóia-lo, como já apoiara a convocação da greve geral, apesar de combatida pelo CC". In: MONIZ (org.), 1983, p. 67.

[129] Dulce Pandolfi, analisando a história e memória dos comunistas do PCB, afirma: "O VII Congresso do PCB estava sendo realizado em dezembro de 1982 em um prédio comercial no centro de São Paulo. No momento em que eram iniciados os trabalhos, sob a direção de Giocondo Dias, os congressistas foram surpreendidos com a invasão dos órgãos de segurança no recinto. Os congressistas foram detidos, mas liberados pouco tempo depois". In: PANDOLFI, 1995, p. 222. Existe uma versão "clandestina" entre os comunistas, principalmente entre alguns "renovadores", de que a "invasão" da polícia havia sido "provocada" por alguns comunistas, ligados à direção central do partido, que entendiam que a posição "renovadora" seria predominante naquele encontro e que, sob o pretexto dos trabalhos serem interrompidos pela LSN, a bandeira de reconhecimento da legalidade do PCB, do "centro pragmático", ganharia força. Daí se explicariam a interrupção dos trabalhos logo no início do Congresso, o longo período para a realização de um "novo" Congresso e o fato de que, num contexto de "quase democracia", os comunistas presos em 1982 terem sido "liberados pouco tempo depois".

Nesse documento, os comunistas de São Paulo questionavam a legitimidade do "autodenominado" Coletivo Nacional dos Dirigentes Comunistas (CNDC), assim como Prestes já fizera, caracterizando-o como uma "direção residual", cujas orientações conduziam os comunistas ao distanciamento dos movimentos sociais e da ação política cotidiana. Confirmavam, em consonância com a noção de que a cultura política democrática (empreendida pelos comunistas durante o período de reorganização do PCB, especificamente, em São Paulo) havia sido interrompida com o retorno do Comitê Central e a execução de sua política "mandonista", que "um promissor processo de renovação, iniciado antes da anistia, foi bloqueado". Com isso, concluíam, "a direção jamais conteve seu afã de nos prejudicar, mesmo quando isso prejudicava a ação dos comunistas e seus interesses maiores", atestando a disposição do CNDC em impregnar a política dos comunistas com a "lógica da disputa".

De fato, constatando os erros desse tipo de orientação política, que desconsiderava toda uma situação criada em torno da unidade democrática, durante o exílio dos dirigentes do PCB, condicionando o comportamento do partido aos seus próprios interesses, os comunistas de São Paulo expunham um resumido balanço das distorções promovidas pela direção central. Observando a atuação dos comunistas junto à organização dos movimentos social e sindical, aqueles comunistas afirmavam em seu documento que:

> "No que diz respeito aos interesses dos trabalhadores e do movimento de massas, a completa aus6encia de visão autocrítica da direção tem levado a que objetivos mesquinhos e a bazófia partidária nos atrelem a uma dinâmica de paralisia e divisão, produzindo reviravoltas estonteantes. Fomos levados nos últimos dois anos aos mais diversos descaminhos na condução das lutas das massas e de seus movimentos".[130]

[130] **E concluíam: "Sirvam-nos alguns exemplos. Uma concepção cega e relativista nos fez impulsionar um processo de CONCLAT, errado em suas entranhas e resolvendo-se perversamente em uma crispação divisionista; no movimento dos estudantes valorizamos uma ação de cúpula, abstemo-nos, em geral, de um trabalho que unificasse o movimento estudantil e a Universidade; no movimento popular de moradores, um CONAM sem nenhuma expressão e enraizamento ocupou nossas preocupações, enquanto outras forças, com orientações errôneas, se implantaram e têm um maior trato com os anseios reivindicatórios e combativos".** ***Chegou a Hora da Verdade – São Paulo, Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo, 31 de agosto de 1983.*** **In: PCB, 1983.**

Criticavam as ações de cúpula, empreendidas pela direção central, e a conciliação com grupos "adesistas", que submetiam os interesses da classe trabalhadora a acordos e aos interesses do partido. A maneira instrumental com que era tratada a questão democrática fazia com que os comunistas de São Paulo afirmassem, naquele instante, a dificuldade em "ser" comunista, com posição clara e objetivos definidos:

> "São tantas as reviravoltas, são tantos os erros, é tanta relutância em se extrair as lições dos erros, que quase se desespera de ser comunista".[131]

Demonstrando disposição para o embate, para o "acerto de contas", com o Coletivo Nacional, tais comunistas denunciavam o trato dos dirigentes com os intelectuais do partido, tratados, segundo eles, como meros escribas e cerceados em sua capacidade crítica e criativa. Mais que isso, defendiam a destituição do Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas e propunham, como alternativa para a conformação de uma unidade entre os comunistas, a formação de uma "comissão *ad hoc*" capaz de retomar a processo de "nova política" empreendido pelos comunistas, essencialmente durante o período de exílio dos dirigentes do PCB.

Entendiam que somente dessa maneira, seria possível reorientar a política do partido e, novamente, se inserir no processo de abertura e transição democrática então em curso. Sem excluir os membros da direção central, mas agregando aqueles comunistas que estavam à margem da política do partido, diziam:

> "Esta comissão deve ser composta por membros da direção residual, membros dos Coletivos Estaduais, realmente existentes e expressões inegáveis do nosso movimento, como Gregório Bezerra, Luis Carlos Prestes, Armênio Guedes e Moisés Vinhas".[132]

---

[131] ***Chegou a Hora da Verdade – São Paulo, Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo, 31 de agosto de 1983.*** **In: PCB, 1983.**
[132] **Idem.**

No entanto, ao contrário da destituição dos membros da direção central, onze comunistas que compunham o Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo foram destituídos de suas funções pelo CNDC. Tal gesto para com os comunistas de São Paulo provocou, conseqüentemente, uma série de manifestações que questionavam o caráter arbitrário da atitude tomada pela direção central do partido e acelerou o processo de esfacelamento do Partido Comunista Brasileiro. Afirmando a necessidade de dar continuidade ao processo de renovação política, desenvolvida pelos comunistas desde os anos 50, que evidenciava uma estreita vinculação entre democracia e socialismo, alguns comunistas do Rio de Janeiro divulgaram seu manifesto repudiando as ações do Coletivo Nacional.

Assinado por uma dezena de intelectuais comunistas, o *Manifesto do Rio de Janeiro* questionava a legitimidade da direção central, afirmando que "aceitá-lo significaria compactuar com o esclerosamento do movimento dos comunistas brasileiros". Contestando a capacidade dos comunistas da direção central em empreenderem, de fato, uma nova política, os comunistas do Rio de Janeiro colocavam que:

> "A mais recente comprovação dessa incapacidade reside na tentativa de resolver através de métodos administrativos – de cristalino caráter autoritário – as divergências políticas surgidas entre aquele Coletivo e a maioria dos dirigentes comunistas do Estado de São Paulo, que se manifestaram na questão da concepção de frente democrática, da política sindical e da política cultural. Tal comportamento coloca sob ameaça iminente não só a nova política democrática dos comunistas brasileiros, mas até mesmo a possibilidade de presença eficaz e organizada deles na vida política de nosso país".[133]

Enfim, o fato é que desde então, "expurgados" aqueles que, talvez, melhor tenham empreendido uma cultura política efetivamente democrática entre os

[133] Assinam o manifesto: Luiz Werneck Vianna, Carlos Nélson Coutinho, Ivan Ribeiro, Armênio Guedes, Leandro Konder, Aloísio Teixeira, Leo Lince, Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna, Armando Ribeiro, Manuel Palácios, Gilvan Cavalcanti de Melo, Luis Sérgio Henriques, Moisés Vinhas e outros. M*anifesto do Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1983*. In: PCB, 1983.

comunistas, o PCB já não mais demonstraria o mesmo vigor para acompanhar o curso do processo de transição democrática como em tempos passados. Diante disso nota-se que o PCB, ao contrário de confirmar sua renovação política e mesmo considerando seus extratos "dissidentes", assumia um posicionamento que o aproximava de aspectos da cultura política terceiro-internacionalista, onde a consolidação de uma visão instrumental da questão democrática e da perpetuação da lógica da "disputa" lembrava os estratagemas utilizados à época de Stálin e de presença da IC na vida política dos comunistas brasileiros.

Em suma, constatando a contraposição explícita entre aspectos fundamentais de uma cultura política mandonista e autoritária, cujo substrato advinha das heranças deixadas pela III Internacional, e de outra eminentemente nova, emergente de um processo complexo de renovação política, que promovia a conversão da questão democrática em centro da política comunista, nota-se que o PCB não se consagrou como um núcleo de permanente difusão de uma política democrática, optando por um caminho mais "instrumental" e "conciliador". De fato, novamente o "centro pragmático" se sobrepôs às divergências internas, como já ocorrera nos dois últimos congressos do partido (V Congresso, de 1960, e o VI Congresso, de 1967) perpetuando seu caráter de conciliação, em detrimento do desenvolvimento de uma "nova" política.

3. Constituinte ou Diretas Já? A Legalidade do PCB:

> *"Vencia, ainda dessa vez, a política de conciliação. Os militantes ligados aos movimentos sociais são enquadrados, inibidos em sua iniciativa, recompondo-se o anquilosado tecido do aparato. Golpeia-se burocrática e administrativamente a parte viva do partido. De instrumento vivo que articula a vanguarda política de uma classe com o conjunto dessa classe e com a sociedade, o partido se amesquinha em máquina. Pretende-se resolver a crise do partido por procedimentos internos, administrativos. Primeiro a máquina, depois a sociedade".*
> *VIANNA, 1983, p. 24.*

O saldo registrado pelos comunistas após a "conclusão" do VII Congresso, embora sua direção central apontasse o contrário, apresentou uma situação nada animadora para o PCB. Afinal, passado o período de maior tensionamento dos conflitos internos, ainda que permanecessem algumas iniciativas residuais no interior do partido de levar a cabo as proposições, tanto dos "renovadores", como dos "prestistas" (da "esquerda conservadora"), os comunistas contavam com sérias baixas em suas fileiras e, considerando as cisões com os comunistas que majoritariamente tinham conduzido o processo de reorganização do PCB e fortalecimento da Frente Democrática, sem a mesma capacidade de inserir-se nos temas da agenda política brasileira.

De fato, as resoluções do VII Congresso se diferenciavam das anteriores pela "formalização" da questão democrática sobre a questão nacional, invertendo o caráter da revolução brasileira de nacional-democrática, para democrática-nacional. Entretanto, considerando os elementos dos discursos "derrotados" no processo de disputa interna, nota-se PCB apresentava uma concepção, invocando seu espírito "conciliador", que agregava aspectos, tanto da "esquerda conservadora", de Prestes, como dos "renovadores". Afirmando haver conquistado um equilíbrio entre as posições, a direção central do partido declarava que, mais uma vez, "havia assegurado o seu caráter revolucionário e de classe e a sua presença entre as forças da resistência democrática", ou seja, uma "conciliação" de princípios que estimularam os debates do partido desde o retorno dos exilados comunistas, em 1979.

A conversão da questão democrática em centro da política comunista, sobreposta à questão nacional, promovida pelos comunistas "remanescentes" no VII Congresso do PCB, procurava confirmar os êxitos da estratégia da *derrota*; que afastou o partido de uma perspectiva ruptural e de confronto armado com o regime, conduzindo-o para o caminho da resistência democrática e da política de "frente ampla".

Ao menos em tese, princípios e valores democráticos, necessários diante de um contexto de democratização da vida social e política do país, passariam a ter uma importância estratégia para o estabelecimento da política comunista, o que tornava tarefa da direção central a mediação e o equilíbrio com os princípios "revolucionários" que historicamente orientou o partido, dos quais os comunistas não abriam mão. Comprovada durante os anos mais difíceis do regime, a política democrática empreendida pelos comunistas, além de significar uma certa continuidade no processo

de renovação política do PCB, também se demonstrou, mesmo para os mais "pragmáticos", como uma realidade na vida política do Brasil.

Portanto, contemplando a leitura dos "renovadores", praticamente "expurgados" da política partidária comunista durante o processo do VII Congresso, o PCB confirmou, a despeito do "taticismo conciliador" da versão de frente ampla nacional-democrática, de 1967, a concepção de revolução democrática-nacional. Esse fato, entendido como continuidade da "nova política" empreendida pelos comunistas (centrada no desenvolvimento da questão democrática na política do PCB), poderia ser consagrado, por aqueles mais afoitos, como a confirmação política da cultura democrática exercida na frente emedebista e nos movimentos sociais. Ao menos em tese, pois, verificando com um pouco mais de atenção a "conversão" promovida pelos comunistas, nota-se que, mais uma vez, a questão democrática surgia como instrumento, em detrimento da preservação da questão nacional que, desligada da democracia, tenderia a "prejudicar a luta da classe operária".[134]

Realmente, tendo como ponto fundamental o entendimento das especificidades contidas na concepção de estratégia da *derrota*, considerando a postura assumida pela direção central do PCB durante o processo de disputa interna no partido, parece evidente que a cultura política predominante não havia sido, efetivamente, a democrática. A conversão da questão democrática em princípio central da política comunista, dentre outros aspectos, pressupunha o reconhecimento dos avanços obtidos pela resistência democrática e pelo trabalho eleitoral emedebista, durante o exílio dos dirigentes do partido, e o entendimento de que, pautado na luta pela ampliação das liberdades democráticas e superação do regime, o programa dos comunistas teria haver com as questões postas pelo curso da abertura política.

Desse modo, a organização e ação dos comunistas estariam estreitamente vinculadas ao fortalecimento da Frente Democrática, bem como ao avanço do processo de transição democrática, explorando os conflitos existentes na dimensão constitucional do regime e exigindo a ampliação da participação popular nos diferentes níveis da dimensão institucional da ditadura. Em suma, diante daquele regime autoritário, a estratégia da *derrota* implicava no reconhecimento de uma política de longa duração e, com isso, fazia da conquista da democracia e do fim do regime a própria finalidade da

[134] ***Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira*. In: PCB, 1984.**

política dos comunistas que, pautados a partir da perspectiva de construção do socialismo, teria no desafio da questão democrática a essência de sua identidade socialista. E essa era a renovação, ou seja, compreender que a conquista da sociedade diante daquele contexto posterior à modernização autoritário-repressiva, através de sua organização e participação nos canais democráticos, representava tanto quanto a conquista do Estado.

No entanto, tendo em vista a prática de lógica da "disputa", empreendida pela direção central do PCB, constata-se que, ao contrário das preposições democráticas, os comunistas centravam-se, mesmo, em aspectos próximos à questão nacional e, de certo modo, principalmente no âmbito interno e nos movimentos sociais (essencialmente o sindical), em traços da cultura política herdada da III Internacional. De fato, conforme afirmava Manuel Palácios, comunista "renovador", após os conflitos internos do partido, o PCB estava "pacificado". E, para a direção central, afirmava que não importava "que aquela paz fosse uma paz de cemitério", concluindo que:

> "O resultado da restauração conservadora operada durante os primeiros anos da década de 1980 é inequívoco: esvaziamento do partido, perda de representação operária e sindical, distanciamento da intelectualidade de esquerda. O PCB transformou-se num partido periférico. Não há dúvida. A política de centralidade democrática continuou apenas tendo um curso formal no partido. Mas, como dar continuidade e força a uma política tendo por base a destruição das organizações e o afastamento dos homens que a desenvolveram".[135]

Exatamente por isso (ou seja, pela ausência daqueles que empreenderam uma leitura aprimorada sobre a estratégia da *derrota* do regime, essencialmente centrada na questão democrática e na valorização de seus princípios), a formalização da "conversão" democrática da estratégia "revolucionária", apresentada pelos comunistas após a "conclusão" do VII Congresso, se realizou de maneira instrumental. Como mero suporte aos interesses do partido, de conquista de sua legalidade para, "somente" assim,

[135] Manuel Palácios, revista *Presença*, n.º 15, p. 135. Citado por PANDOLFI, 1995, p. 224.

participar efetivamente do processo político em curso, a "conversão" promovida pelos comunistas, dado o atrelamento à questão nacional e os princípios revolucionários do PCB, parecia visar, somente, a concretização da possibilidade dos comunistas disputarem eleitoralmente com outros partidos, inserindo-se no "jogo político"; assumiam, portanto, uma concepção meramente instrumental da democracia.

Aliás, os acontecimentos decorrentes do avanço do processo de transição demonstraram que, ao contrário das pretensões dos comunistas de massificarem a política do partido através da via eleitoral e da conquista de "aparelhos" nos movimentos sociais, o PCB distanciava-se, numa escala crescente, do centro político da transição, bem como da representação da classe operária.

Diferentemente de uma participação ativa nos processos decisórios sobre a conquista democrática, os comunistas patinavam sob uma perspectiva política, evidentemente estreita, de que avançar no sentido de superar o regime autoritário significava legitimar a presença dos comunistas no quadro político-partidário, cuja negativa seria o próprio reflexo da superficialidade democrática vigente, invalidando os esforços destinados pelas forças da resistência democrática de luta pelo fim do regime: consolidou-se assim, em detrimento da estratégia da *derrota* (do regime autoritário), a estratégia da *conquista* (da legalidade do PCB).

Diante disso, considerando o desenvolvimento do processo de abertura política que, confirmada a estratégia de *derrota* do regime pela via eleitoral, agregava à resistência democrática personagens e elementos rupturais ligados à noção de *derrubada* da ditadura (que se intensificou com a anistia dos exilados políticos), seria interessante verificar o destino de duas "bandeiras" da oposição. Convertidas em campanhas de mobilização popular em favor da democracia, "Constituinte" e "Diretas Já" representaram, pelo conteúdo, a própria dissociação da estratégia da *derrota* durante o período de abertura política e transição democrática: transição X ruptura.

Em setembro de 1977, ainda sob o manto dos atos de exceção, parlamentares do MDB abriam oficialmente, no Congresso Nacional, a campanha pela Assembléia Nacional Constituinte. Naquele momento, considerando o programa comum das forças que compunham o "movimento democrático", a proposta de convocação de uma Assembléia Constituinte estava, de certo modo, condicionada a algumas lutas mais imediatas, como pela Anistia e pela revogação do Ato Institucional n.º 5. Mas, isso não a impedia de constituir-se num avanço da Frente Democrática, em termos

programáticos, afinal, superava os embates pautados em questões pontuais e expunha uma alternativa possível de superação do regime, contemplando, sob a lógica da "transição", a estratégia da *derrota* da ditadura.

De fato, até mesmo pelo alcance da proposta, a campanha pela Assembléia Nacional Constituinte não significava simplesmente a convocação de uma Assembléia, mas sim uma total mudança no poder e esse aspecto gerava, por sua vez, uma série de dificuldades que nem mesmo os atores mais "autênticos" da resistência democrática entendiam como obstáculos facilmente superáveis. Ao contrário, reconheciam que os desafios enfrentados pela "Constituinte" eram muitos e extremamente complexos, que tinham haver até mesmo com o próprio "movimento democrático".

Em 1979, por exemplo, diante de um contexto de anistia e reforma política do regime, o então deputado emedebista, Alberto Goldman, considerando as contradições existentes dentro da resistência democrática, afirmava que a convocação da Assembléia Constituinte significava a transferência do poder constitucional, então centralizado no Executivo, para o Legislativo. Isso era uma mudança de regime, considerando que os parlamentares eram eleitos (isso durante todo o período do regime autoritário) pelo voto direto bipartidário, constituindo-se, portanto, como a máxima valorização da democracia representativa. Embora extensa, seria importante registrar essa passagem da entrevista de Goldmam para a revista *Plural*, em setembro de 1979. Quando questionado sobre o que teria impedido a proposta de Assembléia Nacional Constituinte, classificada como "bandeira do MDB", de vingar, o parlamentar explicava:

> "(...) No momento de sua convocação seria dada a uma parcela de representantes o poder total de determinar toda uma constituição e determinar, portanto, como vai se dar o preenchimento de todos os cargos, de todo o poder, como se dará a eleição de Presidente da República, de Governadores, de Prefeitos, como se constituirão os partidos políticos. Isto representa uma mudança muito profunda e mais difícil de ser realizada. O que se está sentindo até agora é que embora a oposição se unifique claramente na luta contra o regime que está aí, ela não tem ainda uma clareza, não se

> tem estruturado, se organizado no sentido da conquista da Assembléia Nacional Constituinte (...)".[136]

Tendo claro a proximidade de Goldman com os comunistas do PCB e considerando como válido o depoimento que apontava algumas das contradições existentes na campanha pela Constituinte, valeria a pena ressaltar o papel desempenhado pelos pecebistas, no contexto de seu "lançamento". Lembrando que naquele momento, dezembro de 1977, o PCB vinha realizando uma participação realmente ativa no "movimento democrático", impulsionada pelos êxitos eleitorais de 1974 e 1976 e pela "necessidade" de reorganização após as quedas de 1975, empreendendo, de fato, uma política de unidade em torno da estratégia da *derrota* do regime (e que, dado ao estabelecimento de condições objetivas e subjetivas, possibilitava o desenvolvimento de uma cultura política democrática; na frente e, conseqüentemente, no partido).

Enfim, naquele momento os comunistas se mostravam dispostos a empreenderem uma política efetivamente concentrada na questão democrática (ao menos aparentavam) e, diante do processo de abertura política, faziam das lutas que emergiam dos vários segmentos sociais "suas" bandeiras. É desse modo que, ao contrário da "falta de clareza" de alguns setores da oposição, o PCB demonstrava uma sintonia fina com os rumos da política de resistência democrática, quando, em 1977, em Resolução Política assinada pelo Comitê Central, os comunistas confirmavam a necessidade de Assembléia Constituinte, atestando a unidade em torno da Frente Democrática. Mesmo ressaltando que sua concretização se daria num "quadro em que todas as restrições impostas pela ditadura à democracia tenham sido eliminadas", os comunistas afirmavam, referindo-se à Assembléia Constituinte, que:

> "A transformação desta campanha num movimento de vastas proporções, unitário, popular, é um dos caminhos mais

[136] Continuava: "Existem outros tipos de dificuldades; a convocação de uma constituinte hoje, significa eliminar o Congresso nacional, é o término do mandato daqueles que estão no Congresso hoje. E evidentemente existe uma reação a isso, não são todos os setores da oposição que estão dispostos a entregar os mandatos e convocar Assembléia de imediato. Se bem que eu acredito que na medida que se aproxime o término dos mandatos em 82, vai crescer a possibilidade de se lutar por ela". In: GOLDMAN, 1979, p. 11-12.

> importantes para operar, de forma correta, a convergência das lutas e manifestações cujo conteúdo relaciona-se com o empenho de liquidar o atual regime e instaurar a democracia. (...) A eleição de uma Constituinte é a nossa proposta para o fim deste regime".[137]

De fato, os comunistas se posicionavam claramente favoráveis à proposta de "Constituinte", entendendo sua realização como a consagração da *derrota* do regime autoritário, revestida pelo caráter de se constituir enquanto um amplo movimento de massas. Mas, deve-se considerar que a luta pela "Constituinte", naquele instante, estava inserida num rol de "bandeiras" que, numa escala crescente, incluíam anistia para os exilados e presos políticos, bem como pela legalidade dos comunistas. Com isso, antes de demonstrar uma versão "etapista" da estratégia da *derrota*, aquele documento deixa claro que a luta pela Assembléia Constituinte, embora corretamente vinculada à perspectiva de superação do regime, não dispunha, naquele momento, de uma sustentação suficientemente coesa por parte dos setores democráticos e de oposição na sociedade, assim como de seus movimentos.

"Bandeiras" como a da anistia e contra a carestia, da mesma forma que as lutas específicas dos diversos movimentos sociais (como a questão salarial dos metalúrgicos do ABC que, em 1979, ao lado da volta dos exilados políticos, obtinham a atenção de boa parte das forças que compunham a resistência democrática), revelavam a necessidade de conquistas em questões pontais, ainda que elas tivessem uma certa conexão com a estratégia de *derrota* do regime, na qual a Assembléia Nacional Constituinte era sua máxima expressão. No entanto, o posicionamento dos comunistas em favor da "Constituinte", logo em 1977, evidenciava, sobretudo, o acerto político em torno da unidade da Frente Democrática e de ampliação da dimensão constitucional, com o tensionamento de suas contradições no sentido de proporcionar as condições necessárias para a emergência de um regime plenamente democrático.

Desse modo, considerando as condições específicas daquela passagem dos anos 70 para os 80, num contexto em que a anistia veio contribuir para uma diversidade ainda maior de concepções e posicionamentos, colaborando para a "dispersão" em torno da

---

[137] ***Resolução Política do Comitê Central do PCB, dezembro de 1977*. In: PCB, 1980, p. 271.**

campanha da "Constituinte", o fato é que, de acordo com o depoimento do deputado emedebista, a sociedade, de modo geral, não se encontrava organizada a ponto de conferir uma pressão concreta sobre o regime, em prol da "Constituinte". Nas suas palavras:

> "(...) o fato principal é que a tese da Constituinte não ganhou as amplas massas. Não há uma pressão real efetiva da sociedade para sua conquista. Se há em outros setores, se conseguimos avançar no sentido de quebrar a política salarial e de ganhar na prática o direito de greve, o direito a livre expressão e parcialmente a anistia. Mas, na realidade para a Assembléia Nacional Constituinte não se conseguiu formar um movimento de opinião suficiente para que se exerça uma pressão".[138]

Após as eleições de 1982, estava claro o quadro em favor da oposição ao regime, tendo sido consolidada, definitivamente, sua a maioria eleitoral, tanto na sociedade, pelos resultados obtidos, como no Congresso, pelo número de parlamentares eleitos, e nos governos estaduais, pela vitória nos importantes estados da federação. Criava-se, então, uma conjuntura extremamente favorável para movimentos que apontassem o fim do regime e a derrota da ditadura, abrindo a possibilidade de que o próximo Presidente da República fosse, não mais um militar, mas sim um civil e, quiçá, eleito pelo voto direto dos brasileiros.

Naquele momento, com a crise interna já instaurada, os comunistas se encontravam às voltas com suas divergências, apontando para caminhos distintos no curso do processo de abertura política e (já naquele instante) de transição democrática. Dessa forma, entendido em seu conjunto, o PCB se distanciava, definitivamente, das massas e dos movimentos sociais, orientando-se para a disputa interna e fragmentando aquela sintonia fina com as demandas da sociedade, que o caracterizara até tempos atrás. Isso fez com que os comunistas, dissociados e contrapostos, não conseguissem capturar o sentimento generalizado de esgotamento do regime autoritário e, conseqüentemente, permanecessem à margem da maior mobilização popular registrada

[138] In: GOLDMAN, 1979, p. 12.

na vida política brasileira que, ao seu modo (e, considerando os resultados, contra seu gosto), acelerou o processo de transição do regime autoritário para o democrático, batizado de "Nova República".

O movimento pelas "Diretas Já" reuniu praticamente todos os setores da sociedade civil, exceto aqueles com vínculos umbilicais e de interesses com o regime (já tendo considerado a não participação efetiva dos comunistas do PCB), em torno da aprovação da emenda constitucional "Dante de Oliveira", que previa a eleição pelo voto direto para Presidente, já para a sucessão do Gen. João Baptista Figueiredo.[139] Impulsionada, ainda em 1983, por movimentos e partidos que apostavam numa ruptura com o regime, a campanha pelas "Diretas Já", no final daquele ano, no entanto, já contava com a adesão de um manifesto "Pró-Diretas", assinado pela maioria dos governadores, e atos públicos de partidos e entidades sociais em favor das eleições diretas, demonstrando que o movimento começava a se viabilizar.

Realmente, a campanha pelas "Diretas Já", pela essência de sua proposta, tencionando ao máximo as possibilidades institucionais do regime, representada no Congresso Nacional, pretendia uma ruptura com o regime ao transferir do Colégio Eleitoral para o povo a escolha do novo mandatário, mesmo considerando que para isso dependeria da aprovação do Colégio Eleitoral para tornar-se constitucional. Se contraposta à essência da proposta de Assembléia Nacional Constituinte, que se primava pela transferência de poderes constitucionais aos parlamentares eleitos pelo povo, nota-se que a idéia de eleição direta para Presidente e Vice, embora caminhasse no sentido de transferir o poder de decisão sobre a escolha do Colégio Eleitoral para a sociedade, redimensionando a instituição democrática representativa, não pressupunha, em contrapartida, uma proposta capaz de propiciar o estabelecimento de uma nova ordem constitucional (essa adviria, então, de um decreto).

De certo modo, verificada a essência política da campanha das "Diretas Já", cuja forma adquirida parecia a concretização da amplitude pretendida pelos comunistas para o movimento signatário da proposta de "Constituinte", nota-se nela indícios que comprovam a tese de que a dissociação da estratégia da *derrota* do regime, entre a

---

[139] Por ser esclarecedor, vale o seguinte trecho de *A Massa na Praça*, de Alberto Tosi Rodrigues, sobre a emenda: "Seu texto, simples e direto, foi redigido com a ajuda do advogado Sebastião de Oliveira, pai do deputado e antigo político da UDN do Mato Grosso, com base na constituição de 1946, e previa que 'o Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de 30 anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos'". In: RODRIGUES, 1993, p. 04.

lógicas de "transição" e de "ruptura" (promovida a partir de inclusão de elementos e personagens da estratégia da *derrubada* na agenda política da abertura, em que a anistia e a "auto-reforma" do regime foram decisivos, e da qual as "Diretas Já"era sua maior expressão), implicavam na emergência do elemento "conciliador". De fato, a conciliação se tornaria a chave política para a superação do regime, tendo claro que, ao contrário das estratégias da *derrota* e da *derrubada*, tal perspectiva não implicava na liquidação dos aspectos autoritários do regime, que continuariam, tanto na dimensão constitucional, como na institucional.

No entanto, o que vale ressaltar é que o movimento pelas "Diretas Já", orientado para a ruptura com a ditadura, partindo do enfrentamento na esfera institucional do regime (via pressão das massas), não possuía uma concepção de quebra da ordem constitucional autoritária. Embora, e isso não deve ser desprezado em qualquer hipótese que considere como fundamental uma participação popular massificada na agenda política desse país, a campanha pelas eleições diretas tenha alcançado proporções inigualáveis na história do movimento de massas do Brasil, o fato é que, derrotada, tal compromisso não se estendeu, encerrando-se na votação do Colégio Eleitoral, configurando-se, politicamente, como "dispensável" para a posterior concretização da transição democrática, para a *derrota* do regime (ao contrário da "Constituinte", que nunca teve as proporções das "Diretas", mas era "indispensável" para a quebra do autoritarismo).

A descrição de Alberto Rodrigues, sobre a derrota da emenda Dante de Oliveira no Colégio Eleitoral, traduz de maneira sucinta, o encerramento do movimento pelas "Diretas Já":

> "Brasília, 25 de abril de 1984. Após uma longa sessão, ou, melhor dizendo, três sessões – duas de discussão e uma de votação – que duraram das 9 horas às 2 horas do dia seguinte, a Câmara dos Deputados, embora os votos favoráveis à aprovação fossem em maior número, rejeitava a Emenda Dante de oliveira, que não obteve a maioria qualificada de dois terços, exigida pela Constituição. Foram 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 deputados ausentes. Faltaram 22 votos. Difícil descrever o

> sentimento generalizado de frustração que a rejeição disseminou naquela madrugada, e que os cronistas do momento cantaram".[140]

Enfim, diante do limite da emenda, ou seja, o Colégio Eleitoral, o importante é que, mesmo com a derrota, a campanha pelas "Diretas Já" antecipou o fim do regime, contrariando o projeto de "auto-reforma" do militares. Mais que isso, demonstrou a vitalidade de uma política de Frente Ampla em favor da democracia, reunindo em torno de uma proposta, capaz de encerrar o ciclo inaugurado pelo Golpe, os mais diversos segmentos da sociedade numa postura de unidade democrática. Disseminou, portanto, a idéia de consagração da estratégia da *derrota* do regime, ainda que pela dimensão institucional e sob a lógica da "ruptura", e estabeleceu, conseqüentemente, condições favoráveis para o desenvolvimento de uma cultura política democrática na sociedade brasileira (mesmo que dissociada em suas esferas política e social).

Se entendida nesses termos, em seus aspectos contraditórios, a campanha pelas "Diretas Já" foi, de fato, o maior mobilização promovida pelas forças democráticas e de oposição ao regime, em favor da quebra do regime autoritário. Nesse sentido, a ausência, quase que por completo, dos comunistas (salvo participações isoladas e considerações distantes do movimento) é um acontecimento que, de certo modo, indica o grau de confinamento às questões partidárias a que se submeteram os pecebistas. Mais que isso, em detrimento de uma política efetivamente centrada na questão democrática, pautada na valorização de seus princípios e valores, concebida a partir da noção de estratégia da *derrota* da ditadura (através via eleitoral e com o tencionamento das contradições constitucionais do regime), elaborada e desenvolvida, no campo da esquerda, pelos comunistas do PCB, as "Diretas Já" se constituiu como a consagração do exemplo oposto.

---

[140] Concluía com uma citação do jornalista Ricardo Kotscho, que, ao seu modo, retratou o que havia restado: "Pelo chão acarpetado do plenário da Câmara Federal, quando tudo acabou, os representantes de um povo derrotado no seu maior sonho, um encontro – um grito de liberdade desta humilhada nação brasileira. Lá fora, depois das duas da manhã, algumas centenas de cidadãos ainda esperavam o impossível, uma reversão no resultado que ninguém queria: a esmagadora maioria dos 130 milhões de brasileiros, arrasada pela ausência dos deputados malufistas e andreazzistas do PDS. Assim como ninguém há de esquecer esta memorável campanha, também ninguém esquecerá os nomes desses traidores da vontade nacional (...) Foi um dia que pareceu uma eternidade, discursos e mais discursos adiando a decisão – intermináveis 17 horas de uma sessão histórica para que ao final o povo brasileiro ficasse sabendo que continua tutelado, sem direitos". In: RODRIGUES, 1993, p. 11.

Voltados para o partido, os comunistas foram, talvez, a ausência mais notável daquele processo, não querendo com isso insinuar que com eles o resultado poderia ter sido outro, não. No entanto, os comunistas do PCB, ao menos aqueles mais atentos aos acontecimentos da vida política do país, assistiram a confirmação sobre o acerto de sua perspectiva política (assumida "logo após" o Golpe e plenamente desenvolvida até finais dos anos 70 e início dos 80) como meros espectadores. Mesmo distante da proposta de Assembléia Nacional Constituinte, por sua essência institucional e perfil ruptural, o movimento pelas "Diretas Já" também se configurou como uma perspectiva de superação do regime, configurando-se como a "verdadeira" possibilidade de superação do regime autoritário. E os comunistas, que corretamente empreenderam uma política de Frente Democrática, não tiveram qualquer participação decisiva naquele processo.

Enfim, no contexto do VII Congresso, concentrados na tarefa de primeiro o partido, depois a sociedade, quando questionados entre "Constituinte" ou "Diretas", os comunistas da direção central do PCB (representando o pensamento "majoritário" do partido), não hesitavam em responder: para a efetiva *derrota* do regime, os brasileiros deveriam seguir no sentido de lutar pela *conquista* da "Legalidade do Partido Comunista Brasileiro".[141] Isso sim, segundo eles, significaria uma derrota decisiva para a vida do regime.

4. Dissociação da Cultura Política Democrática e a História da Esquerda Brasileira:

> *"Dessa forma, chegamos à conclusão de que do modo de escrever a história de um partido resulta o conceito que se tem daquilo que é ou deva ser um partido. O sectário exaltará os pequenos fatos internos, que terão para ele um significado esotérico, impregnando-o de um entusiasmo místico; o*

[141] "Afinal, no dia 8 de maio de 1985, o programa, o estatuto e o manifesto do PCB foram publicados no Diário Oficial da União. Após 38 anos sem registro partidário, aquele era sem dúvida um momento especial. Em outras fases de plenitude do regime democrático, como em agosto de 1962, a legalidade fora pedida, mas não fora consentida. Em 1985, os pecebistas conquistavam a tão almejada legalidade. O fundamental era transformar a realidade jurídica em uma afirmação sócio-política, já que, segundo os pecebistas, a ilegalidade havia sido um empecilho para o crescimento do partido". In: PANDOLFI, 1995, p. 226.

historiador, mesmo dando a cada coisa a importância que tem no quadro geral, acentuará sobretudo a eficiência real do partido, a sua força determinante, positiva e negativa, a sua contribuição para criar um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verifiquem".
GRAMSCI, 1984, p. 25.

A dissociação da estratégia da derrota entre a lógica da "transição" e a da "ruptura", (essa última estimulada pelos efeitos produzidos tanto pela anistia, como pela reforma partidária, com o fim do bipartidarismo obedecendo à perspectiva de "auto-reforma" do regime), se consolidou durante os instantes finais do regime autoritário, possibilitando que, antes conduzido por uma das duas, o processo de derrota da ditadura se confirmasse a partir da lógica da "conciliação".

Como se sabe, a lógica da "conciliação" é pautada na noção de disputa, como forma de acirrar os conflitos existentes entre os interesses e, assim, obter seu "produto" político através da cooptação e da concessão pragmática. No entanto, para que não paire dúvidas, vale ressaltar que "conciliação" se caracteriza por ser bem diferente de uma política de "consenso", que, ao contrário, sob uma perspectiva transformadora, é centrada na valorização da diversidade de interesses e na multiplicidade de idéias, de onde advém seu "produto", a unidade programática. Portanto, embora geralmente sejam apresentados como termos complementares para indicar a consagração de um acordo ou uma aliança, por exemplo, "conciliação" e "consenso", analisados em suas essências, mostram-se como concepções antagônicas, onde a realização política de um significa, necessariamente, a exclusão e a submissão do outro; cuja essência conservadora da primeira impede o desenvolvimento revolucionário da segunda.

Mas enfim, a dissociação da frente democrática, diagnosticada por muitos somente após a eleição de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, em 1985[142], também pode ser entendida enquanto um processo que vinha se desenvolvendo desde 1977 (se considerados os efeitos do "pacote de abril"), com maior ênfase a partir de 1979-80, e

[142] "Ainda que inteiramente residual no conjunto das interpretações correntes sobre a transição, o fato é que a explicação para o seu alongamento e conseqüente indefinição não pode deixar de levar em consideração que as forças políticas e sociais de inspiração democrática que atuaram na resistência e em oposição ao regime militar cindiram-se precisamente no momento em que se conquistou, em 1985, um governo de transição". In: AGGIO, 1997, p. 126.

que, de fato, se consolidou após as eleições de 1982 e a campanha pelas "Diretas Já". Nesse sentido, a fratura da frente democrática, que, dentre outros aspectos, também teve haver com a inclusão dos temas da derrubada, em termos estratégicos, na política de derrota do regime, expôs a disjuntiva entre democracia política e democracia social à agenda política da questão democrática no Brasil.

Por um lado, aqueles que estabeleceram, de um modo ou de outro, a resistência democrática como perspectiva política para o combate à ditadura instaurada pelo Golpe, empreendendo uma interpretação eminentemente política para o curso do regime autoritário e, principalmente após os resultados obtidos em 1974 e 1976, apostavam na via eleitoral como meio para infligir derrotas substanciais ao regime, criando condições para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e transição à democracia.[143]

Por outro lado, centrados na questão nacional, muito embora pertencentes ao universo da questão democrática no país, estavam aqueles que, primeiro, emergiam do próprio processo de modernização autoritário-repressiva, fazendo de seu movimento a expressão da valorização das micro-esferas e das conquistas pontuais, pragmáticas, concentrando-se no discurso da radicalidade democrática; segundo, centrados numa cultura política internacionalista e antiimperialista, que conferia uma importância acentuada ao papel do Estado, por exemplo, muitas vezes pautados num "espírito" nacional-desenvolvimentista que já não mais existia e que pareciam propor, de certo modo, uma "volta ao passado"; terceiro, haviam aderido à estratégia da derrubada do regime, centrados em análises que buscavam nas razões econômica, sociais e de formação histórica a justificativa de sua política, reduzindo as contradições da questão democrática à díade entre reforma e revolução; todos concentrados sob a lógica da "ruptura" e, grosso modo, imbuídos de uma vocação "jacobina-revolucionária".

Diante da emergência da questão democrática na vida política brasileira, estavam, portanto, de um lado, a leitura de democratização política e, de outro, de democratização social: a primeira sob a lógica da "transição", a segunda sob a lógica de "ruptura". Confirmada a dissociação, que, para o campo da esquerda, revivia alguns conflitos do passado (especialmente aqueles que marcaram o período pós-Golpe), e

[143] Nas palavras de Alberto Aggio: "(...) a opção era por um *novo transformismo*, que apontasse na valorização da democracia e de uma via de reformas que conduzisse a uma ruptura democrática". In: AGGIO, 1997, p. 126-127.

considerando o curso da transição democrática no país, nota-se que a contraposição das dimensões fundamentais da questão democrática, democracia política e democracia social, possibilitou a consolidação de uma perspectiva que estabeleceu a "conciliação" como base de sua política.

Em detrimento do "consenso", que também preencheria o vácuo deixado pela dissociação das dimensões fundamentais da questão democrática, foi a lógica da "conciliação" que se afirmou como suporte para a política de transição à democracia, exemplificando-se, inclusive, na forma de superação do regime, via Colégio Eleitoral. Realmente, tendo em vista o distanciamento, crescente à medida que avançava o processo de abertura e transição, entre os temas da democracia política e da democracia social, cindindo ainda mais a Frente Democrática (já naquele instante impulsionada a partir de projetos políticos específicos a cada partido), é possível constatar o fortalecimento de posições "adesistas" e de "centro" nos rumos do processo de transição.

Analisando os caminhos da Revolução e da Democracia na atualidade, Alberto Aggio, em seu "balanço" sobre o regime militar e a transição democrática no Brasil, afirma a necessidade de se levar em consideração, nas interpretações sobre a transição, a "fratura das correntes democráticas", representada pela disjuntiva entre democracia política e democracia social. Posicionando os agentes dessa disjuntiva, sendo o PT a representação político-partidária da lógica da "ruptura" e o PMDB ("que albergava uma parcela da esquerda de extração comunista") o representante da lógica da "transição", Aggio sugere (ainda que "implicitamente") o surgimento da Aliança Democrática como uma conseqüência dessa dissociação:

> "Cristalina a disjuntiva, os primeiros postando-se pelo social, os segundos pelo político, dissociando-se ferreamente estas duas dimensões fundamentais na política da transição. Assim, antes que conservadora, antes de estagnar-se, a transição à democracia no Brasil, a partir do estabelecimento desta disjuntiva, passou a se constituir num 'movimento pelo movimento', num 'processo sem

> sujeito', avançando 'mais pela lógica dos fatos do que pela ação concertada de um projeto".[144]

De modo geral, tendo em vista o aspecto pragmático da política de "conciliação", a ausência do sujeito no processo de transição democrática tende a indicar, justamente, a presença de um campo político "não-definido", ou seja, uma composição que tem haver, menos com a necessidade programática do processo, mais com perspectiva de contemplação dos interesses de personagens e atores da transição. Daí a transição constituir-se num "movimento pelo movimento" que, no trato conciliatório de questões pontuais e específicas, fez da Aliança Democrática seu agente político na condução dos fatos e acontecimento da vida nacional. A sua diversidade, antes de ser concebida para a consolidação de um programa efetivamente democrático, apenas traduzia seu pragmatismo e o caráter meramente instrumental e retórico assumido pela questão democrática, valendo-se, para isso, da dissociação entre democracia política e democracia social.

De fato, a composição política da Aliança Democrática, que congregava de emedebistas históricos e moderados à "adesistas" e conservadores, se configurou como a própria expressão da lógica da "conciliação", convertendo-se, enfim, num "centro político" eminentemente "pragmático". Para isso, basta observar, como exemplo notório, a Assembléia Constituinte de 1988 que, a partir do bloco parlamentar denominado de "centrão" (não à toa), e embora tenha se constituído num enorme avanço para a superação lastro autoritário da vida política brasileira, teve seus trabalhos conduzidos pelo centro "conciliador" e "pragmático". Em suma, foi partir desse "centro" que o processo de transição se confirmou e deu início à "Nova República", determinando, com isso, também as formas assumidas pela cultura política democrática que aquele processo, de um modo ou de outro, disseminava na sociedade.

Enfim, tendo claro que a política se apresenta à vida de uma sociedade como a esfera de mediação entre conflitos e interesses, determinados por concepções oriundas das esferas econômica e sócio-cultural, nota-se que a representação da realidade, inerente ao seu papel de mediação, pode ser forjada a partir de vários aspectos, dentre

---

[144] In: AGGIO, 1997, p. 127-128. Acrescentando os "conciliadores" à afirmação de Alberto Aggio, o quadro político-partidário poderia ser exemplificado da seguinte forma: PMDB (moderados + históricos) – PDS – PTB: "Conciliação"; PMDB (autênticos) – PCB (renovadores + centro pragmático): "Transição"; PT – PDT – PCB (esquerda conservadora): "Ruptura".

eles, a cultura, os valores e os princípios de uma camada social. Nesse caso, o partido, realmente entendido como o moderno-príncipe, através de sua ideologia, política e movimento, adquire uma importância fundamental para o desenvolvimento de determinada cultura na esfera política de uma sociedade, que, ao seu modo, representa um elemento específico da história de determinado país.

Novamente de acordo com Gramsci, considerando que o partido é a "expressão mais avançada" de um grupo social, verifica-se que sua importância em determinado contexto está condicionada, em maior ou menor grau, à sua capacidade de representação dos interesses e valores apresentados como demandas, não apenas pelo grupo social que representa, mas também pelos diversos setores da sociedade. Mais que isso, por ser um "instrumento" de intervenção da sociedade civil essencialmente orientado para a esfera política, o partido se apresenta como objeto privilegiado para a análise histórica de um dado contexto, afinal, por ele passam as contradições que pairam sobre a sociedade, necessariamente mediadas pela política, constituindo-se, então, versão monográfica e específica desses antagonismos. Portanto, segundo Gramsci:

> "(...) pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação na história de um país".[145]

Desse modo, entendendo que, de fato, os interesses e valores de um conjunto social têm no partido sua tradução política, considerando a trajetória dos comunistas durante o processo de abertura e transição, constata-se que o PCB, ao seu modo, reproduziu para sua política os dilemas expostos naquela conjuntura. Tendo em vista suas particularidades históricas, de representação da classe operária e (inicialmente) de Seção Brasileira da Internacional Comunista, além de seus limites políticos (cuja situação quase permanente de clandestinidade, por exemplo, configurou-se em um fato marcante e característico na trajetória do partido), é possível perceber como os

[145] In: GRAMSCI, 1984, p. 24-25.

comunistas representaram a dissociação das dimensões da questão democrática, convertendo-a, inclusive, em fundamento para a constituição de sua política interna. Com isso, se a história de um partido representa um ponto monográfico e específico da história de um país, verificar a história do PCB durante a abertura também significa considerar o papel exercido pelos comunistas naquele contexto, observando seus conflitos e contradições.

Talvez por haver se constituído como uma das mais avançadas expressões em favor da democracia durante o período de autoritarismo fascista, essencialmente empreendido pelo regime no decorrer dos anos 70, os comunistas do PCB tenham antecipado já logo no início da década de 1980, tanto no plano interno, como na política partidária, a dissociação da estratégia da *derrota*. De certo modo, as facções internas formadas já com o retorno do Comitê Central e a volta dos exilados políticos pareciam representar em suas concepções, projetos e prática políticas as contradições que, pouco depois, caracterizariam o processo de transição; afinal, traduziam para a disputa partidária a dissociação da estratégia da *derrota*, agregando elementos pertencentes ao universo conceitual da estratégia da derrubada e temas referentes à questão nacional.

De fato, se observada a essência política de cada um dos discursos que condicionaram o debate dos comunistas, nota-se que, se caracterizadas esquematicamente (entendido que a generalização adotada se deve exclusivamente à necessidade de compreensão "da regra", não desconsiderando, porém, a existência e a validade "das exceções"), as leituras empreendidas pelos comunistas do PCB representavam as lógicas da "transição", da "ruptura" e da "conciliação".

Diante desse quadro, os "renovadores" representariam, portanto, uma continuidade com a linha de "nova política", desenvolvida desde finais dos anos 50, cuja conversão da questão democrática em principio central da política dos comunistas se concretizou, em grande medida, por "suas mãos", durante o período de reorganização partido após as quedas de 1975, valorizada pela presença marcante dos pecebistas no interior do "movimento democrático"; seriam, em suma, a representação mais viva sobre a concepção de *derrota* do regime e difusão de uma cultura política democrática na esquerda brasileira.

A "esquerda conservadora", concentrada na figura de Luis Carlos Prestes, se dispunha a um processo de revisão e "autocrítica" sobre a postura de renovação da política do partido, denunciando as contradições da política de frente democrática

exercida pelo Comitê Central do PCB, propondo uma retomada dos valores e princípios revolucionários do partido. Concebendo a questão democrática como um aspecto instrumental, reacendendo a chama o paradigma soviético sobre os comunistas brasileiros, os prestistas se resumiam pela "ruptura" com o autoritarismo, embora se utilizassem desse para sua própria concepção de socialismo, estabelecendo as bases para o desenvolvimento de nacional, próximos aos moldes do pré-Golpe. Enfim, naquele contexto, se convertia na "personificação" da cultura política terceiro-internacionalista, centrando-se em seu aspecto dogmático e doutrinário, que empreendia um movimento de reação na política dos comunistas.

Os posicionamentos políticos e a prática exercida pelos comunistas do "centro pragmático", por sua vez representados pela proximidade com os membros da direção central do partido, se configuraram como própria lógica da "conciliação". Ao contrário de orientar o sentido de sua política para o apontamento de respostas e inserção diante do processo de transição, o "centro pragmático" conduzia seus direcionamentos para intervenção em outro processo, o de perda de hegemonia sobre a esquerda e de representação da classe operária brasileira, convertendo o partido no sujeito dos interesses dos comunistas e disseminado a noção de disputa, em detrimento da noção de unidade, nos diversos movimentos sociais.

Não sendo acompanhada de nenhuma vitalização substantiva sobre sua política sindical e partidária, tais comunistas tinham como objetivo central a conservação dos espaços do partido, utilizando-se, para isso, do curso e das conciliações do processo de transição democrática. Também centrados em aspectos de sua cultura política herdada da III Internacional, os comunistas do "centro pragmático" se caracterizavam pela valorização de noções "aparelhistas" e burocráticas, que convertiam o partido (o sindicato, a associação, a entidade) em princípio central de sua política, instrumentalizando suas concepções sobre democracia e socialismo de acordo com um centralismo partidário próximo daquele empreendido à época de Stalin. Numa palavra, para esses comunistas o correto seria afirmar: tática da *derrota* e estratégia de *conciliação*.

Enfim, a constatação de Dulce Pandolfi talvez exemplifique, com clareza, os caminhos do PCB. Ao analisar o papel exercido pelos comunistas no início da década de 1980, Pandolfi constata que o PCB se encontrava com pouca inserção social e,

principalmente após a "finalização" do VII Congresso do partido, em 1984, com sérias fissuras. Procurando estabelecer qual foi o rumo tomado pelos comunistas, afirma:

> "(...) O líder maior do comunismo brasileiro, Luiz Carlos Prestes, havia abandonado as hostes partidárias. Uma parte dos intelectuais vinculados à corrente 'renovadora' havia aderido ao Partido dos Trabalhadores (PT). Outros militantes fizeram opção pelo Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ou pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). No entanto, a direção do PCB continuava mantendo a sua auto-estima e acreditando na inevitabilidade do socialismo. Afirmava ainda que o partido havia elabora 'teoricamente os problemas da revolução brasileira melhor que as outras correntes políticas'. Por isso tudo, o PCB estava pronto para se transformar num grande partido de massas".[146]

Não se pretende aqui afirmar que foram os comunistas os precursores dessa ou daquela estratégia, dessa ou daquela lógica; ao contrário, busca-se validar o entendimento de que o partido, enquanto agente de representação de valores e interesses, se constitui como o ator central da política contemporânea, convertendo-se, portanto, em núcleo gerador desse ou daquele discurso, dessa ou daquela cultura política. Diante disso, torna-se claro que os grupos internos do PCB reproduziram, "de um ponto de vista monográfico e específico", as contradições e os antagonismos existentes no curso do processo de abertura política e transição democrática. E dessa forma, produziram culturas políticas também específicas, que se fundamentavam em determinados princípios, interesses e valores, que, por sua vez, se reproduziam em "novas" leituras e "novos" comportamentos políticos dos comunistas.

Se aquele foi um processo de resistência democrática e de conversão da questão democrática em centralidade política dos comunistas, representados no frentismo do "movimento democrático", a cultura política que realmente emergiu foi a democrática,

[146] In: PANDOLFI, 1995, p. 225-226. Deve se considerar que, embora Pandolfi aponte o PT como o destino dos "renovadores", o fato é que muitos deles, ao deixarem o PCB no início dos anos 80, permaneceram sem filiação partidária, e outros aderiram momentaneamente ao PMDB, sendo que poucos continuaram.

impregnada por elementos de outras culturas e concepções políticas que não a democrática, isso é verdade. Mas, no entanto, tais culturas tiveram que absorver a questão democrática e, mesmo de formal "instrumental", trabalhar com princípios democráticos.

De fato, os grupos internos do PCB bem refletiam as contradições e antagonismos dos caminhos da transição; mais que isso, diante daquele contexto de afirmação de sua identidade política (que, diga-se de passagem, continuou caracterizada por aspectos estreitos do marxismo-leninismo herdados da III Internacional, aliás, abandonada somente em sua "autodissolução" e transformação "popular socialista", oficializada em 1992), demonstravam a contraposição entre as suas culturas políticas: a terceiro-internacionalista, a democrática e a frentista. Se bem que seu frentismo, conforme afirma Raimundo Santos: a própria caracterização do pecebismo, não era antagônico a nenhuma das outras duas culturas políticas desenvolvidas pelos comunistas; embora tenha ficado claro durante o processo de abertura que vinculado à questão democrática conquistou uma dimensão que, historicamente, a presença da cultura política terceiro-internacionalista não foi capaz de lhe conferir (tendo como exemplo notório, a experiência da ANL e o fracasso do "Levante de 1935").

A cultura política democrática estabelecida pelos comunistas, portanto, teve no extrato comunista "renovador" sua expressão mais avançada, concentrada na conversão da questão democrática em princípio da política do PCB e desenvolvida a partir de uma política (e cultura) frentista, cuja concretização pôde ser verificada na participação dos comunistas no interior da Frente Democrática. Considerando o desenvolvimento do processo de renovação política empreendida pelo PCB, desde a "Declaração de Março de 1958", como um fator de relevância para a criação de condições subjetivas (no plano do discurso), ao lado da necessidade de resistência democrática, pautada na estratégia da *derrota*, que possibilitou as condições objetivas, pode-se afirmar que, com certeza, foi durante o período do regime autoritário (desde seu início, mas, especialmente com a "Resolução de Março de 1970" e no processo de abertura política e reorganização do partido) que os comunistas se constituíram como o núcleo gerador de uma cultura política democrática na esquerda brasileira.

Mesmo sendo descaracterizada, ou, melhor dizendo, dissociada, conforme o avanço da transição à democracia, pelo acréscimo de elementos estranhos e contraditórios aos princípios e valores democráticos (numa situação evidentemente

paradoxal), a cultura política lançada pelos comunistas do PCB (ao menos por seus membros mais "renovadores") merece seu lugar na história da esquerda brasileira, principalmente se for levado em conta que a questão democrática ainda permanece à deriva, tanto da vida política nacional, como das possibilidades e alternativas apresentadas pela esquerda contemporânea. E esse é o objetivo central desse estudo: a valorização da questão democrática como princípio transformador (para não dizer revolucionário e, com isso, reavivar a clássica disjunção entre reforma e revolução) político e cultural da esquerda brasileira, acreditando ser essa a chave de leitura mais correta (e possível) para a construção do socialismo.

Desse modo, se pretende aqui romper com uma determinada forma de compreender a história da esquerda no Brasil, evidentemente condicionada a paixões e razões que, por vezes, obedecem às mais diversas matrizes ideológicas e partidárias, mas que, no entanto, terminam por evidenciar uma situação "acéfala" na historiografia política do país.

Justamente porque verificando a vasta produção bibliográfica existente destinada, de maneira geral, a escrever sobre determinados aspectos da trajetória da esquerda brasileira, nota-se um excessivo número de publicas voltadas para a descrição factual de momentos vividos por militantes e simpatizantes de organizações de esquerda, quando não para a mera transcrição de discursos e textos. Sem um labor reflexivo aprimorado, muitas dessas publicações, principalmente aquelas que compreendem a ação "guerrilheira" durante o regime militar, se resumem em memórias de determinado autor sobre a sua passagem e a de companheiros nos cárceres da ditadura; o que não as diminuem, apenas posiciona devidamente seu caráter e sua essência.

Entretanto, mesmo os estudos que se comprometem com a utilização de uma perspectiva política em suas análises, negando à simples lógica dos fatos, também se caracterizam pela representação da afirmação de determinada identidade política, o que é evidente, mas que variam enquanto a forma. Nesse sentido, imbuídos da necessidade de generalização (desconsideração) sobre determinados aspectos da história política concreta, dos fatos e acontecimentos, como meio de afirmação das identidades políticas as quais representam, tais estudos terminavam por cometer alguns desvios, que em nada contribuem para a historiografia política da esquerda brasileira. Isso porque parecem se

dedicar mais em confirmar sua versão, que, de fato, promover uma verificação crítica dos processos, seus fatos e personagens, conferindo-lhe sua correta posição na história.

A proposta de análise sobre o curso da esquerda no Brasil, pretendida por Marco Aurélio Garcia em "Esquerdas: rupturas e continuidades", por exemplo, demonstra bem esse aspecto que se busca ressaltar. Partindo da constatação dos dilemas contemporâneos da esquerda latino-americana[147], Garcia apresenta uma proposta de estudo da esquerda no Brasil, baseando-se na consideração sobre a existência de suas *três gerações*.

Mesmo considerando como válido o paradoxo proposto, ainda que submetido à uma análise superficial pelo autor (cujos limites impostos pela necessidade de afirmação de sua identidade explique, em termos, tal superficialidade), e que, talvez, a idéia de três gerações contemple uma sistematização sobre os temas que compuseram o curso dos partidos de esquerda no Brasil, o fato é que a caracterização de cada uma das gerações obedecem, de forma grosseira, a uma generalização desprovida de ressalvas que lhe permitiria uma possível contra-argumentação. Constatando, acertadamente, que a primeira geração se iniciou com fundação do PCB, em 1922, determina, por outro lado, que tal geração se esgotou politicamente, encontrando "seus limites históricos com a derrota de 1964, quando do gole militar".[148]

No entanto, desconsiderando a possibilidade de reconhecimento das particularidades existentes entre as interpretações daquela geração da esquerda, Garcia praticamente anula o entendimento sobre o papel e o significado daqueles comunistas para a constituição da esquerda brasileira, mesmo interessado em a vitalidade da questão democrática para as esquerdas na atualidade, para atestar, categoricamente, "que o PCB, da mesma forma que suas vertentes até 1964, não foi capaz de constituir-se

---

[147] Afirma: "Nunca as esquerdas deste continente demonstraram possuir uma força política como a que têm agora, abrindo-se concretamente a possibilidade de que cheguem a vários governos centrais e regionais por meio de eleições"; e logo em seguia, contrapondo esse avanço à hegemonia das idéias conservadoras no continente, determina o paradoxo a partir do pensamento de Luís Maira, secretário-geral do Partido Socialista chileno: "Antes tínhamos idéias, mas não tínhamos votos; hoje temos votos, mas não temos idéias". In: GARCIA, 1994, p. 120.

[148] "Esse projeto – na prática uma versão retoricamente mais à esquerda do nacional-desenvolvimentismo – enfatizava a etapa democrática da revolução brasileira, entendida como momento em que se deveriam ser enfrentados os desafios da 'dominação imperialista e feudal', apontadas como 'contradições fundamentais' de nossa sociedade, para reproduzir as expressões então consagradas nos textos oficiais. Mas a democracia aí era pensada fundamentalmente como um meio. A ausência de uma reflexão substantiva sobre a democracia, desfigurada pelo adjetivo 'burguês', deixou essa geração de esquerda desarmada para o enfrentamento da questão, vital na história republicana brasileira". In: Op. Cit., p. 121.

como força significativa da política brasileira". Mas é diante da caracterização das outras duas gerações da esquerda que Garcia coloca-se, realmente, a serviço da afirmação da hegemonia e da identidade de um setor representativo da "nova esquerda", emergente com o início dos sinais de esgotamento do regime militar.

Tendo claro que a proposta de "rupturas e continuidades" consiste em compreender o fato da questão democrática estar à deriva, ainda que em outras palavras, percebe-se que a disposição de Garcia em resumir a constituição da segunda geração da esquerda brasileira, pura e simplesmente, "em torno dos grupos da chamada 'esquerda revolucionária'"(que passaram longe, diga-se, de uma interpretação sensata sobre a questão democrática), surge como meio de validar, sob seu ponto vista nada analítico, o surgimento da terceira geração, ou, da *esquerda social*. De uma só vez, promove tanto a negação da experiência democrática dos comunistas, como a valorização da questão democrática como princípio da "nova esquerda" brasileira somente em sua dimensão social, corroborando a dissociação promovida pelo movimento político entre democracia política e democracia social.

Talvez, os estreitos limites impostos por sua perspectiva eminentemente partidária, nesse caso, dissociada (e de certo modo antagônica) a uma compreensão político-crítica que se valha duma concepção dialética da história, impeçam Garcia de avançar em sua proposta inicial e, ao lado do conjunto dos estudos memorialistas-descritivos, faz com que recorra à mera justificação de um projeto político pré-concebido, refratário à análise critica e redundante em seu caráter descritivo. Em suma, impregnado pela lógica da "disputa", de confirmação de uma identidade política, em detrimento das outras existentes, o breve estudo de Garcia, até mesmo pela amplitude do tema a que se propôs analisar, parece representar, grosso modo, uma vertente em ascensão na historiografia política e que, de fato, deve ser rompida.

Exatamente por isso, reconhecendo que escrever a história de um partido resulta do conceito que se tem sobre como deve ser um partido, considerando tais aspectos sobre a "nova" historiografia política da esquerda brasileira e contribuindo para que outros acontecimentos, que exponham o partido ao erro, novamente se verifiquem, é que pode se afirmar, com clareza, que a revitalização sobre a história da esquerda no Brasil passa, necessariamente, pela valorização de sua cultura política democrática.

Considerações Finais

> *"(...) A história dos comunistas brasileiros estará reposta em seu lugar, quando a sua maior conquista – a estratégia democrática, a que chegaram pelo pior e mais longo caminho do ensaio e do erro – consistir no centro organizador da sua teoria e da sua prática. Não limitada à arena política oficial, mas presente em todas as dimensões da vida social, nos sindicatos, no campo, na cultura, nas escolas e na fábrica. Porque, aqui, faz parte da experiência sabida que o movimento operário e popular avança na luta pela democracia".*
> *VIANNA, 1984, p. 63.*

Se, de fato, a tarefa do historiador consiste em perceber com a maior clareza possível a distancia entre o discurso e a realidade, representados na leitura e no comportamento oferecidos pelo partido em determinado contexto histórico, ela somente será levada a cabo se considerar a presença de princípios e valores que, de modo geral, permearam as respostas produzidas pelo partido. Nesse caso, a cultura política (ou as culturas políticas) desenvolvida historicamente pelo partido se constitui como elemento de fundamental importância para compreender a relevância e o papel desempenhado pelo partido em fatos e acontecimentos da vida política de uma sociedade.

Desse modo, se consideradas as categorias de análise criadas por Almond e Verba, concentradas mais no discurso político (e menos em suas categorias "psico-políticas"), pode-se constatar, com certa exatidão, o papel desempenhado pelos comunistas do PCB durante o processo de abertura política e transição democrática. Verificando o desenvolvimento de duas culturas políticas específicas, a terceiro-internacionalista e a frentista, que não se configuram como excludentes mesmo possuindo essências contrapostas, constata-se a existência de um processo de renovação política dos comunistas que, centrado na valorização da questão democrática (em detrimento do orientalismo pretendido pelas formulações terceiro-internacionalistas), trouxe para o universo político do PCB a valorização de princípios vinculados à democracia. Mesmo que "taticamente", nota-se que a partir de sua cultura política

frentista, cujo nascimento esteve intimamente ligado à presença da III Internacional sobre a política dos pecebistas, a questão democrática passou a incorporar o discurso e, conseqüentemente, a prática política dos comunistas.

De maneira geral, o frentismo pecebista se constituiu, diante do contexto de acirramento interno ocorrido nos anos 60, como elemento de contraposição a uma perspectiva política limitada pelo dogmatismo herdado da Internacional Comunista. A opção pela estratégia da *derrota* após a instauração do Golpe, por exemplo, salientando-se o aspecto "conciliador" da resistência nacional-democrática defendida pelos comunistas, ainda em 1967, demonstra a sobreposição da cultura política frentista à sua trajetória terceiro-internacionalista, conferindo um outro sentido para a política da esquerda brasileira que não o enfrentamento armado com o regime autoritário-repressivo; aliás, esse fato é capaz de demonstrar o avanço do processo de "nova política" empreendido pelos comunistas, aproximando-os da questão democrática, e confirmar o PCB enquanto núcleo gerador de uma cultura política democrática na esquerda.

Realmente, o avanço do processo de renovação da política dos comunistas, consagrado a partir de uma lógica de "conciliação" entre questão nacional e questão democrática, teve nas condições políticas impostas pela ditadura, talvez, seu desafio histórico. Diante da situação de clandestinidade e perseguição fascista, promovidas pelos órgãos repressivos do regime, os pecebistas se depararam com um contexto extremamente complexo, tendo que adequar sua perspectiva política às restrições do momento, fazendo da questão democrática e da luta pelas liberdades o centro de sua estratégia política para a derrota do autoritarismo. Para isso, princípios e valores vinculados à democracia deveriam ser incorporados pela leitura e pela ação políticas dos comunistas, passando a vigorar em sua prática, em seu discurso, enfim, em sua cultura política.

Nesse sentido, alguns aspectos apontados por esse estudo parecessem ser de fundamental importância para a constatação de que, diante do processo de renovação de sua política, bem como face ao contexto de luta pelas liberdades democráticas, os comunistas do PCB, ao menos aqueles "renovadores", encontraram condições subjetivas e objetivas para o desenvolvimento de uma cultura política democrática na esquerda brasileira. De fato, procurou-se demonstrar como a ausência da direção central, embora "conciliadora", mas caracterizada pela forte presença dos paradigmas

terceiro-internacionalistas, constituiu-se em um fator gerador capaz de possibilitar o estabelecimento de uma política essencialmente vinculada à questão democrática, sendo a participação e compreensão dos comunistas sobre papel histórico do "movimento democrático brasileiro" um claro exemplo disso.

Afinal, diante de uma situação de desmantelamento do partido, provocada pela fúria da repressão autoritária que se abateu sobre os pecebistas, principalmente, em meados dos anos 70, aqueles comunistas encarregados da reorganização do PCB promoveram um entendimento sobre a ação no "movimento democrático", que se fortaleceu justamente ao conseguir vincular as demandas sociais ao seu objetivo central de derrotar do regime militar através da resistência democrática, fazendo do partido um instrumento de intervenção e organização política da sociedade civil.

Durante o período que se estendeu, grosso modo, de 1976 a 1979 (tendo em vista o processo de renovação política dos comunistas, bem como o avanço da abertura política e do processo de transição democrática), se configurou como o instante em que a esquerda brasileira, realmente destinada à representação da classe operária, desenvolveu um "conjunto de normas, crenças e atitudes" pautadas na questão democracia, concebendo sua estratégia política a partir de uma compreensão democrática sobre a sociedade civil e política do país.

Impulsionados pela "necessidade" de sobreviver às investidas da ditadura, orientados por sólidas matrizes teóricas que promoviam uma revitalização do marxismo-leninismo da III Internacional, os comunistas foram capazes de empreenderem uma leitura diferenciada sobre a realidade do Brasil, lançando ainda em 1970 (se considerada a *Resolução de Março de 1970*, do CE da Guanabara, como seu ponto de partida, ao menos no "mundo das idéias", na esfera discursiva) as bases de uma política realmente destinada a absorver o extrato da questão democrática como o núcleo central de seu "fazer político".

Ao contrário de ser meramente interrompido, esse processo de desenvolvimento da cultura política democrática (entre os comunistas e na própria esquerda brasileira), sofreu uma dissociação entre suas dimensões política e social. Estimulada pela presença de elementos estranhos à estratégia da *derrota*, como as lógicas de "ruptura" e "conciliação", a disjuntiva entre democracia política e democracia social se consolidou no exato momento que se conquistava o fim do regime (ainda que pela via do Colégio Eleitoral, consagrando a política de "conciliação"), embora os principais indícios de

suas contradições já tivessem surgido no início dos anos 80, como se procurou demonstrar.

A conversão da questão democrática em centro da estratégia política da esquerda, principalmente dos comunistas do PCB, encontrou seus limites quando foi, novamente, confrontada com aspectos da questão nacional e, de certo modo, com elementos da cultura política terceiro-internacionalista disseminada entre atores e personagens da "nova" esquerda brasileira, que emergiram com o processo de modernização autoritário-repressiva.

Tal dissociação, entre democracia política e democracia social, permitiu que fosse conferido uma perspectiva de renovação conservadora à política de transição democrática, limitando consideravelmente suas potencialidades e condicionando o núcleo gerador da cultura política democrática na esquerda, o PCB, bem como aos outros agentes representantes de interesses e valores da classe operária (trabalhadora), o papel de coadjuvante no desfecho daquele processo político de abertura e transição. De modo geral, a dissociação entre democracia política e social, com o esgotamento da Frente Democrática (representada pelo MDB) e o conseqüente afastamento das forças políticas que a compunham, fez com que a questão democrática permanecesse aberta para a esquerda brasileira, onde, de fato, o curso do processo de transição seguiu pela "lógica dos fatos", num "movimento pelo movimento". Dissociada, a questão democrática apresenta-se, ainda hoje, como um tema extremamente controverso para as forças políticas da esquerda brasileira, não tendo conquistado uma representação que, efetivamente, a conduzisse ao ponto mais alto da estratégia política, que fosse capaz de converter a democracia em *fim*, não apenas como um *meio* ou como um recurso retórico.

Para o PCB, voltado às suas questões internas (que, de certo modo, pareciam refletir em uma escala "monografia e específica" os dilemas do processo de transição), a dissociação entre as dimensões da questão democrática representou, também, a cisão com o extrato comunista que melhor apreendeu a democracia em seu discurso e que, pautado na ação política do movimento democrático, desenvolveu os aspectos geradores da cultura política democrática na esquerda brasileira. Justamente aqueles comunistas que, de um modo ou de outro, possibilitaram ao PCB uma intervenção realmente centrada em princípios e valores democráticos, demonstrando-se dispostos em promover uma síntese programática entre os elementos oriundos de concepções alheias à

estratégia da *derrota*, sob a perspectiva de manutenção da Frente Democrática, aproximando-se dos temas específicos dos diversos movimentos sociais, fazendo do partido um instrumento de organização e de fortalecimento do "movimento democrático".

Portanto, tendo claro a dissociação da cultura política democrática, tanto na esquerda, como na sociedade brasileira, o fato é que não pode ser negado aos comunistas do PCB, especificamente seu extrato "renovador" (sob pretexto de reformismo), uma importância fundamental na geração, estabelecimento e desenvolvimento de uma cultura política caracterizada pela centralidade da luta democrática. Tão pouco, pode ser desprezada, até mesmo por aqueles estudos vinculados a uma perspectiva *esquerda social* (concebida enquanto a própria "encarnação" partidária da democracia social), justamente porque concentra em sua essência uma lógica política transformadora, revolucionária.

Mesmo considerando que o "pleno" desenvolvimento de suas potencialidades tenha sido, não interrompido, mas "tumultuado" por acontecimentos e fatores que compuseram a quadro político do processo de transição democrática, o fato é que deve ser registrada a capacidade dos comunistas em concretizarem uma "nova política" na esquerda brasileira, fundamentada sob uma perspectiva de revitalização do marxismo-leninismo da III Internacional (essencialmente centrada nas elaborações políticas gramscianas, incorporadas, inclusive, por aqueles que se pautavam sob uma lógica ruptural de derrota do regime[149]) e convertendo o PCB em núcleo gerador da cultura política, caracterizada por sua dimensão política, porém estendida a todas as dimensões da vida política brasileira. Exatamente por isso, os comunistas do PCB, na luta pela democracia e pelo socialismo no país, tem assegurado seu lugar na História.

[149] Sobre a recepção gramsciana na "nova esquerda" brasileira ver: NOGUEIRA, 1988; e especificamente, AGGIO, 1999.

Referências

AGGIO, Alberto. **Pensamento Político e Estratégias Democráticas na América Latina**. (Tese para obtenção do Título de Livre-Docência). Unesp – Franca, 1999.

____. **Revolução e democracia no nosso tempo**. Franca: Unesp, 1997.

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **The civic culture. Political attitudes and democracy and five nations**. Boston: Little/Brown, 1965.

BATALHA, Cláudio H. M. *A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX*. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**: os influxos teóricos. Campinas: Unicamp, 1995, v. 2., p. 11-44.

BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. In: RÉMOND, René (org). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 57-98.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista (1920/1964), São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**: memórias. São Paulo : Afla-Omega, 1978.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo : Fundação Editora Unesp, 1997.

CARONE, Edgard. **O PCB**. São Paulo: Difel, 1982, vol. 3.

____. **O marxismo no Brasil**: das origens a 64. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, São Paulo, v. 01, nº 09, 1979, pp. 33-47.

DASSÚ, Marta. *Frente Única e Frente Popular: O VII Congresso da Internacional Comunista.* In: HOBASBAWN, Eric J. (coord.). **História do marxismo VI.** O marxismo à época da Terceira Internacional; A Internacional Comunista de 1919; As Frentes Populares. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985, pp. 293-336.

DEWAR, Hugo. *Partidos Comunistas*, In: KERNING, C. D. (org.). **Marxismo y Democracia**. Enciclopedia de conceptos básicos (Política 6). Madrid : Ediciones Rioduero, 1975, p. 111-126.

GARCIA, Marco Aurélio. *Esquerdas: rupturas e continuidades*. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1994, p. 119-136..

GOLDMAN, Alberto. *O papel histórico do MDB (Entrevista)*. In: **Plural**, n° 03, ano II, São Paulo, julho/setembro, 1979, p. 09-27.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável**: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-65). São Paulo: Unesp, 1998.

HOBSBAWN, Eric J. **Estratégias para uma esquerda racional.** Escritos políticos 1977-1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

KECK, Margaret E. **A lógica da diferença.** O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo : Ática, 1991.

LÖWY, Michel. (org.). **O marxismo na América Latina**. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo : Perseu Abramo, 1999.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro : Revan, 1998.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada**. Aspectos da política no PCB (1975-1985). Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1997

MIR, Luis. **A Revolução Impossível:** a esquerda e a luta armada no Brasil. São Paulo : Best Seller, 1994.

MONIZ, Edmundo (org). **Prestes hoje**. Rio de Janeiro: Codecri, 1983

MORAES, João Quartim de. *A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro*. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**: o impacto das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v. 1., p. 47-88.

MOREL, Mário. **Lula o metalúrgico.** Anatomia de uma liderança. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e Sociedade**: a trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NASCIMENTO, Rosana S. **O Morenismo no Brasil**: a construção de um partido trotskista no país – 1974-1994. (Monografia de Conclusão do Curso de História). UNORP, Rio Preto/SP, 1998.

NETTO, José Paulo (ed.). **PCB 1922-1982**: memória fotográfica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil.* In: COUTINHO, Carlos Nélson e NOGUEIRA, Marco Aurélio. (org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 129-152.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**. História e memória do PCB. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1995.

PCB. **PCB: vinte anos de política**. Documentos (1958-1979). São Paulo : Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.

PCB/SP. **O PCB em São Paulo**: documentos (1974-1981). São Paulo : Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

PCB/GB. *Resolução Política do CE da Guanabara do PCB (Março de 1970)*. Apresentação: GUEDES, Armênio. In: **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n.º 10, 1981, p.71-91.

PCB. **Para Renovar a Política dos Comunistas**. s.e., s.l., 1983.

PCB. **Uma Alternativa para a Crise Brasileira**. São Paulo : Novos Rumos, 1984.

PEREIRA, Astrojildo. **A Formação do PCB.** Lisboa: Avante, 1976.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Mobilização e conflito político**: a Campanha pelas Diretas Já. Campinas : IFCH-Unicamp, novembro de 1993.

SADER, Emir. *Cuba no Brasil:* influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**: o impacto das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v. 1., p. 157-184.

SALLUM JR. Brasílio. **Labirintos**: dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANI, Giacomo. *Cultura Política.* In: BOBBIO, Norberto [*et.al.*]. **Dicionário de Política.** 8.ª ed., Brasília : Editora UnB, 1995, v. 1.

SANTOS, Raimundo. **Modernização e política**. Rio de Janeiro: Forenze/UFRJ, 1996.

____. *Comunismo e cultura política*. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.º 04, julho de 1995, p. 28-49.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

____. **Reforma ou revolução**: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

SOMERS, Margaret R. *¿Que hay de político o de cultural en la esfera política y en la esfera pública¿ Hacia una sociologia historica de la formacion de conceptos.* In.: Moran, Maria Luiz (comp). **Zona Abierta**, España : 77/78, (1996/1997), pp. 31-94.

VENTURA, Zuenir. **1968 o ano que não terminou**. A aventura de uma geração. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

VIANNA, Luiz Werneck. **A esquerda e os quinze anos da transição.** In: http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv/120.htm, 16 de novembro de 2000.

____. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

____. *Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB.* In: **A transição**: da constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989, pp. 121-174.

____. *O popular e o operário na história recente do PCB*. In: **Presença**, n° 02, São Paulo, fevereiro, 1984, p. 55-63.

____. **A classe operária e a abertura**. São Paulo : Cerifa, 1983.

ZAIDÁN, Michel (org.). **Construindo o PCB (1922-1924)**. São Paulo : Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.

Bibliografia:

AGGIO, Alberto. **Pensamento Político e Estratégias Democráticas na América Latina**. (Tese para obtenção do Título de Livre-Docência). Unesp – Franca, 1999.

____. **Revolução e democracia no nosso tempo**. Franca: Unesp, 1997.

AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora Unesp/Prisma, 1998.

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **The civic culture. Political attitudes and democracy and five nations**. Boston: Little/Brown, 1965.

ARENDT, Hannah. **O Sistema Totalitário.** (Trad. Roberto Raposo). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978, p. 391-594.

BALDONI, Nicola (et. al.). **História do marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do stalinismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BASBAUN, Leôncio. **Uma vida em seis tempos (memórias)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BETHANIA, Mariani. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Campinas: Revam: Ed. Unicamp, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?**: Discussão de uma alternativa. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOBBIO, Norberto [*et.al.*]. **Dicionário de Política.** 8.ª ed., Brasília : Editora UnB, 1995, v. 1.

____. **Dicionário de Política.** 8ª ed., Brasília: Editora UnB, 1995, v. 2.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista (1920/1964), São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**: memórias. São Paulo : Afla-Omega, 1978.

CABRERA, José Roberto. **Os Caminhos da Rosa: um estudo sobre a social-democracia no Brasil.** (Dissertação de mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP), Mestrado em Ciência Política, Orientador: Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo, Campinas, 1995. p. 185.

CAPISTRANO F°, David. *Doze teses sobre a conjuntura política*. In: **Presença**, nº 1, São Paulo, novembro, 1983, p. 11-18.

CARONE, Edgard. **O PCB**. São Paulo: Difel, 1982, vol.1

____. **O PCB**. São Paulo: Difel, 1982, vol. 2

____. **O PCB**. São Paulo: Difel, 1982, vol. 3.

____. **O marxismo no Brasil**: das origens a 64. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

CAVALCANTE, Berenice. **Certezas e ilusões**: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**: o apogeu do stalinismo. V. 02, São Paulo: Global, 1986.

COUTINHO, Carlos Nélson. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. In: COUTINHO, Carlos Nélson e NOGUEIRA, Marco Aurélio. (org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 100-127.

____. **A dualidade de poderes**: introdução à teoria marxista do estado e da revolução. São Paulo: Brasiliense, 1984.

____. **Democracia e socialismo.** Questões de princípios & contexto brasileiro. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

CORREA, Hércules. **A classe operária e seu partido**: textos políticos do exílio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

____. **O ABC de 1980**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DIAS, Giocondo. **O objetivo dos comunistas.** Artigos, entrevistas e um depoimento político. São Paulo: Novos Rumos, 1983.

ENGELS, Friedrich. *Introdução (1895).* In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França (1848-1850).** São Paulo: Global, 1986, pp. 29-48.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). **As esquerdas e a democracia**. São Paulo: Paz e Terra/Cedec, 1986.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

____.**Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável**: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-65). São Paulo: Unesp, 1998.

HOBSBAWN, Eric J. **Revolucionários.** Ensaios contemporâneos. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

____. **Estratégias para uma esquerda racional.** Escritos políticos 1977-1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBASBAWN, Eric J. (coord.). **História do marxismo VI.** O marxismo à época da Terceira Internacional; A Internacional Comunista de 1919; As Frentes Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANONI, Marcos. **O PCB e a Revolução Brasileira.** Tese de mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP, 1991.

JAGUARIBE, Hélio [*et.al.*]. **Brasil: sociedade democrática.** Rio de Janeiro: José Olympo, 1985.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro : Revan, 1998.

MARTINS, Luciano. *A "liberalização" do regime autoritário no Brasil*. In: O'DONNELL, G.; SCHIMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (orgs.) **Transições do regime autoritário** : América Latina. São Paulo: Vértice, 1988, pp. 108-139.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Louís Bonaparte**. Lisboa: Progresso, 1982.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 7ª ed., São Paulo : Global, 1988.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil**: o projeto militar (1973-1979). Campinas : Papirus, 1995.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada**. Aspectos da política no PCB (1975-1985). Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1997.

MIR, Luís. **A revolução impossível**: a esquerda e a luta armada no Brasil. São Paulo : Best Seller, 1994.

MORAES, Denis de. **O Imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1994.

MORAES, João Quartim de (ed.). **História do marxismo no Brasil**: o impacto das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v. 1.

____. **História do marxismo no Brasil**: os influxos teóricos. Campinas: Unicamp, 1995, v. 2.

____. **História do marxismo no Brasil:** Teorias. Interpretações. Campinas: Unicamp, 1998, v. 3.

MORAES F°, Evaristo de (org). **O Socialismo Brasileiro**: antologia. Brasília: Câmara dos Deputados (Biblioteca do Pensamento Político Republicano) : Ed. UnB, 1981.

MONIZ, Edmundo (org). **Prestes hoje**. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e Sociedade**: a trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997.

____. *O PCB e a Moral Comunista*. In: **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, vol. 3, n° 1, 1997, p. 69-83.

MUSZYNSKI, Judith e MENDES, Antonio Manuel Teixeira. *Democratização e opinião pública no Brasil*. In: LAMOUNIER, Bolívar (org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1990, p. 61-80.

NETTO, José Paulo (ed.). **PCB 1922-1982**: memória fotográfica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Comunistas, comunismo: o desafio da renovação*. In **Presença**, nº 1, São Paulo, novembro, 1983, p. 91-96.

____. **As possibilidades da política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio e BRANDÃO, Gildo Marçal. *Temas, 3 anos depois: Produção Teórica, Luta Ideológica, Unidade Política*. In: **Temas de Ciências Humanas**, n° 08, Livraria e Editora de Ciências Humanas (LECH), São Paulo, 1980, VII-XX.

OZAI DA SILVA, Antonio (org.). **História das tendências no Brasil (origens, visões e propostas)**. São Paulo: Dag Editorial, s/d.

PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 7.ª ed., São Paulo : Brasiliense, 1987.

PECAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Astrojildo. **A Formação do PCB.** Lisboa: Avante, 1976.

RÉMOND, René (org). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996

RIBEIRO, Ivan e NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Diretas com consenso*. In: **Presença**, nº 2, São Paulo, fevereiro, 1984, p. 05-08.

RIDENTE, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo : Ed. Unesp, 1993.

____. **Em busca do Povo Brasileiro**. Artistas da revolução, do CPC a era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

REIS Fº, Daniel Aarão e FERREIRA DE SÁ, Jair (orgs.) **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS Fº, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

SADER, Emir (org). **E agora, PT? Caráter e Identidade**. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Raimundo. **O pecebismo inconcluso**. Rio de Janeiro: EDUR/Sociedade do Livro, 1994.

____. **Modernização e política**. Rio de Janeiro: Forenze/UFRJ, 1996.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

____. **Reforma ou revolução**: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

____. *A presença de Gramsci na política brasileira*. In: AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998, pp. 177-184.

SILVEIRA, José Paulo B. da. **Stalinismo e política nacional:** o PCB (1945-1958). Tese de mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP, 1988.

SOMERS, Margaret R. *¿Que hay de político o de cultural en la esfera política y en la esfera pública¿ Hacia una sociologia historica de la formacion de conceptos*. In.: Moran, Maria Luiz (comp). **Zona Abierta**, España : 77/78, (1996/1997), pp. 31-94.

SOUZA, Amaury e LAMOUNIER, Bolívar. *A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira*. In: LAMOUNIER, Bolívar (org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1990, p. 81-103.

SPINDEL, Arnaldo. **O Partido Comunista na gênese do populismo**. São Paulo: Símbolo, 1980.

SPRIANO, Paolo. *Marxismo e historicismo em Togliatti*. In: BALDONI, Nicola (et. al.). **História do marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do stalinismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 251-306.

SALLUM JR. Brasílio. **Labirintos**: dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.

VACCA, Giuseppe. *Hegemonia e democracia: a posição de Gramsci nos* Cadernos do cárcere. In: VACCA, Giuseppe. **Pensar o mundo novo: rumo a democracia do século XXI.** São Paulo: Ática, 1996, p. 117-130.

VENTURA, Zuenir. **1968 o ano que não terminou**. A aventura de uma geração. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

VIANNA, Luiz Werneck. *Notas sobre a conjuntura brasileira*. In: **Temas de Ciências Humanas**, n° 08, LECH, São Paulo, 1980, p. 157-166.

____. *O popular e o operário na história recente do PCB*. In: **Presença**, n° 02, São Paulo, fevereiro, 1984, p. 55-63.

____. **Travessia:** da abertura à constituinte. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

____. **A transição**: da constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989, pp. 121-174.

____. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIEITEZ, Cândido Giraldez. **Reforma Nacional-Democrática e Contra-Reforma**: a política do PCB no coração do ABC Paulista/1956-1964. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

WEFFORT, Francisco. **Por quê democracia?** 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.